

DA JANELA LATERAL

15 anos da Pró-Reitoria de Graduação da UFRB

Janete dos Santos
Deise da Silva dos Santos
Caroline de Jesus Fonseca Silva
(Orgs.)



DA JANELA LATERAL:

15 anos da Pró-Reitoria de Graduação da UFRB

REITOR

Fábio Josué Souza dos Santos

VICE-REITOR

José Pereira Mascarenhas Bisneto

SUPERINTENDENTE

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

CONSELHO EDITORIAL

Ana Lúcia Moreno Amor

Danillo Silva Barata

Josival Santos Souza

Luiz Carlos Soares de Carvalho Júnior

Maurício Ferreira da Silva

Paulo Romero Guimarães Serrano de Andrade

Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro

Rosineide Pereira Mubarack Garcia (presidente)

Sirlara Donato Assunção Wandenkolk Alves

SUPLENTES

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Marcílio Delan Baliza Fernandes

Wilson Rogério Penteado Júnior

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Janete dos Santos
Deise da Silva dos Santos
Caroline de Jesus Fonseca Silva
(Orgs.)

DA JANELA LATERAL:

15 anos da Pró-Reitoria de Graduação da UFRB



Editora UFRB
Cruz das Almas - Bahia
2022

Copyright©2022 by Janete dos Santos, Deise da Silva dos Santos
e Caroline de Jesus Fonseca Silva

Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB.

Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica:

Antonio Vagno Santana Cardoso

Imagem da Capa:

Janete dos Santos

Revisão e normatização técnica:

Raphael Lima Costa

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

D111 Da janela lateral: 15 Anos da Pró-Reitoria de Graduação da UFRB
/ Organizadoras: Janete dos Santos, Deise da Silva dos
Santos e Caroline de Jesus Fonseca Silva._ Cruz das Almas,
BA: EDUFRB, 2022.
202p.; il.

Este Livro Eletrônico é parte da Coleção 15 Anos da UFRB –
Vol. 8.

ISBN: 978-65-88622-77-3.

1.Universidades e faculdades – Avaliação educacional.
2.Ensino superior – Organização e administração – Análise.
I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II.Santos, Janete
dos. III.Santos, Deise da Silva dos. IV.Silva, Caroline de Jesus
Fonseca. V.Título.

CDD: 378.81

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável pela Elaboração –
Antonio Marcos Sarmento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).

Livro publicado em 05 de maio de 2022.



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro
44380-000 Cruz das Almas – Bahia/Brasil
editora@reitoria.ufrb.edu.br
www.ufrb.edu.br/editora

Sumário

Agradecimentos

Prefácio

Robério Marcelo R. Ribeiro.....11

Apresentação

Janete dos Santos, Deise da Silva dos Santos,
Caroline de Jesus Fonseca Silva..... 13

Pró-Reitoria de Graduação da UFRB: dos primórdios ao REUNI

Dinalva Melo do Nascimento,
Caroline de Jesus Fonseca 21

Políticas e práticas de inclusão para graduação da UFRB

Susana Couto Pimentel,
Aline Pereira da Silva Matos..... 45

Gestão acadêmica sob a égide de inovações

Luciana Alaíde Alves Santana,
Aline Maria Peixoto Lima73

A pregnância das Políticas Afirmativas no ensino de graduação da UFRB

Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus 99

Gestão acadêmica da graduação: tessitura coletiva

Rosineide Pereira Mubarack Garcia125

A gestão dos processos seletivos: os desafios e inovações

Deise da Silva dos Santos , Agenor Leandro Carvalho dos Santos,
Janete dos Santos145

Desafios do ensino da Graduação no contexto da Pandemia

Karina de Oliveira Santos Cordeiro, Janete dos Santos,
Gabriel Ribeiro.....171

Sobre os autores.....197

Agradecimentos

Em uma obra coletiva, os agradecimentos iniciais devem ir para aqueles que aceitaram o desafio da escrita. Nesse caso, as pró-reitoras, mulheres poderosas e generosas com as quais tivemos a oportunidade de trabalhar. A gratidão se estende também a todos os servidores, técnicos-administrativos e docentes, que fizeram e fazem parte da equipe da PROGRAD nesses últimos quinze anos.

Prefácio

Robério Marcelo R. Ribeiro¹

Odisseia acadêmica: a construção mítica de uma universidade

O tempo não se repete. Durante os anos de 2004/2005, o recôncavo da Bahia, na sua longa história, nunca tinha vivenciado tanta agitação acadêmica.

Eram as audiências públicas, realizadas no território, com vigorosos e intensos debates no afã de exigir sua pioneira universidade, tal qual reivindicado pelo senado de Santo Amaro da Purificação, em 14 de junho de 1822. O tempo passou, mas ficou presente e registrado na memória.

Agora os tempos eram outros. Um operário siderúrgico estava na presidência da república. E a esperança voltou.

Muitos foram os atores/protagonistas na condução acadêmica desta demanda social. O *script* registra nomes como Paulo Gabriel, Silvío Soglia, Geraldo Sampaio, Francisco Adriano, Celso Borges, Elvis Lima, Amílcar Baiardi, Ana Loiola, Princesa Soraia, Carlos Alfredo e tantos outros a compor este elenco memorável.

No transcurso desta jornada, em 2005, a dupla Paulo Gabriel e Silvío Soglia perambulavam nos gabinetes dos parlamentares, Brasília, no sentido de obter o necessário apoio político ao processo já quase finalizado de criação da universidade, que teve na doce figura de Canô Veloso a presidência da comissão que levou para os conselhos superiores da Universidade Federal da Bahia as deliberações das audiências para sua aprovação.

¹ Professor Titular-Decano do Centro de Artes, Humanidades e Letras. Primeiro Presidente da Câmara de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em 2007.

A quimera, o sonho transformou-se em realidade com a publicação da Lei nº 11.151, de 29 de julho de 2005.

E agora!

Nas páginas deste livro as suas talentosas organizadoras, Janete dos Santos, Deise da Silva dos Santos e Caroline de Jesus Fonseca Silva apresentam recortes desta vitoriosa história através da estruturação acadêmica do ensino de graduação.

E como foi penosa. Da vetusta Universidade Federal da Bahia tiveram que importar os projetos pedagógicos dos seus cursos. E aí foi urgente e preciso um intenso trabalho, que a todos contaminava, na implantação dos pioneiros Centros de Ensino, na constituição e estruturação do Conselho Universitário, do Conselho Acadêmico e suas Câmaras: de graduação, de pós-graduação, de extensão e a novel políticas afirmativas e assuntos estudantis.

E na estrutura da reitoria, as suas pró-reitorias. A de graduação foi inicialmente tocada por Warli Anjos de Souza, enquanto Dinalva Melo do Nascimento pontuava no planejamento. E no primeiro remanejamento administrativo - Dinalva Melo Nascimento vai para a graduação com a missão de dar finalmente as diretrizes para o ensino de graduação da UFRB, secundada por uma equipe formada por Benedita, Janete, Caroline e Denise, e ainda tem Eliana e Rita Borja, como secretárias da Secretaria de Órgãos Colegiados, perspicazes narradoras dos eventos.

Tive o privilégio de estar na Câmara de Graduação e exercer a sua presidência em dois períodos. A parceria com a Dinalva nos levou à aprovação de 16 novos projetos pedagógicos acadêmicos para os cursos e a criação de Medicina Veterinária, Serviço Social e o trâmite de outros tantos. São muitas narrativas contadas neste livro que retratam as memórias vividas e construídas de uma 'janela lateral', a janela da PROGRAD. Da constituição de uma universidade, seus cursos, sua organização acadêmica, enfim... uma longa história que convidamos você a conhecer!

Apresentação

Janete dos Santos

Deise da Silva dos Santos

Caroline de Jesus Fonseca Silva

A história da educação superior brasileira nos remete à oferta constante de cursos de graduação. Isso pode ser evidenciado pelas primeiras instituições de ensino superior do país, conhecidas como faculdades isoladas, pois somente ofertavam cursos de graduação.

Do ato de criação de um curso até a seleção dos estudantes, diferentes procedimentos são realizados. Todos esses são organizados e congregados em um único espaço, numa Pró-reitoria de Graduação. Dessa forma, aspectos relacionados à aprovação, organização do currículo, autorização junto aos órgãos legais, processo de ingresso e matrícula de estudantes, programas e projetos executados, a vida acadêmica dos estudantes, o êxito ou o sucesso e insucesso, a política de inclusão, a formação docente e tudo mais que se relaciona com a essência de um ensino de graduação tem que ser desenvolvidos institucionalmente nessa unidade.

Essas premissas iniciais justificam o presente compêndio e a nossa motivação em organizá-lo, pois como servidoras técnicas-administrativas na Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) nos colocamos como testemunhas oculares de muitas dessas iniciativas que consolidaram a graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Dessa maneira, da janela de onde discutimos, criamos, propomos, avaliamos e encaminhamos as principais políticas de graduação da universidade, fomos impelidas a convidar as pró-reitoras responsáveis pelo desenvolvimento das principais políticas do ensino de graduação para apresentarem também suas principais execuções.

A PROGRAD da UFRB foi instalada oficialmente em julho de 2006, sendo designado como primeiro Pró-Reitor, através da Portaria 003/2006, o professor Warli Anjos de Souza. De acordo com o Regimento Interno da Reitoria, aprovado pela Resolução 03/2012, a PROGRAD é a unidade “responsável pela proposição, coordenação e avaliação das políticas de ensino de graduação, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional” (UFRB, 2012, p. 16)

Com essa atribuição, a necessidade de estruturar a PROGRAD era crucial. Assim, para aquele primeiro momento, a unidade foi organizada com a criação de três coordenadorias: Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica, formada pelos seguintes núcleos: Núcleo da Gestão Acadêmica, Núcleo Didático Pedagógico, Núcleo dos Programas de Bolsas e Projetos Especiais, Núcleo de Ensino a Distância e Cursos Sequenciais e o Núcleo de Integração Acadêmica; Coordenadoria de Políticas e Planejamento Estratégico do Ensino de Graduação, formada pelos núcleos: Núcleo de Legislação e Normas, Núcleo de Políticas e Planejamento do Ensino de Graduação e o Núcleo de Dados e Comunicação; e Coordenadoria do Processo Seletivo, formada pelos núcleos: Núcleo do Processo Seletivo Interno, Núcleo do Processo Seletivo Externo e Núcleo do Processo Seletivo de Docentes.

No ano seguinte, em 2007, a pasta da PROGRAD foi assumida pela professora Dinalva Melo do Nascimento, de modo que as atribuições da Coordenadoria de Processo Seletivo foram distribuídas entre as outras coordenadorias, deixando essa de existir, e a Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA), anteriormente vinculada a Pró-Reitoria de Planejamento, passou a ser vinculada à PROGRAD.

Em 2011, a CRA foi extinta da estrutura da PROGRAD e suas atribuições foram assumidas pela Superintendência de Registros Acadêmi-

cos (Portaria nº 584/2011), vinculada à Reitoria. Dessa forma, a estrutura atual da pró-reitoria, formada pelas duas coordenadorias, permanece até hoje. Esse breve registro visa contextualizar o leitor com as histórias que aqui serão narradas.

Salientamos que esta obra não se concentrará na exposição dos primeiros momentos de instalação da pró-reitoria, em 2006. Mas, daremos primazia ao que observamos da “janela lateral”, memórias e narrativas que dizem respeito à consolidação de ações que evidenciaram o papel da pró-reitoria como proponente de políticas e as contribuições que cada gestor subsequente trouxe ao criar, regulamentar e aprovar tudo o que se fez necessário para o avanço da graduação.

Destacamos que as narrativas que compõem cada um dos capítulos foram constituídas a partir das memórias de seus próprios autores, os quais ficaram livres para discorrer sobre como contribuíram para consolidar as ações da graduação em suas respectivas gestões.

Para esta coletânea foram convidadas as anteriores e a atual pró-reitora de graduação. A obra está constituída em sete capítulos, dos quais seis foram construídos por essas mulheres, professoras (e seus respectivos coautores). O sétimo foi elaborado por servidores técnicos também gestores na estrutura da PROGRAD. Para a apresentação dos capítulos, optamos por ordená-los em ordem cronológica em que as gestoras assumiram seus cargos.

A obra é iniciada com o capítulo escrito por Dinalva Melo do Nascimento (gestora entre 2007-2011) e Caroline de Jesus Fonseca Silva, com o título “Pró-Reitoria de Graduação da UFRB: dos primórdios ao REUNI”. As autoras tecem a história da PROGRAD com a própria implantação da UFRB. Apresentam o desafio envolvido em implantar a segunda Universidade Federal do estado da Bahia, sem torná-la a imagem e semelhan-

ça da primogênita, a UFBA. Descrevem o papel crucial da PROGRAD em constituir o Centro de Estudos Universitários (CEU), ao mesmo tempo em que era construída a Política de Graduação da instituição. O texto destaca a política adotada nesta pró-reitoria quanto a valorização dos servidores técnico-administrativos e narra como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi aplicado na UFRB e de que forma isso contribuiu para o aumento exponencial de ofertas de cursos e vagas. As autoras ainda discorrem sobre os passos iniciais para a implementação do ensino na modalidade a distância (EaD) na UFRB e a implantação do ambiente virtual de aprendizagem da UFRB: o Moodle/UFRB.

No capítulo seguinte, elaborado por Susana Couto Pimentel (gestora entre 2011-2013) e Aline Pereira da Silva Matos, “Políticas e práticas de inclusão para graduação da UFRB”, as autoras focalizam a atenção para o nascimento da política de inclusão da UFRB. Destacam como foi pensado e estruturado o Núcleo de Políticas de Inclusão para o atendimento aos estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas na graduação. Apresentam as iniciativas para acessibilidade programática, instrumental, comunicacional, arquitetônica e atitudinal que constituíram a inclusão na PROGRAD e na UFRB. Enfatizam também que nessa gestão foram criados o Núcleo de Formação para Docência do Ensino Superior (NUFORDES) e o embrionário da Superintendência de Educação Aberta e a Distância (SEAD), o Núcleo de Gestão de Educação a Distância (NUGEAD).

O capítulo terceiro foi escrito por Luciana Alaíde Alves Santana (gestora entre 2013-2015) e Aline Maria Peixoto Lima, intitulando-se “Gestão acadêmica sob a égide de inovações”. Nesse capítulo, as autoras resgatam a perspectiva de universidade defendida por Anísio Teixeira para explicar a concepção formativa por trás do modelo dos bacharela-

dos interdisciplinares na UFRB. Além disso, explicam como foram desenvolvidas as ações e os projetos na PROGRAD ao encontro de uma universidade anisiana. Destacam a implantação do Núcleo Interdisciplinar de Afiliação à Vida Universitária e Formação Geral da UFRB (NUVEM), do Programa de Sucesso Acadêmico dos Estudantes da UFRB e da formação para membros dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de graduação.

No quarto capítulo, escrito pela professora Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus (gestora entre 2015-2018), com o título “A pregnancy das Políticas Afirmativas no ensino de graduação da UFRB”, a autora destaca o pioneirismo da UFRB em materializar as políticas afirmativas e como o conceito da pregnancy dessas políticas perpassa por todas as ações da instituição, especialmente as relacionadas à graduação. Descreve a reorganização da estrutura da PROGRAD com a criação de núcleos articuladores das políticas para o êxito e a integração acadêmica, tais como o Núcleo de Ensino, Integração e Êxito Acadêmico (NUEIAC) e o Núcleo de Gestão do Acompanhamento Acadêmico (NUGAA) que em articulação executaram medidas para o estudo e o desenvolvimento de políticas para afiliação universitária. Discute também os primeiros passos para o processo da heteroidentificação nas cotas raciais na UFRB.

O quinto capítulo foi escrito pela professora Rosineide Pereira Mubarak Garcia (gestora entre 2018-2019), sob o título “Gestão acadêmica da graduação: tessitura coletiva”. No texto, a autora destaca a comunicação como principal elemento de sua gestão. Resgata a constituição de espaços institucionais para discussão de políticas acadêmicas de graduação, chamando atenção para a constituição do Fórum de Gestores de Ensino e para o I Simpósio de Graduação da UFRB. O Simpósio discutiu temas caros à graduação como a inclusão, a gestão acadêmica, o sucesso

acadêmico, dentre outros. Esse evento produziu uma carta compromisso protocolada junto ao Conselho Acadêmico da instituição. Ao finalizar, apresenta o processo de normatização dos procedimentos acadêmicos previsto no Regulamento de Ensino de Graduação, bem como a regulamentação dos cursos de licenciaturas com base na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 02/2015, de 01 de julho 2015, e a colaboração da PROGRAD na Resolução de Curricularização da Extensão.

O penúltimo capítulo interrompe as narrativas das pró-reitoras e apresenta a exposição de três técnicos administrativos lotados na Prograd a respeito do processo seletivo dos estudantes de graduação. Esse capítulo foi escrito por Deise da Silva dos Santos, Janete dos Santos e Leandro dos Santos Carvalho, servidores técnico-administrativos lotados na PROGRAD, que registraram os momentos iniciais e atuais da política de ingresso na graduação e escreveram um capítulo com o título “A gestão dos processos seletivos: os desafios e inovações”. O capítulo apresenta o início do processo seletivo de estudantes para a graduação da UFRB e destaca a transição no mecanismo de acesso para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), em 2010, enfatizando como o crescimento da universidade demandou por novos processos seletivos e a sistematização desses processos a fim de assegurar a lisura e a segurança da seleção. Apresentam como o Núcleo de Gestão de Processo Seletivo (NUPSEL) utilizou diferentes ferramentas visando à melhoria dos processos e às inovações efetuadas na gestão do trabalho da unidade.

Por fim, finalizamos as narrativas dos principais gestores da graduação, trazendo o relato de Karina de Oliveira Santos Cordeiro (gestora desde 2019) e seus gestores, Gabriel Ribeiro e Janete dos Santos, e tem o título “Desafios do ensino da Graduação no contexto da Pandemia”. Os

autores discorrem sobre a suspensão das atividades letivas presenciais, o Plano de Contingenciamento, a adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSU) neste período pandêmico e a mudança no formato da matrícula. Destacam o papel norteador do COGRAD e as ações que levaram à aprovação do Calendário Acadêmico Suplementar 2020.3. Enfatizam as medidas adicionais tomadas por essa pró-reitoria para contribuir com a qualidade do ensino não presencial, como a criação do Programa Suporte Virtual e a ampliação da tradução e interpretação em LIBRAS para as atividades acadêmicas *on-line*. Apresentam a questão dos estágios nesse período e a realização do II Simpósio de Graduação, que tratou dos desafios e possibilidades que o cenário da pandemia trouxe para a graduação.

Esperamos que a leitura de cada capítulo contribua para ampliar o conhecimento do leitor sobre a UFRB e, sobretudo, ajudá-lo a conhecer a história das políticas, ações, projetos e programas da graduação na instituição.

Pró-Reitoria de Graduação da UFRB: dos primórdios ao REUNI

Dinalva Melo do Nascimento

Caroline de Jesus Fonseca

Um olhar sobre os primórdios

Não é possível fazer um recorte na história do papel da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) na constituição da segunda universidade federal do estado da Bahia sem destacar que todos os passos e processos vividos e concebidos para dar corpo à Instituição contaram com o papel decisivo da referida Pró-Reitoria. Assim, ao descrever a trajetória da PROGRAD, fazemos imbricando-a com a própria história de implantação e consolidação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Durante longos sessenta anos, o estado da Bahia contou com uma única universidade federal situada na capital: a Universidade Federal da Bahia (UFBA), exigindo que quem desejasse fazer um curso superior dispusesse de condições financeiras para se instalar em Salvador. Desse modo, a sociedade baiana sempre reivindicou da União a criação de mais uma universidade federal, para assegurar que a população residente nos seus mais de quatrocentos municípios tivesse acesso ao ensino superior público e gratuito.

A luta pela criação de mais uma IES federal persistiu, ganhando consolidação a partir de 2002 com a proposta do Conselho Universitário da UFBA de discutir a viabilidade de desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA para a constituição do Núcleo inicial de uma nova

Universidade. Assim, em 2003 foi constituída uma comissão com a tarefa de realizar os estudos iniciais. Neste mesmo mês, a presidência da República enviou o Projeto de Lei de Criação da UFRB para o Congresso, tendo o mesmo obtido aprovação no dia 06 de julho de 2005 pela Câmara dos Deputados Federais. Em 12 de julho, recebeu também a aprovação do Senado Federal. Em 29 de julho de 2005, o Presidente da República sancionou a Lei 11.151, que criou a UFRB.

A implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi marcada por um momento histórico único do ensino superior brasileiro – a expansão do ensino público superior do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. O empreendimento deveria lidar com os desafios de instalar uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) no interior do País, com modelos administrativos diferenciados e marcados pela multicampia, já que não se desejava ter apenas a segunda IES federal na Bahia após sessenta anos de existência da UFBA, mas uma Universidade com uma feição diferenciada, tanto administrativamente quanto educacionalmente, e acima de tudo comprometida com a equidade, com a minimização das desigualdades da educação superior na Bahia e com as minorias raciais.

Nesse cenário político da expansão e de interiorização do ensino superior com escolas do sistema federal, a UFRB teve sua raiz na Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, e seu DNA nascia intrinsecamente ligado a uma escola com mais de cinquenta anos de existência e por isso mesmo com práticas e concepções muito arraigadas, o que dificultava as inovações desejadas.

O fato acima não pode ser ignorado para o desenho do cenário de resistências e dificuldades para qualquer inovação presente na configuração da nova universidade. A UFBA e suas práticas eram os modelos que

deveriam ser preservados. Assim, a UFRB surgiu fadada a ser a imagem e semelhança da UFBA. Além disso, a UFRB foi criada a partir de um *campus* que contava com a estrutura de um único curso de uma universidade fortemente centralizada em Salvador e que sempre considerou seus vínculos com o *campus* de Cruz das Almas como algo menor.

Na tentativa de romper com os laços de concepção universitária nos mesmos moldes da UFBA, algumas ideias começaram a ser discutidas na Comissão de Tutoria do Processo de Implantação da UFRB, sob a liderança da UFBA, e três premissas ganharam corpo:

- a) A universidade deveria ser concebida à luz do conceito de ecologia dos saberes, conforme Boaventura Sousa Santos (2007);
- b) A universidade teria o formato de multicampia;
- c) A universidade deveria ter uma estrutura organizacional sem departamentos.

No tocante a ecologia dos saberes (SANTOS, 2007), cujo conceito se baseia na ideia de que o conhecimento é interconhecimento, o cerne da proposta estava centrada na argumentação de que uma universidade nascente no século XXI deveria ter como missão a “promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental, etc.) que circulam na sociedade” (SANTOS; 2005, p. 56). Era preciso assegurar uma nova convivência prática entre os saberes, em um diálogo que valorizasse tanto o conhecimento científico como os outros. Essa foi a marca inicial da concepção pensada para a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Dentre outros aspectos, ao pensar a UFRB, partia-se da constatação de que a universidade brasileira possui duas miragens como referência: a miragem da inserção social por meio exclusivo da extensão e a

miragem da formação completa como única relação com o mercado de trabalho. Na prática, o conjunto desses dois fatores é gerado pela falta de organicidade entre a universidade e a sociedade brasileira. Na verdade, a dificuldade é que nunca houve no Brasil uma universidade que incorporasse um conceito claro de sua missão social, isto é, nunca houve no Brasil uma universidade organicamente ligada à sociedade brasileira. Tanto é que o modelo hoje existente é um resultado de influências e conjunturas históricas residuais que foram sendo acrescentadas umas às outras sem nenhuma relação conceitual.

Sob a liderança da Reitoria e responsabilidade da PROGRAD, foi proposta a constituição de um Centro de Estudos Universitários (CEU) com o objetivo de ampliar a inserção social da UFRB a partir do núcleo central de suas atividades acadêmicas de ensino, entendendo-se que essa seria uma iniciativa capaz de viabilizar e sustentar pedagogicamente a concepção da UFRB centrada na diversidade, mobilidade e na ecologia dos saberes. Suas funções principais eram:

- a) Propiciar formação universitária multidisciplinar para os estudantes da UFRB;
- b) Formar pessoas com competências básicas e conhecimento geral, fornecendo-lhes condições para se adaptarem melhor à mutabilidade da sociedade contemporânea e ao trabalho multifuncional; e
- c) Fomentar a mobilidade acadêmica e a flexibilidade dos processos de formação, valorizando a diversidade e a variedade.

Além disso, tal proposição estava também centrada na concepção de que a UFRB precisava se constituir em uma universidade de capaz de:

- a) ser espaço instituinte da ação coletiva e, como tal, não poderia nem deveria organizar-se tendo como base os conceitos de carrei-

ra ou de disciplinas, mas sim em projetos e interdisciplinas que se produzem a partir de diferentes problemas, perfil e saberes;

- b) superar o velho modelo que exige maior tempo e maturidade institucional;
- c) e buscar alternativas para dar respostas diferenciadas para as questões postas acima, por meio de um Centro de Estudos Universitários, cujo fundamento básico está na aceitação de que a linguagem é decisiva na constituição da identidade do sujeito e que ela pode e deve se constituir no vetor reconstrutivo e integrador do espaço de aprendizagem universitária.

No processo de configuração da UFRB, não se pode omitir sua relação direta com a região do Recôncavo, que se constitui num território cuja construção histórica, social, econômica e cultural data do início da colonização brasileira, com uma delimitação regional bem definida. Nesse espaço histórico-cultural, a UFRB recebeu atribuições de articulação entre o saber científico e a complexa realidade do Recôncavo. A sua instalação neste território visou agregar à instituição contornos socioespaciais pela incorporação do contexto econômico, político, cultural, social, ambiental e histórico do seu entorno, no exercício da sua missão. Essa localização, agregada ao modelo multicampi e ao desejo de inovação, criava desafios de ordem estrutural/organizacional.

Era necessário conceber uma estrutura organizacional fora dos padrões predominantes, fora da relação de poder prevalente: a Reitoria, os Centros/Faculdades e os Departamentos, com ênfase no isolamento e falso poder departamental.

Na busca por uma estrutura organizacional mais apropriada aos seus objetivos, a UFRB optou por uma estrutura organizacional binária

na qual o poder é partilhado em duas instâncias: a Administração Central (Reitoria) e a Administração Setorial (os Centros de Ensino), organizada por áreas temáticas, reconhecidas pela comunidade acadêmica. Os Centros foram criados com base numa visão administrativa sempre integrativa, multifuncional e multidisciplinar, viabilizada pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, tendo como princípios:

- a) A organicidade das ações;
- b) O cultivo das áreas temáticas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em função de ulteriores aplicações;
- c) A integração temática entre os Centros; e
- d) O enfoque em estudos que tomem, preferencialmente, o Recôncavo como região de aprendizagem, com ênfase em estudos interdisciplinares.

Em substituição à estrutura departamental e para assegurar o fortalecimento das unidades acadêmicas, a UFRB consolidou duas estratégias acadêmicas: áreas de conhecimento e núcleos de estudos e pesquisas interdisciplinares.

Com tais considerações, têm-se alguns elementos que ajudam a entender o contexto de criação da UFRB, suas dificuldades e as resistências internas e externas e os imensos desafios enfrentados pela PROGRAD no afã de contribuir para manter o ensino existente na Escola de Agronomia, acrescido de inovações, e manter um diálogo pouco tenso com a UFBA, que imaginava a UFRB sua imagem e semelhança. Para se ter uma dimensão dessa dinâmica, faz-se necessário considerar as imensas diferenças dos projetos políticos que disputavam/disputam a hegemonia do estado brasileiro, notadamente sobre o financiamento

estatal do ensino superior. Isso explica porque se optou por um processo de implantação temporalmente condensado, causando críticas e perplexidades na época. A pergunta recorrente era: por que um crescimento tão acelerado e aparentemente sem planejamento? Os questionamentos pautavam-se na constatação de que a instituição exibia, ao final de um quinquênio de existência, números efetivamente impressionantes, expressos por seus 36 cursos de graduação, dez programas de pós-graduação *stricto-sensu*, quatro campi, 520 docentes e 430 técnicos administrativos. Evidentemente que isso tinha implicações não apenas positivas, mas também negativas, quase todas recaindo sobre a PROGRAD, já que os serviços básicos essenciais da UFRB se concentravam, na época, nos cursos de graduação novos e velhos.

Desse modo, após tais conquistas foi necessário enfrentar os desafios do crescimento, uma vez que nem sempre há compatibilidade entre o planejado e o executado. Durante todo o processo de implantação e das tentativas de inovação, algumas perguntas estavam sempre presentes, mesmo que subliminarmente: Seria factível, com essa configuração, uma efetiva integração entre as ações de ensino, pesquisa e extensão? A interdisciplinaridade prevaleceria? A estrutura organizacional facilitaria os fluxos de deliberação e distribuição equitativa de poder?

Após quinze anos de funcionamento, é essencial uma reflexão sobre pontos fortes e fracos da instituição, a partir do relato dos acontecimentos, um balanço acadêmico do que foi realizado e que lugar a instituição ocupa no cenário das IES brasileiras recém criadas. Essa é uma tarefa para a comunidade que hoje milita na Instituição. Neste texto, teve-se apenas o objetivo de destacar as intencionalidades e motivações presentes na fase de implantação/consolidação.

Fundamentos da política de graduação

Para viabilizar as concepções propostas, construiu-se uma política de graduação conduzida pela Pró-Reitoria de Graduação, amparada na Legislação Nacional, buscando alcançar horizontes que indicassem a promoção de ensino de qualidade, os avanços da ciência e dos processos de ensino-aprendizagem, com base em princípios de interdisciplinaridade na articulação das áreas do saber. Para tanto o desafio estava na construção de conceitos e linhas de ação e na criação de novas práticas por meio de:

- Produção de conhecimentos, ultrapassando a mera transmissão do saber;
- Aquisição de competência científica em termos de domínio e atualização de saberes e de recursos;
- Mediação pedagógica capaz de proporcionar uma educação emancipatória; e
- Atitude crítica, ativa, confrontadora, compatível com a intencionalidade de construção de sujeitos históricos e críticos.
- Para alcançar tais propósitos, a Política de Graduação da UFRB, em sintonia com a Política de Pesquisa e Extensão, centrou-se no processo de aperfeiçoamento continuado de docentes, no aprimoramento da ação curricular, com base no desenvolvimento de novas metodologias e tecnologias de ensino, com currículos orientados pelos seguintes princípios:
- Construção da identidade institucional. As ações ético-pedagógicas deverão contribuir para a consolidação dos compromissos da UFRB com o meio ambiente, com a cultura do Recôncavo e com a formação profissional humanística dos seus discentes, fundamentadas nas necessidades sociais da região, do estado e do país.

- Construção da identidade profissional. O processo de desenvolvimento da operacionalização do currículo deverá contribuir para que os estudantes construam uma identidade profissional sólida, porém sem rigidez, que permita, ao longo de sua trajetória profissional, reconstruir tal identidade a partir de mudanças sociais, tecnológicas e científicas.
- Re(construção) do quadro referencial ético. As atividades pedagógicas deverão implicar a formação processual dos discentes que integrem, no plano ético, os valores individuais, relacionais e coletivos, tendo em vista o bem comum.
- Flexibilidade curricular. As ações pedagógicas devem se fundamentar em uma estrutura curricular flexível, que permita ao estudante construir o seu próprio percurso. A flexibilidade será assegurada pela superação da exigência de pré-requisitos e pela oferta de componentes curriculares optativos diversos, de livre escolha dos discentes.
- Interdisciplinaridade. Os componentes curriculares que integram o currículo de um curso devem superar o enfoque unidisciplinar, e a interdisciplinaridade deverá se concretizar pela via das diferentes óticas teórico-metodológicas, experienciais e crítico-construtivas sobre um mesmo objeto de estudo e prática profissionalizante.
- Prática pedagógica que transcenda a sala de aula. A teoria, a metodologia, a prática e as experiências sociais deverão se integrar na situação de ensino, tendo em vista a superação de dicotomias e a exposição submissa dos discentes ao reprodutivismo de conteúdos didáticos.
- Atualização. A oferta de componentes curriculares deverá respeitar as ementas, porém garantir ajustes programáticos periódicos que contemplem avanços paradigmáticos, teóricos, metodológicos, tecnológicos, inovações artísticas, mudanças culturais e sociais.

- Valorização das experiências. As ações pedagógicas deverão contemplar a diversidade de experiências sociais e vivências de discentes, porquanto eles são, de fato, o polo central do projeto curricular.
- Espírito crítico-constructivo. As ações pedagógicas deverão contemplar a reflexão, pela via da análise, interpretação e descoberta de novas formas de se tratar com questões teórico-práticas e, conseqüentemente, com a reconstrução de saberes e práticas pertinentes a uma dada realidade social, por meio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.
- Autonomia para aprender. A autonomia, ou seja, a competência do aprendiz para ter iniciativa e fazer, respeitando o direito e as necessidades de outros, é básica para a consolidação do aprender a aprender, essencial aos profissionais que atuarão numa realidade em permanente transformação e enfrentarão novas situações e problemas que emergirão nas suas situações de trabalho.

Em suma, entendia-se na UFRB a educação como prática social e política, e o desenvolvimento humano como processo de autotransformação do ciclo de vida humano, interpenetrando o processo ensino-aprendizagem, mola mestra do processo formativo acadêmico capaz de incorporar o desenvolvimento permanente de competências; o desenvolvimento permanente da habilidade para incorporar e construir saberes provenientes de diferentes espaços sociais e temporalidades; e o desenvolvimento permanente da constituição de si mesmo como sujeito político e ético. Assim, esperava-se com essa base que os sujeitos do processo educativo se assumissem como seres sociais e históricos, primando pela busca prioritária de práticas emancipatórias (UFRB, 2009).

A responsabilidade de liderar esses processos cabia à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), instalada oficialmente em julho de 2006 com

a nomeação do Prof. Warli Anjos de Souza como Pró-Reitor e estruturada com três coordenadorias: Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica, Coordenadoria de Políticas e Planejamento Estratégico de Ensino de Graduação e Coordenadoria de Processo Seletivo. Em agosto de 2007, o Prof. Warli foi convidado a dirigir a Pró-Reitoria de Planejamento, mais compatível com a sua formação, e a então Pró-Reitora de Planejamento, Profa. Dinalva Melo do Nascimento, passou a ocupar o cargo de Pró-Reitora de Graduação. A mudança na gestão resultou na inclusão de mais uma coordenadoria à PROGRAD, a Coordenadoria de Registros Acadêmicos e no aumento de responsabilidade da Coordenadoria de Políticas e Planejamento Estratégico de Ensino de Graduação, que passou a assumir o Processo Seletivo da Instituição.

A nova direção da PROGRAD adotou a política de valorização dos servidores técnicos-administrativos, indicando-os para ocupar os cargos de direção na Pró-Reitoria. Tal decisão invertia a lógica prevalente de que tais cargos deveriam ser atribuídos aos docentes. Compreendia-se que os docentes nessas posições transformariam as atividades administrativas em segunda prioridade, comprometendo, de alguma forma, o pleno desenvolvimento e eficiência do setor. Tal política trouxe como resultado um nível de protagonismo muito grande dos servidores nos assuntos acadêmicos, conduzindo-os, posteriormente, à realização de cursos de mestrado e doutorado.

Definiu-se como missão da PROGRAD criar condições para a formação de indivíduos inseridos na realidade cultural, social, política e econômica regional e nacional, possibilitando-lhes o exercício do pensamento crítico, a produção de conhecimentos, a intervenção ética e o pleno exercício da cidadania.

As políticas do ensino de graduação guiavam-se pelas seguintes diretrizes:

- a) Ampliar as formas de acesso aos cursos;
- b) Ampliar a oferta de vagas e cursos presenciais, principalmente no turno noturno;
- c) Valorizar o ensino de graduação;
- d) Interagir o ensino de graduação com a pós-graduação, pesquisa e extensão (UFRB, 2009).

A partir dessas diretrizes, os cursos de graduação da UFRB pretendiam qualificar profissionais capazes de:

- a) exercer suas atividades de trabalho em consonância com o desenvolvimento humano sustentável da região, incluindo-se as dimensões ciências, tecnologia, letras, artes e cultura popular;
- b) saber desenvolver, com autonomia, múltiplas atividades dentro do leque de saberes do campo de conhecimento que construiu durante a sua formação profissional;
- c) realizar suas atribuições relativas ao labor orientados por uma visão crítico-reflexiva, com postura ética teórica, normativa e relacional, competência política, capacidade de autoaprendizagem e busca de caminhos acadêmicos para a continuidade de sua formação, quer em termos de inserções em programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

A UFRB no exercício da sua atividade acadêmica tomou como base filosófica e educacional uma perspectiva pluralista, integradora e dialógica na concretização do seu projeto educacional, abrigando diferentes valores e convicções, estimulando o respeito às atitudes contrastantes e pontos de vista conflitantes. Tal opção resultou do contexto histórico, político, econômico e social do espaço geográfico onde ela se instalou. O Recôncavo da Bahia sempre foi pleno de grande diversidade de povos com trajetórias históricas, culturais e projetos distintos, tendo em vista

sua origem multirracial, pluricultural e de rica diversidade de recursos naturais.

Coadunando-se com os princípios filosóficos explicitados, a educação é tomada como uma prática social e política, realizada no âmbito das relações sócio-histórico-culturais, objetivando formar pessoas com competência técnica e política, humanizadas, éticas, críticas e comprometidas com a qualidade de vida dos cidadãos. Pessoas que pensem e reflitam sobre o mundo, o contexto social e assumam o papel de protagonistas em processos de transformação social.

Ao fortalecer a dimensão humana e ética na formação de seus profissionais, a UFRB entendeu que a produção do conhecimento deve-se efetivar não somente por um modelo de ciência cartesiano, fragmentado, determinado pela racionalidade instrumental, conduzido pelo critério de verdade, centrado apenas na verificabilidade, para alcançar uma experiência educativa além do tecnicismo, mas também que o ser humano e a ciência se fazem mediante relações conduzidas pela intencionalidade, com propósitos integradores e orientados pela ação crítica.

O currículo implícito no projeto pedagógico dos cursos sempre foi considerado como uma intencionalidade que integra dimensões epistemológicas, políticas, econômicas, técnicas, ideológicas, estéticas e históricas, acrescidas das dimensões socioambiental, ética e pedagógica (UFRB, 2009).

A PROGRAD e o REUNI

No contexto de implantação da UFRB, foi instituído pelo Governo Federal o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, tendo como objetivo financiar projetos de ampliação da

educação superior nas IFES, visando a dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência.

O ideário presente na proposta, além do que foi explicitado, buscava implantar nas IES federais uma mentalidade estratégica, aliada aos conceitos de eficiência e eficácia, visto que apenas 40% dos estudantes que ingressam nos cursos conseguem concluí-los e a relação professor/aluno estava abaixo de cinco estudantes para um professor. A pretensão era de 18 alunos para cada professor.

Além disso, o sistema federal se mostrava heterogêneo tanto em resultados quanto em inovação. Assim, o REUNI desejava estimular a obtenção de resultados mais condizentes com os investimentos em infraestrutura, principalmente com a adoção de novas arquiteturas curriculares adequadas ao contexto do século XXI e das tendências internacionais, em especial com os pressupostos do processo de Bolonha.

Como a UFRB era uma instituição recém-criada, participar do REUNI significava conjugar três verbos ao mesmo tempo (implantar, consolidar e expandir), com o risco de que um deles ficasse comprometido no seu desenvolvimento, especialmente o relativo à expansão.

A forma como a UFRB, enquanto uma nova IFES, poderia participar do REUNI esteve em discussão interna até o início do mês de outubro de 2007 e a Administração Central só resolveu encaminhar o projeto de adesão da UFRB ao REUNI quando ficou definido que seria possível construir uma proposta institucional que permitisse um aporte de recursos de R\$ 11.874.909,30 em seu custeio. Embora com sérias preocupações da comunidade acadêmica, o Conselho Universitário da UFRB aderiu ao REUNI.

Assim, com tal adesão, a UFRB começou a conjugar três verbos ao mesmo tempo: implantar, expandir e consolidar. A tarefa não era fácil. Mas a perspectiva de um crescimento com mais aporte de recursos era

instigante. À vista disso, o REUNI da UFRB se constituiu parte de um projeto mais amplo denominado Projeto de Consolidação Acadêmica (PCA), produzido a partir de intensa e acalorada discussão nos diversos segmentos acadêmicos.

O documento sustentador da participação da UFRB no Programa construído na UFRB tinha uma preocupação mais ampla que nas demais IES federais. Enquanto universidade recém-criada, não vivenciava o processo de sucateamento a que estava submetido o sistema federal de ensino, com comprometimento não só da estrutura física, como também acadêmico-pedagógica, de modo que pensar em reestruturar não era um propósito que seduzisse a UFRB, mas expandir mexia com seus brios.

A Administração Central da Universidade conseguiu convencer a comunidade acadêmica, por meio do Conselho Universitário, à inclusão ao REUNI até a data limite de 17 de dezembro de 2007, permitindo que houvesse liberação de recursos a partir do segundo semestre de 2008, argumentando que:

- a) o MEC aceitou as argumentações da UFRB quanto aos recursos destinados à Instituição;
- b) as diretrizes estabelecidas pelo REUNI não apresentavam divergências em relação à política institucional da UFRB; e
- c) o Programa permitia uma flexibilidade nas formas de adesão que implicava uma ampla liberdade de propostas dos diversos Centros da UFRB.

O projeto da UFRB contemplou todas as dimensões do programa, mas ficou claro para a comunidade acadêmica que o único compromisso da administração era defender o projeto institucional da universidade, cujos alicerces remontavam ao período da luta pela sua fundação, reforçados, cotidianamente, pelos servidores docentes e técnico-administrativos e estudantes.

Desse modo, entendendo os riscos, incertezas e turbulências que caracterizam o mundo da educação superior e que eles impunham grandes desafios à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como organização de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviço à UFRB, o REUNI teve início na Instituição e com apenas um ano de efetiva existência, a comunidade convenceu-se da necessidade urgente e imperiosa de consolidar uma arquitetura acadêmica e administrativa capaz de responder às fortes pressões competitivas por recursos tangíveis, intangíveis, de natureza pública ou privada e ao atendimento das demandas da sociedade.

O Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, conforme aplicado na UFRB, representou uma excelente oportunidade para a consolidação da Instituição, permitindo não só sua ampliação, mas criando as bases para a sua solidez. Por outro lado, esperava-se que o Reuni auxiliasse a Instituição nos seguintes aspectos:

- a) planejar uma expansão qualificada, a garantir melhor qualidade do seu ensino e a qualificação pedagógica dos seus docentes;
- b) investir em infraestrutura e pessoal, melhorando as condições financeiras e estruturais capazes de viabilizar o ideário e a missão institucional.

Assim, a UFRB participou do Reuni numa dimensão diferenciada das demais IFES. Não foi um processo de reestruturação, mas de estruturação fundada em critérios mais racionais, maximizando a utilização da capacidade técnica e científica já instalada, fruto da fase de implantação que só se encerrou em 2009.

A UFRB pretendeu com o REUNI melhorar a qualidade do ensino ofertado, principalmente na graduação, garantida pela criação de condições de trabalho mais adequadas, além de permitir que os discentes

participassem de medidas de compensação de déficits de conhecimentos trazidos das etapas anteriores, reduzindo as taxas de evasão e de retenção.

Especificamente a UFRB intencionou:

- a) ampliar o número de docentes para atender às crescentes demandas regionais por cursos e vagas;
- b) elevar o número de servidores técnico-administrativos a patamares compatíveis com as necessidades atuais e futuras;
- c) elaborar o plano diretor da Instituição, assegurando uma utilização racional do seu espaço físico;
- d) garantir equipamentos nos diversos *campi* da UFRB, auxiliando no processo de acesso e permanência dos seus discentes;
- e) construir bibliotecas setoriais nos *campi* fora da sede;
- f) equipar os laboratórios didáticos atendendo demandas dos cursos novos;
- g) equipar laboratórios de informática para os cursos que ainda não os possuíam;
- h) ampliar a oferta de cursos com padrões diferenciados dos oferecidos atualmente;
- i) viabilizar os suportes físicos e financeiros capazes de sustentar uma forte política de ações afirmativas e assistência estudantil;
- j) fortalecer o núcleo de assistência pedagógica para garantir ao aluno a oportunidade do estudo de uma língua, informática e monitoria individualizada nas disciplinas em que ocorrem os maiores índices de reprovação;
- k) criar e equipar um núcleo de educação a distância, com sala de videoconferência, permitindo que o processo de formação pedagógica dos docentes em metodologias alternativas seja efetivo e que

- 10% das atividades dos cursos presenciais possam ser realizadas a distância, minimizando os problemas de uma Universidade multicampi;
- l) instituir novas linhas de editoração para estimular o processo de produção científica dos docentes e discentes;
 - m) implementar o Programa de Apoio a Projetos de Ensino Inovadores na graduação e pós-graduação, principalmente, aqueles que estabelecessem a interface com a pós-graduação e extensão e vice-versa;
 - n) ampliar o acervo das bibliotecas;
 - o) reestruturar a estratégia de funcionamento do restaurante universitário;
 - p) criar o núcleo de integração universidade-educação básica, com sede no *campus* de Amargosa;
 - q) criar bolsas de estudos para os Mestrados emergentes;
 - r) instituir a bolsa de docência para os alunos da pós-graduação atuarem na graduação da UFRB;
 - s) instituir a bolsa extensão para os alunos de graduação que atuarem nas áreas de conhecimento que reafirmam a identidade da UFRB: cultura, meio ambiente e desenvolvimento regional;
 - t) implantar cursos preparatórios para o processo seletivo da UFRB como forma de suprir as carências dos alunos da educação básica;
 - u) instituir bolsas para alunos participantes do programa de mobilidade interinstitucional;
 - v) estimular a participação de professores da educação básica nos projetos de pesquisa educacional, na forma de pesquisador integrado na escola, permitindo que o “prático” se torne co-parceiro dos pesquisadores e lhes ofereçam uma visão mais real da escola de educação básica.

A proposta da UFRB para o Reuni foi fundada nos seguintes princípios:

- i. Respeito às especificidades dos Centros de Ensino;
- ii. Construção/reconstrução de projetos políticos pedagógicos cada vez mais flexíveis e interdisciplinares;
- iii. Criação de novos cursos que auxiliem a Instituição no cumprimento da sua missão e do seu compromisso social com o Recôncavo, permitindo a construção por parte do aluno de itinerários formativos adequados às suas necessidades;
- iv. Expansão de matrículas em proporção condizente com a capacidade técnico-científica instalada;
- v. Utilização da educação a distância como alternativa metodológica para formação pedagógica de docentes e para uso em turmas com um número mais expressivo de discentes;
- vi. Aprimoramento dos processos seletivos da UFRB, reduzindo sobremaneira a influência da variável socioeconômica.

As IES criadas em função do programa do REUNI tinham como característica básica a busca pela inovação organizacional/administrativa e curricular. No primeiro caso, as IES surgidas ficavam “obrigadas” a organizar-se fora da estrutura de poder centrada em Departamentos, privilegiando a superação da fragmentação estrutural e sem controle administrativo. Partia-se do pressuposto de que a departamentalização da universidade brasileira já havia cumprido seu papel definido pelo movimento de 64. Por outro lado, tal exigência já representava a superação de uma estrutura fartamente entendida como não favorecedora de ações e interações inter-transdisciplinares em virtude do excesso de especificidade das disciplinas que compunham cada departamento.

As exigências de ações mais integradas impunham novas formas de organização administrativa capazes de favorecer uma nova dinâmi-

ca institucional. Assim, algumas IES organizaram-se apenas com colegiados de cursos (aliás, única estrutura exigida legalmente no plano da administração setorial); outras criaram Centros de Ensino ligados diretamente à Reitoria.

Para minimizar a queixa de que nos Centros não se exercitava o sentimento de pertença, outras IES organizaram as áreas de conhecimento para abrigar os pares por afinidade de área de saber. Obviamente que tais mudanças foram e têm sido objeto de diversas críticas, pois elas desestruturam grupos de poder que agiam há mais de trinta anos. Havia um desejo de que a velha estrutura permanecesse, pois muitos só conseguiam enxergar a universidade no mesmo formato a que foram submetidos desde a época de estudantes.

Na perspectiva acadêmico-curricular, intenção maior do REUNI, poucas universidades ousaram na mudança dos tradicionais formatos de currículo. Muitas usaram o REUNI apenas para aumentar vagas e construir prédios, sem a adoção de nenhuma medida de inovação curricular. Na UFRB, uma das propostas era conceber os currículos com um conjunto inicial de componentes curriculares capazes de assegurar uma formação geral. Nesse sentido, um projeto começou a ser gestado em 2009, no sentido de incorporar ao arranjo educacional da UFRB uma unidade acadêmica que adotaria estratégias e ações integradas de ensino, pesquisa e extensão para atuar nos processos de formação geral e afiliação acadêmica dos alunos de graduação e pós-graduação. Essa Unidade acadêmica foi concebida para se constituir em mais uma alternativa ao modelo de educação superior hegemônico do Brasil. Caberia a esse núcleo propiciar formação geral aos discentes da graduação e pós-graduação e desenvolver estratégias de acolhimento e afiliação destes no primeiro ano de seu ingresso na universidade. Dentro desse escopo, atuaria também como um Centro de

Línguas para oferta de cursos nessa área a todos os cursos da universidade. Os Centros de Ensino organizados a partir de Bacharelados Interdisciplinares (CCS, CETENS e CECULT) criariam uma nova estrutura acadêmica e administrativa denominada Núcleo de Estudos Interdisciplinares e Formação Geral (NUVEM) (NACIF, 2016).

Dentre as inovações na área pedagógica/curricular pode-se destacar a criação dos bacharelados interdisciplinares (BI), concebidos a partir da ótica de que o curso superior não precisa, necessariamente, culminar com uma profissionalização. A oferta passou a ser em dois ciclos. O primeiro permitindo a aquisição de um diploma de nível superior, capaz de assegurar aos seus egressos a ocupação de cargos no mundo do trabalho em que não há exigência de ser profissional de determinada área. Diversas pesquisas indicam que mais de 50% dos egressos dos cursos de nível superior profissionalizantes não atuam na área de formação, representando uma perda substancial de investimentos.

Com os BI, imprimiu-se a mentalidade de que o primeiro ciclo da universidade se constitui apenas na formação inicial. Se o egresso desejar continuar o segundo ciclo ele terá uma profissão. Esta não tem sido uma mudança tranquila porque a mentalidade do brasileiro é ainda muito bacharelesca. Quando da implantação dos BI, os pais procuravam a Universidade e perguntavam: ao concluir o BI que título meu filho terá? Tais medidas auxiliaram sobremaneira na introdução de mudanças significativas na universidade, adequando-as aos desafios do século XXI.

Assim, o REUNI na UFRB foi aprovado para auxiliar na consolidação do processo de sua implantação, pretendendo que ela se constituísse, efetivamente, em referência na Bahia, além de criar as condições institucionais para atendimento da demanda reprimida existente no Recôncavo baiano, de forma mais satisfatória. Diferentemente de outras

instituições que viam o REUNI como uma ameaça à sua vida acadêmica já estruturada, para a UFRB ele representou uma oportunidade objetiva de crescer com qualidade e cumprir de forma efetiva todos os objetivos que justificaram sua criação.

Considerações finais

Do ponto de vista quantitativo, a UFRB saltou de 1.620 alunos para aproximadamente 11.000, representando um crescimento destacado no contexto das IES federais e contribuindo para maior democratização da oferta de ensino superior na Bahia. Assim, na dimensão do aumento de vagas, especialmente no turno noturno, a UFRB em 2007 ofereceu 620 vagas nos seus cursos e em 2008 ampliou para 1.420, chegando a 2.380 vagas em 2011, fruto do aumento das metas pactuadas para a fase de implantação.

Muito se viu, ouviu e foi realizado no período no qual transcorreu esta gestão (2006 - 2011). Da “janela lateral” a PROGRAD apoiou e criou as bases políticas e curriculares da aventura que era garantir o funcionamento da tão sonhada universidade. Foram dezesseis novos projetos políticos pedagógicos aprovados de uma só vez pela Câmara de Graduação, um número de significativas resoluções foram propostas e aprovadas não só para estruturar a graduação, mas também delinear sua identidade (UFRB, 2012).

Diálogos e debates ocorreram, internamente, mas também com o entorno. Foi através do Consórcio Bahia, fruto da convergência das universidades públicas federais e estaduais da Bahia em uma proposta de oferta de cursos, em 2008, que a UFRB se lançou na educação na modalidade a distância (EaD). Naquele ano foi criado o Núcleo de Educação a Distância na Pró-Reitoria, ações de formação foram realizadas e a Uni-

versidade começou a se questionar sobre em qual “modelo” de EaD pretendia se inserir. No ano seguinte foi disponibilizado o ambiente virtual de aprendizagem da UFRB: o Moodle/UFRB.

As flechas foram atiradas nesta gestão, desafiada por todos esses verbos. Muitos corações - sejam de lugares, sejam de pessoas (professores, estudantes, técnicos administrativos) - foram “atingidos”, mas o mais esperançoso de todos foi o do Recôncavo, que viu brotar um novo tempo para seu povo, suas terras e seu futuro. Viva!

Referências

NACIF, Paulo Gabriel Soledade. Emergência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia: desafios e percurso na construção de inovações curriculares. In: ALVES, S. L.; OLIVEIRA, R. P.; MEIRELES, E. **Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da UFRB: inovações curriculares, formação integrada e em ciclos**. Cruz das Almas: UFRB, 2016.

SANTOS, Boaventura Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, **Novos estudos – CEBRAP** n. 79 São Paulo nov. 2007.

_____. **Pela Mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2005.

UFRB. **Plano de desenvolvimento institucional 2010-2014**. Cruz das Almas: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2009.

_____. **Relatório de Gestão Setorial da PROGRAD: 2006-2011**. Cruz das Almas: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2012.

Políticas e práticas de inclusão para graduação da UFRB

*Susana Couto Pimentel
Aline Pereira da Silva Matos*

Introdução

A educação é considerada um direito fundamental da pessoa humana, portanto, inalienável. Embora tal direito seja assegurado pela Constituição Federal brasileira de 1988, muitos cidadãos foram historicamente alijados da convivência com seus pares em espaços educacionais, dentre os quais as pessoas com deficiência. Como forma de reparar a dívida histórica do Estado com esses cidadãos, as políticas públicas de inclusão educacional, ampliadas no Brasil a partir dos anos 1990, constituem conquistas dos movimentos de pessoas com deficiência e seus apoiadores.

Tais políticas repercutiram inicialmente na educação básica, promovendo a ampliação do número de matrículas nesse nível de ensino. Conforme dados do INEP relativos ao Censo Escolar, houve um aumento de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação em classes comuns, passando de 698.768 em 2014 (INEP, 2019) para 1.090.805 em 2019 (INEP, 2020 a).

A repercussão dessas políticas na Educação Superior tem sido notada com maior ênfase na última década, principalmente a partir da Lei 13.409/2016 (BRASIL, 2016) que passou a contemplar cotas para o ingresso nos cursos de graduação também para as pessoas com deficiência,

considerando-se a proporcionalidade do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na unidade da Federação em que a instituição de ensino se localiza. Assim, conforme Censo da Educação Superior, o número de matrículas desses estudantes nos cursos de graduação saltou de 35.891 em 2016 (INEP, 2017) para 48.520 em 2019 (INEP, 2020 b).

Embora a ampliação do ingresso de tais estudantes, através das cotas, tenha se tornado mais expressiva a partir de 2016, o acesso aos cursos superiores já havia se tornado anteriormente uma realidade conquistada por parte desse público. Porém, é importante registrar que o princípio da inclusão educacional deve prever não apenas a garantia do acesso de todos os alunos às instituições de Educação Superior, mas as condições necessárias para a permanência, participação e conclusão dos cursos de graduação escolhidos.

Nesse sentido, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), respaldada em seu compromisso de favorecer ações de acessibilidade e permanência a todos os que nela ingressam, se empenhou, desde o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do período 2010-2014, a “dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida [...]”, definindo que medidas nesse sentido deveriam integrar o planejamento operacional da instituição para cada ano de vigência do referido plano. Dentre essas medidas, destacam-se: (i) diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais para este fim; (ii) ações de apoio e promoção de capacitação e especialização de recursos humanos em acessibilidade e ajudas técnicas; (iii) acompanhamento da legislação sobre acessibilidade; (iv) estudos e diagnósticos sobre a situação da acessibilidade arquitetônica, urbanística, de transporte, de comunicação e de informação no âmbito dos *campi*; e (v) re-

alização de campanhas informativas e educativas sobre acessibilidade (UFRB, 2009).

Importante registrar a ênfase dada às questões de acessibilidade que, conforme a Lei nº. 10.098 de 2000, significa “a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação” (BRASIL, 2000).

Na esteira dessa compreensão, e com vistas a criar condições para que tais estudantes tivessem asseguradas condições de permanência nos cursos de graduação, a UFRB, por meio da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), na gestão 2011 – 2013, buscou investir na formulação de políticas institucionais inclusivas para esse público.

Objetivando discorrer sobre a trajetória da constituição dessas políticas no âmbito da graduação da UFRB naquele momento histórico (2011 - 2013)², este capítulo traz o relato de conquistas, avanços e desafios institucionais na perspectiva da inclusão de estudantes que compõem o chamado público alvo da educação inclusiva³, isto é, aqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Certamente a construção de um *habitus* institucional inclusivo requer um *continuum* de ações e, portanto, sempre haverá possibilidades de se avançar nesse sentido, principalmente porque a inclusão requer que os contextos sociais e educacionais se modifiquem para assegurar a participação de todos. Porém, não se pode negar que a UFRB tem enviado esforços constantes no sentido de ampliar, para os estudantes com

² Adicionalmente, algumas ações relativas ao ano de 2014 também são pontuadas, embora o foco sejam as políticas e práticas construídas no período 2011 - 2013, especialmente no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação.

³ O público alvo da educação inclusiva foi definido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 como sendo: estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o direito de acesso e as condições para permanência, participação e conclusão do curso.

Para construir essa narrativa histórica, este capítulo está organizado em duas seções, para além desse intróito. A primeira seção busca contextualizar políticas para inclusão na Educação Superior, e a segunda seção discorre sobre a construção na UFRB de políticas e práticas, com foco nas ações da Pró-Reitoria de Graduação na gestão 2011 - 2013, com vistas à inclusão dos estudantes com deficiência.

Políticas para inclusão na Educação Superior

Por ser, desde sua origem, destinada a uma minoria da população, a Educação Superior historicamente reproduziu as práticas excludentes da sociedade. Para os estudantes com deficiência, o acesso a esse nível de ensino era ainda mais raro, restringindo-se a histórias pessoais propaladas como casos de superação e conquistas. Cruz e Gonçalves (2013, p. 84) justificam essa dificuldade como o reflexo de problemas na escolarização vivenciados “nas primeiras etapas do ensino básico, favorecendo a repetição ou evasão destes discentes”, ou seja, as barreiras de avanço na escolarização básica repercutiam nas dificuldades de acesso aos níveis superiores do ensino.

Portanto, as políticas de inclusão voltadas à Educação Superior nas últimas décadas passaram, necessariamente, pela ampliação do acesso a esse nível de ensino, constituindo-se em tema de fundamental importância para a garantia da equidade e justiça social.

Com vistas a democratizar o acesso à Educação Superior, o Estado brasileiro, há cerca de duas décadas, ampliou as ações governamentais voltadas para a implementação de políticas para esse fim, a exemplo do

Programa Universidade para Todos (Prouni), do Programa de Financiamento Estudantil (Fies), e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

De igual modo, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, também se constituiu como política de expansão voltada para as universidades federais. Dentre os seus objetivos, o referido programa buscava ampliar o acesso e a permanência na educação superior, por meio do acréscimo do número de vagas disponibilizadas, aumento da oferta de cursos noturnos, da promoção de inovações pedagógicas, da ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil, do combate à evasão, dentre outras ações.

Observa-se que a ênfase não era mais somente a garantia do acesso, mas considerou-se necessário operacionalizar políticas de permanência essenciais para a efetivação da inclusão nas instituições de Educação Superior, isto é, para o desenvolvimento de ações voltadas para possibilitar a participação ativa e autônoma dos sujeitos e, conseqüentemente, o êxito no percurso formativo, com a conclusão da graduação.

Nesse sentido, alguns programas foram implementados pelo Estado brasileiro, dentre os quais destaca-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. O referido programa visa minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da Educação Superior; reduzir taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Para alcance desses objetivos, o programa prevê ações de assistência estudantil desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Além da garantia das condições materiais e objetivas para a permanência, por meio de programas governamentais, as instituições de Educação Superior têm sido impelidas a se preparar para garantir o direito de acesso à aprendizagem, através de políticas institucionais inclusivas voltadas para atender ao novo perfil dos estudantes matriculados nesse nível de ensino. Isso requer ações pedagógicas efetivas pautadas no princípio inclusivo de que a sociedade deve se modificar para incluir todas as pessoas em seus sistemas sociais (SASSAKI, 2006), respeitando as diferenças e garantindo o direito a uma educação de qualidade para todos.

Considerando esse princípio, a legislação brasileira disciplina a inclusão do público alvo da educação especial no ensino comum, em todos os seus níveis. Além da Constituição Federal de 1988, normativos infraconstitucionais respaldam o direito à educação de todas as pessoas, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996; e do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 que promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Importante dizer que mais recentemente foram registrados outros avanços na legislação brasileira no que concerne a proposta inclusiva, a exemplo da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); e da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024. Em seu Art. 8º, III, o referido Plano determina que os entes federados estabeleçam nos seus planos de educação, estratégias que, “garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis,

etapas e modalidades” (BRASIL, 2014). Ademais, a estratégia 12.10 do PNE (2014-2024) visa “assegurar condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação” (BRASIL, 2014).

Embora as condições de acessibilidade estejam definidas como estratégias no PNE supracitado, na prática, garantir possibilidades de assegurar essas condições, tem sido objetivo do Programa Incluir, instituído pelo Ministério da Educação (MEC) desde 2005. O referido programa é voltado para promover a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Superior, mediante garantia de condições de acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Até o ano de 2011 a participação das IFES no Programa Incluir se dava por meio de participação em chamadas públicas concorrenciais que fomentavam a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade. “A partir de 2012, esta ação foi universalizada atendendo todas as IFES, induzindo, assim, o desenvolvimento de uma Política de Acessibilidade ampla e articulada” (BRASIL, 2013, p. 3).

Dentre as ações possíveis de serem realizadas, por meio dos recursos disponibilizados às IFES pelo Programa, estão: a adequação arquitetônica para acessibilidade aos diversos ambientes das instituições; aquisição de recursos de Tecnologia Assistiva para promoção de acessibilidade pedagógica, nas comunicações e informações; aquisição e desenvolvimento de materiais, didático e pedagógico, acessíveis; e aquisição e adequação de mobiliários para acessibilidade (BRASIL, 2013). Tais ações são fundamentais para favorecer a permanência de estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas nas instituições de Educação Superior.

Nesse sentido, a proposta de criação de núcleos de acessibilidade, a partir do Programa Incluir, envolve a organização de um espaço físico com profissionais que respondam pelas ações institucionais voltadas

para a garantia da inclusão de estudantes público alvo da educação especial à vida acadêmica, favorecendo a eliminação das barreiras pedagógicas, arquitetônicas, na comunicação e informação, e promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

Ante o exposto, a seção seguinte busca contextualizar a criação na UFRB do Núcleo de Políticas de Inclusão e as ações empreendidas pela instituição, por meio da Pró-Reitoria de Graduação, no período 2011-2013, objetivando a garantia de condições de acessibilidade em seus cursos de graduação.

Políticas e práticas de acessibilidade na UFRB

Desde os seus primeiros anos de atuação, a UFRB, criada pela Lei nº 11.151, de 29 de julho de 2005, assumiu a responsabilidade de ser uma instituição marcadamente inclusiva. Tal compromisso pode ser notado pelo pioneirismo da instituição, no âmbito do estado da Bahia, na construção de uma Resolução voltada para normatizar internamente a inclusão de estudantes com deficiência em seus cursos de graduação.

A ênfase nesse viés da inclusão⁴ foi assumida pela instituição por meio da Pró-Reitoria de Graduação, na gestão 2011-2013, quando foi realizada a reestruturação do referido órgão de assessoramento à reitoria. Através da Portaria 462, de 11 de setembro de 2011, foram criados, na estrutura da PROGRAD, o Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI) e o Núcleo de Gestão de Políticas de Acesso e Acompanhamento Acadêmico, ambos vinculados à Coordenadoria de Políticas e Planejamento de Ensino de Graduação (COPEG); o Núcleo de Formação para Docência do Ensino Superior (NUFORDES), o Núcleo de Gestão de Estágios (NUGEST) e;

⁴ Importante destacar que desde a sua criação a UFRB assumiu a inclusão social ligada às questões étnico-raciais como parte da sua missão.

renomeados, o Núcleo de Gestão de Educação à Distância (NUGEAD) e o Núcleo de Gestão Acadêmica de Cursos e Currículos (NUGACC) (Portaria nº 584/2011), vinculados à Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica (CEIAC) (UFRB, 2011).

Os NUPI, o NUFORDES e o NUGEAD desenvolveram papéis importantes nas práticas de inclusão da instituição, tendo como objetivo respectivamente: “assegurar condições de acessibilidade e atendimento diferenciado às pessoas com necessidades especiais [...]” (UFRB, 2013, p. 7); “implementar na UFRB o programa de formação para docência do Ensino Superior [...], fomentando estratégias de ensino inovadoras [...]” (UFRB, 2011, p. 15)⁵; planejar, implementar e avaliar políticas estratégicas relacionadas a implantação da modalidade de ensino a distância e do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nos cursos de graduação. É certo que a construção de ambientes acadêmicos inclusivos requer currículos acessíveis e práticas pedagógicas inclusivas, o que enseja a formação continuada dos docentes.

Embora as conquistas relativas à Educação à Distância não sejam objeto de reflexão neste capítulo, é relevante ressaltar que as ações implementadas nesse período (2011-2013) pelo então NUGEAD, atual Superintendência de Educação Aberta e a Distância (SEAD), foram fundamentais para o credenciamento da UFRB para oferta de cursos superiores na modalidade EaD, através da Portaria do Ministério da Educação, Nº 865, de 12 de setembro de 2013, os quais também se pautam por prin-

⁵ Destaca-se ainda que, concomitante com a criação do NUPI, foi instituído na UFRB, através da Portaria do Gabinete do Reitor 161/2012, o Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CONDIP), sendo este um “órgão de participação direta da comunidade acadêmica, com caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador da política de atendimento dos direitos das pessoas com deficiência” (UFRB, 2012). Desde então o referido Conselho atua na instituição e conta com a participação de servidores docentes, servidores técnico-administrativos e discentes, possuindo, dentre os nomeados, pessoas com deficiência, ratificando assim o direito de participarem “ativamente das decisões relativas a programas e políticas, inclusive aos que lhes dizem respeito diretamente” (BRASIL, 2008, p.15).

cípios inclusivos.

É importante sublinhar que a época da criação do NUPI, o Relatório de Autoavaliação Institucional (Relatório Final do Ciclo Avaliativo 2009 - 2011), sistematizado pela Comissão Própria de Avaliação⁶, trazia sinalizações acerca das questões de acessibilidade na instituição (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO, 2012). Tomando como instrumento de gestão o relatório citado, a equipe gestora da PROGRAD, em exercício entre 2011 a 2013, construiu o seu planejamento para o período, traçando metas e estratégias para a graduação, dentre as quais a proposta de reestruturação da estrutura organizacional com a criação de uma instância específica para dar andamento às ações de inclusão e de acessibilidade curricular no âmbito da graduação.

Conforme Relatório da PROGRAD (2011-2013) o planejamento do NUPI envolvia, dentre outras metas:

Elaborar projetos para captação de recursos na área de acessibilidade e Tecnologia Assistiva; Fomentar a formação de docentes e de servidores técnico-administrativos; Estabelecer parcerias com instituições de apoio ao trabalho com pessoas com necessidades especiais; Criar estratégias, junto aos colegiados de cursos, que assegurem acessibilidade pedagógica e atitudinal entre docentes e servidores técnico-administrativos; Viabilizar os suportes pedagógicos necessários no âmbito da Tecnologia Assistiva, de modo a favorecer a permanência dos estudantes com necessidades especiais nos cursos de graduação da UFRB (UFRB, 2013, p.7).

Observa-se que o enfoque do NUPI é a acessibilidade curricular e pedagógica voltadas à criação de condições para que todos os estudantes possam acessar o conteúdo trabalhado.

⁶ Trata-se de uma comissão, cuja criação é recomendada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que tem assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sendo designada pelo dirigente máximo da instituição, e que tem como principal atribuição a condução dos processos de avaliações internas da IES.

É certo que, à época da criação do NUPI, a UFRB já trazia em seu PDI, para o período 2010 – 2014, o compromisso de garantir:

Espaços e instalações acessíveis; Mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT; Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento; Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, bem como às pessoas idosas; Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; sinalização ambiental para orientação das pessoas; divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Admissão de entrada e permanência de cão-guia junto de pessoa portadora de deficiência nos locais disposto, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo (UFRB, 2009, p.144).

Observa-se, no texto do PDI, que a instituição já previa o atendimento às necessidades dos estudantes com deficiência, mediante garantia de condições de acessibilidade, com eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, nos transportes e na comunicação. O referido Plano também previa a realização de atividades formativas para os servidores sobre a temática da inclusão. Ainda que esse normativo institucional possa ser considerado inovador quanto às dimensões de acessibilidade abarcadas, o documento não menciona, de maneira específica, a dimensão da acessibilidade metodológica que envolve os processos de ensino e aprendizagem (MATOS, 2015).

Portanto, era necessária uma instância institucional que conduzisse a política de inclusão, dando concretude a tais propostas. Assim, a criação do

NUPI no âmbito da PROGRAD se deu de forma alinhada tanto com o PDI da UFRB quanto com o já citado Programa Incluir do Ministério da Educação.

Com a criação do NUPI foram traçados alguns objetivos norteadores de suas ações: (i) realizar levantamento dos estudantes com deficiência matriculados na instituição e das condições de acessibilidade disponibilizadas; (ii) construir política institucional de acessibilidade metodológica para os cursos de graduação; (iii) propor a realização de cursos, em parceria com o NUFORDES e a Pró Reitoria de Gestão de Pessoal, com vistas à formação de professores e técnicos; (iv) sistematizar orientações para os docentes sobre ações pedagógicas direcionadas a estudantes com deficiência.

O primeiro objetivo foi alcançado através de parceria com o Grupo de Estudos Educação, Diversidade e Inclusão (GEEDI)⁷ por meio da realização da pesquisa intitulada “As condições de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais na UFRB: um estudo exploratório”. A referida pesquisa buscava refletir sobre como a UFRB estava se organizando para inclusão de estudantes com deficiência e necessidades educacionais específicas em seus cursos de graduação, bem como sobre as possibilidades criadas para permanência desses estudantes na Educação Superior.⁸ Ressalta-se que a parceria com o referido Grupo de Estudos favoreceu também a disseminação das ações realizadas pela instituição direcionadas a inclusão de pessoas com deficiência, devido a participação dos membros do grupo em eventos e congressos científicos, trazendo assim maior visibilidade às iniciativas da UFRB.

Para maior compreensão da relevância das ações desenvolvidas pela PROGRAD, por meio do NUPI, doravante elas serão apresentadas

⁷ Trata-se de um grupo de estudos criado em 2008, pela Profa. Susana Couto Pimentel, e que compõe uma linha de pesquisa do Grupo Educação, Sociedade e Diversidade registrado no CNPq e certificado pela instituição.

⁸ Dentre os resultados da referida pesquisa foi possível localizar à época apenas oito estudantes matriculados na instituição com algum tipo de deficiência, sendo seis com deficiência física, um visual e um com deficiência auditiva.

considerando-se as seis dimensões de acessibilidade referidas por Sasaki (2005), a saber: (i) programática: envolve a eliminação de barreiras nas políticas institucionais; (ii) instrumental: diz respeito a erradicação de barreiras nos instrumentos e recursos de estudo; (iii) metodológica: relacionada a supressão de barreiras nos métodos e técnicas de ensino; (iv) comunicacional: relativa à supressão de barreiras na comunicação interpessoal presencial, escrita ou virtual; (v) arquitetônica: voltada para a eliminação de barreiras físicas nos espaços e transportes; e (vi) atitudinal: relativa a desconstrução de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Acessibilidade programática

De posse dos dados sobre o quantitativo de estudantes com deficiência matriculados na instituição em 2011, compreendeu-se que, embora houvesse um número reduzido (oito) naquele momento específico, a UFRB deveria se organizar, preparando-se para o crescimento dessas matrículas, já considerado uma tendência devido às políticas públicas de inclusão.

Assim, foi considerada essencial a construção de um normativo institucional que desse conta dessa realidade, de modo a subsidiar as práticas dos atores institucionais (servidores e outros colaboradores) e a percepção, por parte dos estudantes com deficiência, de pertencimento ao espaço acadêmico, contribuindo, conseqüentemente, para o seu empoderamento.

A instituição de uma política institucional foi iniciada com a elaboração de uma Minuta de Resolução, entregue para apreciação da Câmara de Graduação no final do ano de 2012, sendo aprovada como Resolução CONAC nº 40/2013 que “dispõe sobre as normas de atendimento aos estudantes com deficiência matriculados nos cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia” (UFRB, 2013).

Tal normativo institucional, ainda em vigor na instituição, disciplina que a administração superior e os colegiados de cursos de graduação, na modalidade presencial ou a distância, efetivem ações para favorecer a inclusão de estudantes com deficiência. Dentre as garantias elencadas no documento estão: recursos didáticos acessíveis; recursos de Tecnologia Assistiva; condições de acesso aos espaços acadêmicos; pessoal docente e técnico capacitado; serviço de apoio específico (adaptação de materiais; tradutores/intérpretes de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; leitor e escriba; guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento); bolsa discente para apoio específico aos estudantes com deficiência (MATOS, 2018).

A aprovação de um normativo nesse teor constituiu-se num marco para as políticas inclusivas e, sobretudo, demarcou uma conquista significativa para acessibilidade curricular na instituição. Neste sentido, Pimentel *et. al.* (2012, p. 6), destacam que a UFRB,

diante do desafio de incluir jovens com deficiência em seus cursos, precisou normatizar a inclusão, preconizando em seus documentos oficiais um posicionamento político, ético, epistemológico e emancipatório, que assume a educação, a igualdade racial e a inclusão social como referenciais constitutivos do pensar e agir.

Conforme disciplina a referida Resolução CONAC nº 40/2013, no processo de acompanhamento dos estudantes com deficiência matriculados nos cursos de graduação da instituição, a atuação do NUPI inicia-se com a notificação⁹, pela Superintendência de Regulação e

⁹ A partir da Lei 13.409/2016 a instituição constituiu o Comitê de Acompanhamento de Políticas Afirmativas e Acesso à Reserva de Cotas (COPARC) que atua no processo de verificação presencial das condições de ingresso de candidatos cotistas aos cursos de graduação. Atualmente em sua estrutura o COPARC possui quatro comissões, dentre as quais a Comissão de Aferição das Pessoas com Deficiência (CAPED) que constitui bancas de heteroidentificação para acesso aos cursos. Na CAPED acadêmica um representante do NUPI tem assento assegurado (UFRB, 2018).

Registros Acadêmicos (SURREAC), da matrícula efetuada. De posse dessa informação, inicialmente o NUPI notifica a direção do Centro de Ensino e, concomitantemente, o Colegiado do curso que também recebe orientações específicas para divulgação entre os professores. Tais ações objetivam construir condições para organização de um ambiente acolhedor e também proporcionar aos docentes, que atuam no primeiro semestre dos cursos, possibilidades de planejar aulas que contemplem esses discentes. Quando necessário, o NUPI participa de reuniões, envolvendo Colegiado, docentes, bolsistas e, em alguns casos, o próprio estudante com deficiência, para orientação acerca de práticas inclusivas.

Outra ação de acessibilidade programática realizada pela instituição, que contou com o protagonismo do Colegiado do Curso de Licenciatura em Letras/Libras/Língua Estrangeira, foi a aprovação pelo CONAC da Resolução 017/2014, a qual dispõe sobre a reserva de vagas para estudantes surdos, no curso citado (UFRB, 2014). A referida resolução foi construída em acordo com o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que determina no Art. 4º, § 2º, a prioridade das pessoas surdas em cursos de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua (BRASIL, 2005). Amparada por esse direito, a UFRB passou a prever em 2014 a reserva de vagas para pessoas surdas dentre as oferecidas anualmente no Curso de Licenciatura Letras/Libras/Língua Estrangeira. A reserva de vagas foi feita de forma escalonada, considerando a necessidade de adequação da instituição para atendimento à demanda, sendo ofertada 10% (dez por cento) a cada ano, iniciando em 2015, chegando a 50% (cinquenta por cento) a partir de 2019.

Acessibilidade instrumental

A compreensão de que a acessibilidade instrumental é condição necessária para favorecer a permanência de estudantes com deficiência numa instituição educacional, moveu a PROGRAD/NUPI nessa direção. Naquele momento histórico, nos idos de 2011, o fator mais limitante para o desenvolvimento de ações nesse sentido dizia respeito à escassez de recursos destinados a essa finalidade.

Assim, foi necessário fazer um levantamento, junto aos estudantes já matriculados, do tipo de recurso de Tecnologia Assistiva que poderia favorecer o seu bom andamento no curso. Ressalte-se que, conforme Galvão Filho (2009, p.21), a Tecnologia Assistiva envolve “recursos ou procedimentos pessoais, que atendem a necessidades diretas do usuário final, visando sua independência e autonomia”.

Após a escuta dos potenciais usuários, os equipamentos e produtos de Tecnologia Assistiva foram adquiridos por meio dos recursos disponibilizados pelo Programa Incluir. No período de 2011 – 2013 foram obtidos: *softwares* leitores de tela que possibilitam acesso a textos não impressos em Braille; cadeiras de rodas para disponibilização nos Centros de Ensino que possuíam estudantes com deficiência física ou mobilidade reduzida; e um transmissor e receptor auditivo para disponibilização a estudante com deficiência auditiva. Ademais foram adquiridos mobiliários acessíveis para atendimento às especificidades dos estudantes.

Nesse processo de aquisição dos recursos de Tecnologia Assistiva, a escuta dos estudantes foi fundamental porque permitiu considerar questões relativas a funcionalidade e usabilidade dos mesmos, de modo a proporcionar a escolha de um recurso que pudesse, de fato, potencializar as capacidades funcionais de seus usuários e, portanto, a sua autonomia.

Acessibilidade metodológica

Acerca dessa dimensão metodológica da acessibilidade, voltada especificamente para tornar acessível o currículo por meio de práticas pedagógicas inclusivas, a PROGRAD/NUPI atuou tanto na elaboração de orientações relativas ao trabalho docente com estudantes com deficiência, quanto com a proposição de atividades de formação continuada.

As orientações, direcionadas aos docentes da instituição, reuniam sugestões concisas e viáveis voltadas ao trabalho pedagógico junto a estudantes com Surdez; Deficiência Auditiva; Deficiência Visual/baixa visão; e Deficiência Visual/cegueira. Tais orientações foram elaboradas com o objetivo de favorecer o planejamento de aulas mais inclusivas e, conseqüentemente, a acessibilidade curricular, sendo encaminhadas aos Colegiados dos cursos nos quais esses estudantes estavam matriculados e também divulgadas através do sítio eletrônico do NUPI/UFRB.

As ações voltadas para promover a formação de docentes e técnicos da instituição foram desenvolvidas numa parceria entre a PROGRAD, por meio do NUPI e do NUFORDES, e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal (PROGEP). Foram planejados e ministrados cursos com as seguintes temáticas: Acessibilidade Pedagógica; Acessibilidade no Ensino Superior; Tecnologia Assistiva (TA); Orientação e Mobilidade (OM).

Ainda objetivando a formação dos servidores da instituição, foi encaminhada à PROGEP a solicitação de que a oferta do curso de Libras fosse incluída no Plano Anual de Capacitação e Aperfeiçoamento, especialmente aos servidores do Centro de Formação de Professores (CFP), *locus* do curso de Licenciatura em Letras/Libras e Língua Estrangeira.

Dentre as políticas institucionais relacionadas à acessibilidade metodológica, sob a coordenação da PROGRAD/NUPI, destaca-se a implantação de uma bolsa discente para apoio específico e acompanha-

mento aos estudantes com deficiência, matriculados na instituição, que demandavam por esse serviço. As atribuições do bolsista nesse acompanhamento abrangiam: realizar ações colaborativas no sentido de contribuir para o envolvimento do discente com deficiência no processo de aprendizagem, bem como contribuir para que o material didático disponibilizado pelos docentes estivesse em formato acessível. As ações desenvolvidas pelos bolsistas eram planejadas considerando-se a necessidade do estudante, podendo envolver: conversão de texto impresso para formato digital, ou para Braille; leitura de textos impressos durante atividades avaliativas; orientação acerca de procedimentos acadêmicos; dentre outras. A seleção, formação e acompanhamento desses bolsistas eram e ainda são feitas pelo NUPI, inclusive através de parceria com instituições da comunidade.

Acessibilidade comunicacional

As ações implementadas no sentido da acessibilidade comunicacional tiveram como foco a disseminação da Língua Brasileira de Sinais; a disponibilização de recursos de Tecnologia Assistiva voltados aos estudantes com deficiência visual (aquisição de *softwares* leitores de tela) e aos estudantes com deficiência auditiva não usuários da LIBRAS.

Com vistas ao acompanhamento de um estudante surdo matriculado em um curso de graduação, a PROGRAD/NUPI, juntamente com a Pró-Reitoria de Administração, encaminhou parceria institucional com uma Organização Não Governamental, sediada no município de Amargosa-BA, para contratação temporária, em caráter emergencial, de profissional Intérprete/Tradutor de Libras. Com a consolidação do curso de Letras/Libras e Língua Estrangeira, no *campus* de Amargosa, o qual foi incorporado às políticas do Programa Viver sem Limites implementado pelo

governo federal, foram conquistadas vagas efetivas para contratação de profissional intérprete por meio da realização de concursos públicos. Assim, a UFRB pode compor o seu próprio quadro de intérpretes de Libras.

Tal fato possibilitou que, no ano de 2014, a PROGRAD implementasse o Serviço de Tradução e Interpretação em Libras disponibilizado para toda a comunidade acadêmica. Para disponibilização de tal serviço a Pró-Reitoria contava com uma equipe de profissionais, tradutores e intérpretes de Libras, que atendia às demandas de interpretação em eventos e seleções, bem como de tradução de notícias, veiculadas no Portal da UFRB, relacionadas aos processos seletivos para ingresso de estudantes nos cursos de graduação e pós-graduação. Tais notícias eram disponibilizadas em formato de vídeo no próprio portal e em um canal do serviço¹⁰ no *YouTube*¹¹. Ações como essas objetivavam garantir a acessibilidade linguística e comunicacional de pessoas surdas às notícias veiculadas no sítio eletrônico e aos eventos realizados na UFRB (MATOS, 2018).

Outras ações foram desenvolvidas pela PROGRAD no sentido de consolidar o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na forma da Lei, a exemplo do estabelecimento de parceria com outra Ifes para oferta desse componente, na modalidade à distância, nos *campi* onde não havia docentes de Libras. Essa ação assegurou a oferta obrigatória desse componente nos cursos de Licenciatura e a oferta optativa para os Bacharelados e cursos Superiores Tecnológicos. Naquele momento, tal medida foi necessária devido a escassez de docentes com formação nessa área específica, o que dificultava a realização de concurso para o ensino de Libras.

Ainda com relação às ações de acessibilidade comunicacional foi criado o sítio eletrônico do NUPI/PROGRAD objetivando a divulgação dessas políticas e práticas institucionais, bem como de legislações nacio-

¹⁰ www.youtube.com/librasufrb.

¹¹ Site que permite aos usuários carregar e compartilhar vídeos em formato digital.

nais que subsidiam a inclusão de pessoas com deficiência na Educação Superior.

Acessibilidade arquitetônica

A existência de espaços não projetados adequadamente para a diversidade é, por si só, sinalizadora de processos de exclusão. Com base nessa compreensão e no entendimento de que a acessibilidade aos espaços e equipamentos é um direito fundamental do cidadão, o campo da arquitetura cunhou o conceito de desenho universal que envolve a elaboração de projetos de espaços, mobiliários e equipamentos acessíveis a todas as pessoas.

Nesse sentido, destaca-se a atuação colaborativa da PROGRAD/NUPI com a então Superintendência de Implantação e Planejamento do Espaço Físico (SIPEF), atual Coordenadoria de Infraestrutura e Meio Ambiente (CIMAM), setor executivo vinculado à Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN). Esses dois setores atuavam conjuntamente na detecção de espaços não acessíveis com vistas a criação de condições de acessibilidade arquitetônica, por meio dos recursos do Programa Incluir. Nesse sentido, colocação de pista tátil nos pavilhões de aulas e nos prédios administrativos; placas de sinalização, inclusive em Braille, colocadas em diversos espaços da universidade; e instalação de pias adaptadas para cadeirante nos sanitários dos centros de ensino, foram algumas ações encaminhadas relativas à acessibilidade arquitetônica.

Acessibilidade atitudinal

Numa sociedade excludente, desconstruir preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, representa, necessariamente, a constru-

ção de uma nova cultura inclusiva, baseada no respeito às diferenças. Entretanto, a construção dessa nova cultura requer vivências com as diferenças, sensibilização e consciência do direito de todos a serem respeitados em suas singularidades e especificidades.

Nesse sentido, a desconstrução de barreiras atitudinais é essencial para a afiliação do estudante com deficiência à vida universitária, isto é, para que ele se incorpore, intelectual e institucionalmente, como membro daquele espaço. Conforme Oliveira e Pimentel (2018, p.5):

Para os estudantes com deficiência diríamos que se trata de uma tripla afiliação, pois além das dimensões institucional e intelectual, inserem-se àquela de ordem subjetiva, simbólica, como o enfrentamento da discriminação, do preconceito, do julgamento estético em função da diferença/deficiência.

Certamente espaços mais acolhedores e inclusivos favorecem a construção do sentimento de pertencimento, afiliação e, portanto, potencializa a permanência entendida como:

o ato de continuar que permita não só a constância do indivíduo, mas também a possibilidade de existência com seus pares. Permanecer não pode ser entendido aqui, como o simples ato de persistir apesar e sob todas as adversidades, mas a possibilidade de continuar estando dentro; estando junto; estando “in” (REIS E TENÓRIO, 2009, p.4). (Grifos dos autores).

Na esteira dessa compreensão foi elaborado, sob a coordenação do GEEDI e em parceria com o NUPI, o livreto intitulado “*Estudantes com deficiência no Ensino Superior: construção de caminhos para desconstrução de barreiras na UFRB*”, objetivando disseminar conhecimentos acerca das deficiências, de modo a contribuir para a redução de barreiras atitudinais, curriculares e arquitetônicas na UFRB. O material referido foi divulgado em meio impresso e também em formato digital, por meio do sítio eletrônico do NUPI.

Ainda com vistas a promover a construção de atitudes inclusivas, foi organizado, em parceria com o GEEDI, dois eventos sobre Inclusão na Educação Superior. O primeiro evento, intitulado “*Colóquio sobre Inclusão no Ensino Superior: Construindo caminhos para desconstrução de barreiras*”, foi realizado em 26 de abril de 2013 no campus de Cruz das Almas e o “*II Colóquio sobre Inclusão no Ensino Superior: Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas Inclusivas*” foi realizado em 28 de maio de 2014 também na sede da UFRB.

As ações institucionais supracitadas repercutiram no Relatório Parcial de Autoavaliação institucional referente ao Segundo Ciclo Avaliativo (2012-2014). Embora o referido relatório destacasse a criação do NUPI, ressaltava que os recursos recebidos pela instituição, por meio do Programa Incluir, ainda eram insuficiente para atender à demanda existente de forma a garantir a acessibilidade comunicacional, atitudinal e pedagógica aos estudantes com deficiência matriculados na IES. O referido documento ainda sinalizou, à época, para algo crucial:

as ações voltadas para acessibilidade na UFRB ainda são executadas de acordo com a demanda presente, não sendo solidamente incorporadas ao planejamento, às perspectivas futuras ou ainda ao pleno atendimento dos requisitos legais de acessibilidade. [...] (RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO, 2014, p. 187).

Tal constatação, que avalia o período 2012-2014, aponta que embora a criação da instância institucional do NUPI tenha sido um avanço, ainda se fazia necessário incorporar as ações de acessibilidade às políticas institucionais, considerando-se todas as dimensões já citadas. Desde então, a UFRB tem avançado em direção ao aperfeiçoamento e intercruzamento de suas políticas e práticas de modo a favorecer os processos de inclusão e contribuir para redução das desigualdades geradas historicamente por uma sociedade excludente.

Considerações finais

Ante o exposto, reconhece-se que a UFRB tem se consolidado como uma instituição comprometida com a inclusão educacional das pessoas com deficiência através da criação do Núcleo de Políticas de Inclusão no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação e das ações empreendidas por esse setor.

A construção e operacionalização de políticas e práticas inclusivas têm possibilitado aos estudantes com deficiência e com necessidades educacionais específicas, matriculados na instituição, condições de permanecer e concluir o curso de graduação. É certo que essas políticas e práticas precisam estar em constante aperfeiçoamento, considerando-se, dentre outras questões, o aumento do número de matrículas desses estudantes e os novos desafios trazidos por essa realidade.

Diante disso, torna-se necessário o desenvolvimento de novas ações para que o direito a inclusão, envolvendo não apenas o acesso mas a permanência, continue sendo assegurado pela universidade em todos os seus espaços, inclusive quanto a acessibilidade em todas as suas dimensões: arquitetônica, comunicacional metodológica e instrumental, programática, atitudinal, promovendo assim a eliminação de todas as barreiras que obstaculizam o processo de inclusão.

A exemplo de novas ações a serem consideradas pela instituição, sugere-se: (i) maior investimento no campo da acessibilidade curricular, incluindo a acessibilidade aos ambientes virtuais de aprendizagem e às atividades de ensino remoto; (ii) formação de equipe multidisciplinar para atuação no NUPI; (iii) disponibilização de espaço físico para funcionamento descentralizado do NUPI nos *campi* onde há estudantes com deficiência matriculados; (iv) aumento da oferta de recursos de Tecno-

logia Assistiva; (v) continuidade nas ações de formação pedagógica dos docentes para atuação com as diferenças; e (vi) ampliação das bolsas de acompanhamento dos discentes com deficiência.

De forma complementar, sugere-se também a realização de estudo para acompanhamento dos egressos com deficiência dos cursos de graduação da UFRB, entendendo-se que os mesmos podem colaborar para a implementação de novas políticas e práticas inclusivas na instituição.

Por fim, como forma de ampliar esse raio de ação, reconhece-se como necessária a ampliação da rubrica específica dos recursos provenientes do Programa Incluir do Ministério da Educação (MEC).

Referências

BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL, **Documento Orientador Programa Incluir** - Acessibilidade Na Educação Superior. SECADI/SESu, 2013.

BRASIL. **Decreto Federal Nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF, 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Brasília, DF, 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 25 jan. 2021.

BRASIL. **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 12 fev 2021.

CRUZ, R. A. S. da; GONÇALVES, T.G.G.L. Políticas Públicas de Educação Especial: o acesso de alunos com deficiência, da educação básica ao ensino superior. In: CAIADO, K.R.M. **Trajetórias escolares de alunos com deficiência**. São Carlos: EDUFSCAR, 2013.

GALVÃO FILHO, T. A. **A Tecnologia Assistiva: de que se trata?**, 2009. Disponível em <https://napne.ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2010/11/assistiva.pdf>. Acesso em 12 fev 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep, 2020 a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em 03 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2020 b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em 03 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2014**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em 03 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em 03 fev. 2021.

MATOS, A. P. da S. **Acessibilidade do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para estudantes**

com deficiência. Tese (Doutorado em Ciências da Educação Especialidade em Tecnologia Educativa). Universidade do Minho, 2018.

MATOS, A. P. da S. **Práticas pedagógicas para inclusão de estudantes com deficiência na educação superior:** um estudo na UFRB. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2015.

OLIVEIRA, G. K. A. P.; PIMENTEL, S. C. Inclusão na educação superior : apontamentos sobre a afiliação de universitários com deficiência. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 5, p. e019017, 2019. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653637>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PIMENTEL, S.C; MATOS, A. P. da S; RIBEIRO, V; SANTANA, L. L; E SOUZA, M. F. A. O acesso do jovem com deficiência no ensino superior: experiência no recôncavo da Bahia. In: **JUBRA – Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira**, 2013, Recife – PE. 2012. Anais. Disponível em: <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-26.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: **Relatório Final do Primeiro Ciclo Avaliativo 2009-2011** / Comissão Própria de Avaliação – CPA / Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. 2012. Cruz das Almas – BA: UFRB.

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: **Relatório Parcial II do Ciclo Avaliativo 2012-2014**/ Comissão Própria de Avaliação – CPA / Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, 2014. Cruz das Almas – BA: UFRB

REIS, D. B. e TENÓRIO, M. R.. Políticas públicas de acesso e permanência da população negra na Educação Superior – um debate em curso. Anais do **XXIV Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**. Vitória, ES, 2009. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/simpósio2009/83.pdf>. Acesso: 18 dez. 2020.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista Inclusão**. Ano I, n. 1, p. 19-23, out., 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

UFRB. **Relatório de gestão setorial PROGRAD 2011-2013**. Disponível em <http://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 20 jun. 2014.

UFRB. **Resolução CONAC nº 040, de 21 de outubro de 2013**. Dispõe sobre a aprovação das normas de atendimento aos estudantes com deficiência matriculados nos cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Outubro, 2013. Disponível em <http://www.ufrb.edu.br/nupi/images/documentos/resolucao-040-13-conac.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2021.

UFRB. **Resolução CONAC nº 017, de 29 de setembro de 2014**. Dispõe sobre a reserva de vagas no Curso de Licenciatura Letras/Libras/Língua Estrangeira para estudantes surdos na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Setembro, 2014. Disponível em: https://ufrb.edu.br/soc/components/com_chronoforms5/chronoforms/uploads/documento/resolucao-017-14-conac.pdf. Acesso em: 26 de jan. de 2021.

UFRB. **Portaria Nº 161, de 09 de março de 2012**. Cria o Conselho dos direitos das pessoas com deficiência da UFRB. 2012. Disponível em <http://www.ufrb.edu.br/reitoria/portarias/category/14-criacao-estrutural>. Acesso em: 29 jan. 2021.

UFRB, **Pró-reitoria de Graduação**: relatório de gestão setorial do exercício 2011. Cruz das Almas, 2011.

UFRB. **Portaria 462, de 12 de setembro de 2011**. Altera a estrutura da Pró-Reitoria de Graduação. Disponível em http://www.ufrb.edu.br/nupi/images/documentos/Portaria_462-20110001.pdf. Acesso em: 25 jan. 2021.

UFRB. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010 – 2014**. Dezembro, 2009. Disponível em <https://ufrb.edu.br/portal/images/legislacao/pdi-ufrb-2010-2014.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2021.

UFRB. **Resolução CONSUNI nº 003, de 11 de junho de 2018**. Dispõe sobre o Comitê de Acompanhamento de Políticas Afirmativas e Acesso à Reserva de Cotas (COPARC) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e revoga a Resolução CONSUNI nº 04/2017. Junho, 2018. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/soc/components/com_chronoforms5/chronofoms/uploads/documento/20180802092020_065932.PDF. Acesso em 05 fev. 2021.

Gestão acadêmica sob a égide de inovações

Luciana Alaíde Alves Santana

Aline Maria Peixoto Lima

Introdução

Este capítulo tem o propósito de refletir sobre as ações e projetos desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no período entre maio de 2013 até junho de 2015. Logo, pretende-se aportar a discussão sobre as ações/projetos de ensino de graduação desenvolvidos naquele período, bem como estabelecer uma relação com a perspectiva de Universidade desenvolvida por Anísio Teixeira, entendendo-a como o suporte teórico que embasou o projeto do reitorado no período, sem, contudo, deixar de reconhecer outras perspectivas teóricas que foram fundantes, tais como, Santos (1995), Almeida Filho (2007) e Coulon (2008).

Todas as atividades que serão apresentadas neste capítulo demandaram envolvimento de toda a equipe da Pró-Reitoria, bem como de outros setores da UFRB, seja da Administração Central e/ou dos Centros Acadêmicos da instituição. As autoras deste texto integraram a equipe da PROGRAD-UFRB, sendo que a primeira exerceu o cargo de pró-reitora e a segunda ocupou a Coordenação de Ensino e Integração Acadêmica. Ambas possuem vínculo direto com o Centro de Ciências da Saúde (CCS), inseridas como docentes e na gestão do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde. A atuação na implantação deste curso na Universidade foi o elemento fulcral que levou a primeira autora a ser convidada para

integrar a equipe da administração central, como Chefe de Gabinete do reitor e, posteriormente, como Pró-Reitora de Graduação.

O capítulo está organizado em quatro seções, na primeira o leitor terá contato com os pressupostos teóricos que embasaram a atuação da gestão da PROGRAD/UFRB no período em análise. Em seguida, são descritas a ambiência nacional e local, ambas favoráveis à implantação das ações que estão descritas na última seção.

A Universidade Anisiana

Anísio Teixeira foi um educador baiano que teve uma contundente atuação no campo educacional progressista no Brasil. Pode ser considerado como uma pedra angular da educação no país, visto que sua obra e suas realizações na educação básica e superior foram/são marcantes e inspiraram/inspiram projetos inovadores no campo educacional. Para este capítulo nos interessam as suas contribuições em relação ao conceito e modelo de Universidade, e neste sentido destacam-se dois livros: Educação e Universidade (TEIXEIRA, 1998) e Ensino Superior no Brasil – Análise e interpretação de sua evolução até 1969 (TEIXEIRA, 2005). Em um discurso proferido pelo autor para parlamentares brasileiros, a convite da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o ensino superior, em 1968, Anísio Teixeira fez uma análise profunda do surgimento da universidade na Europa, para contextualizar os processos que levaram à implantação da instituição no Brasil; e teceu críticas à forma tradicional e dependente de organização do ensino superior no país. Por outro lado, destacou o papel da universidade em formar uma cultura nacional, de uma formação que conjugasse a cultura geral e a especialização, bem como a liberdade de ensinar e de aprender (TEIXEIRA, 1968).

Na transcrição abaixo de um trecho do discurso referido acima, Anísio Teixeira (1968), ao criticar a formação superior instituída no Brasil, apontou duas alienações:

[...] De modo que tínhamos duas alienações no ensino superior. A primeira grande alienação é que o ensino, voltado para o passado e sobre o passado, nos levava ao desdém pelo presente. A segunda alienação é que toda a cultura transmitida era cultura europeia. Recebíamos ou a cultura do passado, ou a cultura europeia. E nisto tudo o Brasil era esquecido. A classe culta brasileira refletia mais a Europa e o passado do que o próprio Brasil: estávamos muito mais inseridos na verdadeira cultura ocidental e até na antiga - latina e grega - do que em nossa própria cultura (TEIXEIRA, 1968, p.27).

No âmbito dos projetos e ações concretas desenvolvidas por Anísio Teixeira, destacamos a participação efetiva na formulação dos projetos da Universidade do Distrito Federal (1935) e da Universidade de Brasília (1961). Em ambos o educador foi neutralizado pelas forças do tradicionalismo na universidade.

No Rio de Janeiro, em 1935, surgiu o projeto mais arrojado para o cenário brasileiro da época. Naquele contexto, foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF), por Anísio Teixeira. Esse projeto de universidade envolveu artistas e a intelectualidade brasileira da época: Villa-Lobos, Sérgio Buarque de Holanda, Cândido Portinari, Josué de Castro, Gilberto Freyre, Afrânio Peixoto, Oscar Niemeyer e Mário de Andrade (ALMEIDA FILHO, 2014a). A instituição foi concebida a partir da integração das faculdades de Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia e o Instituto de Artes. Assim, em 4 de abril de 1935, foi assinado pelo Prefeito Pedro Ernesto o Decreto nº 5.513, que instituiu a Universidade do Distrito Federal (UDF) (VICENZI, 1986).

Segundo Anísio Teixeira (1968, p. 26), “o Brasil conservava a posição de defender uma educação superior de tipo utilitário e restrito às

profissões”. Nesse contexto, a UDF se diferenciou na proposta de universidade por apresentar uma preocupação mais ampliada em vincular-se à realidade brasileira, com a relação entre a universidade e os demais níveis de ensino e com a formação de professores. Entretanto, o contexto brasileiro da época, de desigualdades acentuadas e com barreiras de acesso nos níveis de ensino, por meio de restrições à progressão do ensino médio para o superior (CUNHA, 2007), a sua clientela, no que tange à origem socioeconômica e cultural dos estudantes foi semelhante à dos vários congêneres estabelecimentos da época. A UDF sofreu forte pressão do Governo Vargas e do movimento católico, de modo que, quatro anos após sua fundação, ocorreu a sua dissolução por meio do Decreto-Lei nº. 1063, de 19 de janeiro de 1939, quando foi integrada à Universidade do Brasil (UB), mantida e dirigida pela União.

A partir dos anos 1940, o número de universidades cresceu no Brasil, mais especificamente após o final da ditadura Vargas, quando foram criadas universidades e iniciado o processo de federalização de instituições regionais. Porém, a concepção desses espaços de ensino superior seguiu o modelo institucional e pedagógico das universidades europeias, incluindo os ritos da secular instituição.

Sobre o mesmo tema, Darcy Ribeiro (1978) afirmou:

As universidades atuais da América Latina, também, são resultantes dessa modernização que as fez surgir ou as remodelou conforme o padrão napoleônico de organização do ensino superior. Em sua qualidade de transplantes, jamais alcançaram autenticidade, pois só copiaram o modelo no seu aspecto formal, sem procurar desempenhar as funções exercidas no contexto original, de transfiguração da cultura nacional (p. 27).

Diante do exposto, ficou evidente a falta de originalidade na construção do projeto de universidade no país, o qual reproduziu um

modelo de universidade francês-napoleônico, com ênfase na formação profissionalizante em áreas específicas e no tradicionalismo pedagógico estruturado a partir de pressupostos gestados no ensino praticado na universidade medieval e sistematizado pelos primeiros pedagogos do século XVII. Ao desconsiderar o contexto local diverso e instituir uma educação universal, as universidades desenvolveram-se apartadas da sociedade brasileira.

Desse modo, podemos elencar como características a centralidade do professor no processo de ensino, a ênfase em conteúdos clássicos, a passividade dos estudantes e as metodologias com base na memorização, na repetição e no exame individual como as únicas formas de avaliação. A cátedra universitária – instância acadêmica instituída na idade média destinada a fomentar o debate em torno de um autor de destaque no campo do conhecimento – foi mantida.

Anastasiou (2001) descreveu o modelo universitário francês como:

[...] um ensino eminentemente profissionalizante, centrado no professor repassador e no estudo das obras clássicas de cada época; a aceitação passiva das atividades propostas, o papel da memorização do conteúdo pelo aluno como sua obrigação primordial; a força da avaliação como elemento essencialmente classificatório [...] (p. 5).

Esse subsistema de ensino superior instituído até então teve o movimento estudantil como um dos seus críticos, por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE). A instituição foi criada em 1937 e, inicialmente, tinha sua ação bastante localizada, dada a dimensão continental do país; somente a partir de 1938, quando realizou o seu 2º Congresso Nacional de Estudantes, passou a defender uma pauta nacional, a qual se contrapunha à política de ensino superior adotada pelo governo naquele período (CUNHA, 2007).

A ação da UNE foi inspirada pelo ideário da reforma Universitária de Córdoba de 1918. Esse movimento dos estudantes universitários da secular universidade argentina teve repercussões político-sociais e culturais em toda a América Latina. No manifesto “la juventud universitaria de Córdoba”, percebemos que o movimento surgiu em oposição ao regime administrativo, aos métodos de ensino e ao conceito de autoridade predominantes na instituição.

Segundo Freitas Neto (2011), as reivindicações dos estudantes da Universidade de Córdoba podem ser sintetizadas nos seguintes pontos:

Coparticipação dos estudantes na estrutura administrativa; participação livre nas aulas; periodicidade definida e professorado livre das cátedras; caráter público das sessões e instâncias administrativas; extensão da Universidade para além dos seus limites e difusão da cultura universitária; assistência social aos estudantes; autonomia universitária; universidade aberta ao povo (FREITAS NETO, 2011 p. 67).

Esse registro do movimento de Córdoba é importante no contexto deste capítulo, dada a influência exercida sobre o ideário de universidade na América Latina, por meio da introdução de elementos estruturantes como a democratização da gestão da universidade, a autonomia dos estudantes, a qualidade na formação e o engajamento das instituições com a realidade onde estavam inseridas as universidades. Isso apontou para outro modelo de formação com capacidade de impactar de forma positiva nas trajetórias dos estudantes, por meio de ações que reforçam o sucesso educativo, superando a mera formação instrucional.

Anísio Teixeira novamente despontou no cenário do ensino superior brasileiro, acompanhado de Darcy Ribeiro, e ambos apresentaram para a sociedade uma nova proposta de universidade inovadora e integrada, sem precedentes no cenário nacional. Em 1960, o então presidente da República, Juscelino Kubitschek, apresentou ao Congresso Nacio-

nal, o Projeto de Lei para a criação da Fundação Universidade de Brasília. Após um ano, em 15 de Dezembro de 1961, foi promulgada a Lei 3.998, que autorizava a fundação da UnB, já no governo do presidente João Goulart. O modelo de formação foi organizado em um sistema duplo e integrado formado pelos Institutos Centrais e pelas Faculdades (UNB, 1962).

O plano orientador da instituição apresentou como principais inovações introduzidas pelo projeto os seguintes pontos: (1) os egressos do ensino médio entravam na universidade através de cursos gerais; (2) a escolha pela especialização se dava ao longo da formação; (3) formação humanista-científica-cultural ampla; (4) formação modular e em camadas no sistema duplo e integrado nos institutos e faculdades; (5) universidade de ensino e pesquisa; (6) desenvolvimento da autonomia de aprendizado; (7) convívio dos estudantes de várias áreas de estudos (UNB, 1962).

Sobre o processo de ingresso na instituição, o projeto da UNB definiu um sistema de seleção por meio de exame vestibular que representava um diagnóstico do curso secundário realizado pelo estudante, com questões sobre os conteúdos apreendidos em disciplinas, teste de aptidões gerais e teste vocacional. Esse conjunto de elementos do processo seletivo tinha a função de desenhar o perfil dos candidatos, os quais seriam classificados e, após tal etapa, uma entrevista seria realizada para fornecer informações complementares e orientação sobre a opção profissional e sobre a Universidade (ALENCAR, 1978).

Destacamos neste documento elementos importantes como, por exemplo, a fixação de formas de seleção dos ingressantes e a formação em ciclos. Esses dois elementos podem proporcionar uma aproximação sucessiva e preparatória dos estudantes à cultura universitária, além de permitir maiores possibilidades de escolha e mobilidade. É importante

destacar também, a ação institucional no âmbito da sala de aula na definição de uma política de ensino que prezava pela autonomia dos sujeitos no processo de aprendizagem, o que remete a metodologias de ensino ativas e ao processo avaliativo formativo. Esse projeto foi interrompido em 1964, quando ocorreu a assunção do governo militar, que promoveu a destituição do reitorado e o desmonte total do projeto.

A partir de 2007, em um contexto de expansão e interiorização da educação superior brasileira, agentes sociais envolvidos na formulação de uma nova proposta de universidade, denominada “Universidade Nova”, requisitaram as contribuições de Anísio Teixeira para inspirar o projeto. Os idealizadores da Universidade Nova admitiram o educador em tela não só como a fonte de inspiração, mas reconheceram na sua obra os elementos fundamentais para elaboração de um projeto de caráter nacional, que sem ferir as especificidades de cada instituição, seria capaz de produzir uma efetiva reforma na universidade brasileira (ROCHA & ALMEIDA FILHO, 2007).

Apoiado nessa base teórica, o movimento “Universidade Nova” - conduzido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) - apontou para uma nova organização da estrutura acadêmica com a instituição do regime de ciclos de formação. Os Bacharelados Interdisciplinares (BI) representavam o primeiro ciclo de formação em uma grande área de conhecimento, com duração de três anos, e os currículos estruturados para oferecer componentes curriculares de formação geral e formação básica na grande área do BI. Os estudantes egressos dos bacharelados poderiam acessar o segundo ciclo de formação profissionalizante, o terceiro ciclo de formação em nível de pós-graduação ou o mundo do trabalho (ALMEIDA FILHO, 2007; TEIXEIRA & COELHO, 2014; SANTANA, OLIVEIRA & MEIRELES, 2016).

As universidades que implantaram inovações, ou que foram criadas a partir de modelos diferenciados, buscavam aproximar a formação superior aos novos desafios do ensino na contemporaneidade e, especialmente, ao novo público diverso social, econômico e culturalmente que passou a acessar o ensino superior, bem como superar os principais desafios da educação superior brasileira focada na formação técnica/profissional, com cursos de longa duração, itinerários rigidamente pré-definidos, com carência de uma visão crítica da sociedade e atitude pouco humanística (ALMEIDA FILHO, 2014b).

Sobre os BI, Almeida Filho (2007) apresentou os seguintes efeitos positivos esperados, a saber: ampliação da base dos estudos superiores, possibilitando incremento de conhecimentos e competências cognitivas; flexibilização curricular com aumento de componentes curriculares optativos, viabilizando a escolha de percursos formativos próprios; integração entre conteúdos disciplinares e níveis de formação; adiamento das escolhas profissionais precoces e redução das altas taxas de evasão.

A ambiência nacional: o plano REUNI

Em 2001, foi promulgada a Lei nº 10.172, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011), com duração de dez anos (Brasil, 2001). Partindo do pressuposto que este capítulo tem como foco as ações/projetos desenvolvidos pela PROGRAD-UFRB no período entre 2013 a 2014, iremos considerar o plano 2001-2011 como referência, por este ter sido o marco regulatório que subsidiou a ação do Ministério da Educação, até 2014.

Sendo assim, esse plano lançou as bases para as reformulações da educação superior brasileira que ocorreram nos anos seguintes. Como parte da agenda do governo federal, em 2007, o Ministério da Educação

lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O ministro da educação, referindo-se ao PDE naquele momento, considerou-o como um conjunto de programas que visavam dar consequência às metas quantitativas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) – 2001-2011. O PDE teve como sustentação seis pilares: (1) visão sistêmica da educação, (2) territorialidade, (3) desenvolvimento, (4) regime de colaboração, (5) responsabilização e (6) mobilização social (MEC, 2007).

Os princípios do REUNI foram traduzidos em três ações estratégicas do Ministério da Educação com foco no ensino superior: (1) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); (2) o Programa Universidade para Todos (PROUNI); e (3) o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A seguir, o destaque será dado a uma dessas políticas implementadas no nível macro do subsistema de educação superior: o REUNI.

A partir de 2007, ocorreu uma ação indutora da expansão das universidades com a criação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (BRASIL, 2007). Todas as universidades federais aderiram ao programa e elaboraram seus planos de reestruturação, que foram aprovados nos respectivos conselhos universitários para, posteriormente, se transformarem em acordos e metas com o MEC (MEC/SESU, 2009).

É importante ressaltar que, apesar da adesão de todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) ao REUNI, tal programa causou muita polêmica e produziu posições polarizadas em torno dos seus propósitos. Os segmentos dos sindicatos docentes e do movimento estudantil apresentaram críticas ao cunho neoliberal do plano e a incapacidade de sustentabilidade financeira a longo prazo, em cenário de crise, das metas de expansão da oferta de vagas. Outros enxergaram o plano

como uma janela de oportunidade para a reestruturação da universidade brasileira de modo a promover democratização, interiorização e implantação de novos arranjos formativos das IFES (PRESTES, JEZINE, & SCOCUGLIA, 2012).

O REUNI tinha como meta global “a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007, p. 1).

Podemos afirmar que no período a partir de 2007 e até 2015 a ambiência no Ministério da Educação era favorável a inovações acadêmicas. Das metas estabelecidas no plano, relacionam-se com as ações da PROGRAD/UFRB as que serão destacadas posteriormente. Partimos do pressuposto de que tão essencial quanto a assistência material aos estudantes, para viabilizar a permanência destes na universidade, é o modelo acadêmico e o currículo vigente nos cursos, bem como um sistema de acolhimento institucional e administrativo que permita a eles, em especial, aqueles oriundos de grupos excluídos e de baixo capital econômico e cultural, identificarem-se, serem reconhecidos e sentirem-se parte do sistema.

A ambiência local: a UFRB

No Estatuto da UFRB, *Capítulo II – das finalidades*, a instituição assumiu o compromisso de gerar e disseminar conhecimentos nos campos das ciências, da cultura e das tecnologias; propiciar formação cidadã continuada nas diferentes áreas de conhecimento; contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do Estado e do País, por meio de pesquisas e da formação de quadros científicos e técnicos em

nível de suas necessidades; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica. Associam-se a tais propósitos o papel de educar para o desenvolvimento sustentável; promover princípios éticos na consecução de seus objetivos; manter amplo e diversificado intercâmbio de conhecimentos com a sociedade; e contribuir para a melhoria do ensino em todos os níveis e modalidades, por meio de programas de formação inicial e continuada e, diante disso, o fortalecimento da formação geral na instituição ganha importância estruturante (UFRB, 2005).

A UFRB elaborou o seu primeiro PDI em 2009, para o período 2010-2014. A análise desse documento teve a finalidade de identificar os elementos centrais constantes nesse plano, que configuraram uma ambiência institucional que sustentou as ações desenvolvidas no âmbito da PROGRAD/UFRB no período entre 2013-2015. A missão institucional constitui um elemento central do PDI, pois define a filosofia, as estratégias e as ações organizacionais. A missão definida no PDI (2010-2014) da UFRB (UFRB, 2009) foi:

A UFRB tem por missão: exercer de forma integrada e com qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com vistas à promoção do desenvolvimento das ciências, letras e artes e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística e valorização das culturas locais e dos aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico (p. 13).

Esse enunciado, inicialmente, assumiu um compromisso com a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, e em segundo lugar, com a qualidade das atividades fins da instituição e com a formação instrucional vinculada a uma educação geral. O texto comprometeu-se a assegurar mudanças na lógica instrucional, predominante no ensi-

no superior brasileiro, em prol da incorporação da educação humanística e cidadã no âmbito da formação profissional.

No PDI – 2010-2014/UFRB, encontramos, também, a política de ensino para graduação da universidade, e esta tinha como proposição ofertar um ensino de qualidade, em prol do desenvolvimento econômico e social. No bojo dessa proposição, foram definidos como princípios para a sua política de ensino a interdisciplinaridade e a flexibilidade curricular. Para tanto, definiu que os seus cursos de graduação se organizassem para formar profissionais capazes de produzir uma articulação entre o desenvolvimento de conhecimentos gerais, básicos e específicos de uma determinada profissão. A instituição defendeu que essa política de ensino de graduação permitiria ao graduado a elaboração de uma concepção de mundo e de atividades de trabalho perpassados pela diversidade, devido à dinâmica dos contextos que se organizam e reorganizam a todo o momento e exigem novas ações profissionais que incorporem o geral e o específico.

A PROGRAD e a Universidade Anisiana

Nesta seção serão apresentadas as ações/projetos implementadas na gestão da PROGRAD/UFRB, no período entre maio de 2013 até junho de 2015. Reiteramos que o desenvolvimento das ações foi orientado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014 e os princípios da Universidade Anisiana. Importante também pontuar que as ações de rotina desenvolvidas pela equipe da pró-reitoria, com o intuito de manter o funcionamento do ensino de graduação na instituição, não serão relatadas.

Desse modo, destacamos as ações/projetos que se articulavam em seus princípios em torno do arcabouço teórico e ambiências institu-

cionais apresentadas nas seções anteriores deste capítulo. Foram eles: ampliação dos modelos inovadores de formação na graduação (Bacharelados Interdisciplinares; arquitetura de formação dos cursos em ciclos e projetos de graduação em educação do campo); implantação do Núcleo Interdisciplinar de Afiliação à Vida Universitária e Formação Geral da UFRB (NUVEM) e do Programa de Sucesso Acadêmico dos Estudantes da UFRB, além da oferta de formação para membros dos Núcleos Docente Estruturantes (NDE) dos cursos de graduação da UFRB.

Formação docente

No ano de 2014, a PROGRAD/UFRB deu um grande passo na estruturação da formação docente na universidade, com a contratação de uma professora com notória especialização na área de currículos e formação docente. Essa ação da PROGRAD/UFRB foi destinada a promover a capacitação de docentes membros dos NDE de cursos de graduação da UFRB, com vistas a possibilitar a análise dos currículos existentes e promover uma revisão e aproximação com as diretrizes institucionais previstas no Projeto Pedagógico Institucional e Legislação para cursos de graduação. Ademais, também ocorreram ciclos de debates com o objetivo de gerar um espaço de formação continuada dos docentes e de (com)partilhamento do que a Universidade tinha construído nas práticas docentes, valorizando-as e fomentando a inovação pedagógica na busca da melhoria da qualidade de ensino e das próprias práticas pedagógicas.

Ao longo do ano 2014, foram realizados 20 encontros, uma média de 3 atividades por centro acadêmico envolvendo 200 docentes, especialmente aqueles membros de colegiados e do Núcleo Docente Estruturante – NDE. Os temas trabalhados foram: a) oficinas de currículo: Currículo LDB/PPI-UFRB; Diretrizes Curriculares; Projeto Político Peda-

gógico; Coordenação pedagógica de curso; Reorganização de Currículo. b) oficinas docentes: Processos de Ensino; Programas de Aprendizagem; Trabalho individual e coletivo; Autonomia do estudante; Avaliação; Identidade docente. Como produtos concluídos e aprovados pelo Conselho Acadêmico (CONAC), naquele momento, registramos os Projetos Pedagógicos do BI em Energia e Sustentabilidade e do BI em Cultura Linguagem e Tecnologias.

Desse modo, podemos apontar que esta ação envolvendo todos os centros acadêmicos da universidade promoveu a estruturação dos NDEs, importante instância de acompanhamento e avaliação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, uma aproximação da PROGRAD, por meio da Coordenação de Ensino e Integração Acadêmica, junto aos colegiados e gestores de ensino, fundamental para apoiar esses setores na gestão administrativa e acadêmica dos cursos.

Modelos inovadores de formação

No período de gestão que estamos abordando neste capítulo, ressaltamos a criação de dois Centros de Ensino em dois municípios, até então não contemplados com *campi* da UFRB: o Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS – Feira de Santana) e o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT – Santo Amaro). Nesse contexto, foram criados dois cursos vinculados ao CETENS e CECULT, respectivamente: Bacharelado em Energia e Sustentabilidade e Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagem e Tecnologias, os quais foram organizados a partir do modelo de formação em ciclos.

Desse modo, a UFRB passou a ter quatro centros (sete no total) estruturados no modelo de formação em ciclos, no qual os BI (Bacharelados Interdisciplinares) representam o 1º ciclo de formação e condição

para acesso ao 2º ciclo profissionalizante. A criação de novos centros e dos cursos de BI vinculados, no modelo de ciclos e interdisciplinar, atendeu ao disposto no PDI (2010-2014), acordado a partir do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que estimulou a expansão das vagas para o ensino superior com novos arranjos curriculares.

No caso da UFRB, os BI nas áreas de ciências exatas e tecnológicas; saúde; energia e sustentabilidade; e cultura proporcionaram uma formação com foco na interdisciplinaridade e no diálogo entre áreas de conhecimento e entre componentes curriculares, estruturando as trajetórias formativas na perspectiva de certa flexibilização curricular.

Importante enfatizar, em 2013, a implantação do Curso de Medicina no Centro de Ciências da Saúde - Campus de Santo Antônio de Jesus (CCS/SAJ). Tal projeto conformou uma matriz teórica, uma arquitetura curricular em ciclos e um referencial metodológico, o qual se articulou um modelo de formação universitária integrado, modular e flexível. Trata-se de proposta inovadora, planejada especialmente para superar os principais desafios da formação de recursos humanos no campo da saúde no Brasil.

Esse curso teve o seu primeiro processo seletivo interno organizado pela PROGRAD e permitiu acesso para estudantes oriundos do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde. Após 09 anos do ingresso da primeira turma no ciclo profissionalizante de Medicina, o curso formou a sua 1ª turma, em 2019. Esta se constituiu, majoritariamente, por jovens negros, do Recôncavo da Bahia e de classes populares, alcançando um dos seus pressupostos básicos de promover o acesso e permanência de grupos historicamente excluídos do acesso à educação superior pública e gratuita e em cursos com elevado prestígio social.

Outro destaque foi a implantação dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias no Centro

de Formação de Professores (CFP), Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciência da Natureza e Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Matemática, estes dois últimos no Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), bem como a aprovação e seleção de estudantes para o curso de Tecnólogo em Agroecologia na Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE – Monte Santo), sob responsabilidade do CFP. Esses cursos foram fruto de um esforço de um coletivo de professores da UFRB, que formularam os projetos pedagógicos e executaram todo o processo seletivo de estudantes, com apoio da PROGRAD.

Destacamos a extrema importância desses cursos para as populações que residem no campo, dada a enorme dívida do poder público em relação ao direito dos povos do campo à educação. O diferencial desses cursos é o regime de alternância (Tempo Escola e Tempo Comunidade), no qual o Tempo Escola é realizado nas Instituições de Ensino Superior, de modo a permitir o acesso e permanência dos estudantes na universidade, e o Tempo Comunidade é realizado nas comunidades dos professores cursistas por meio de atividades orientadas pelos docentes da UFRB.

A criação de novos cursos de graduação contribuiu para a ampliação da oferta de vagas para o ensino superior, para a diversificação dos campos de saber e profissionais associados à formação universitária, as oportunidades de escolha pelos discentes que buscam ingressar nessa instituição de ensino superior, bem como para contribuir com a construção de uma formação universitária mais atenta à realidade do Recôncavo e do Brasil.

O NUVEM-UFRB

O Projeto do NUVEM foi concebido para se constituir em mais uma alternativa ao modelo de educação superior hegemônico no Bra-

sil, e para tanto a referida unidade acadêmica foi organizada a partir de princípios que envolvem: troca de saberes entre os diversos segmentos e culturas; desenvolvimento integral do estudante; desenvolvimento das competências gerais, habilidades, valores e atitudes necessários para a continuação dos estudos na universidade e formação para a cidadania ativa; fomento à flexibilidade dos processos de formação, valorizando a diversidade e a variedade, e domínio de linguagens como elemento essencial na mediação das relações sociais e prática cultural.

Com relação aos aspectos acadêmicos e administrativos, o NUVEM deveria inserir-se na estrutura da UFRB, com a especificidade de propiciar formação geral aos discentes da graduação e pós-graduação e desenvolver estratégias de acolhimento e afiliação destes, no primeiro ano de seu ingresso na universidade. Ressalte-se que dentro desse escopo, também estava prevista a sua atuação como um Centro de Línguas para oferecimento de cursos nessa área a todos os cursos da universidade.

A reitoria da UFRB durante os anos de 2013/2014 promoveu vários encontros junto à comunidade acadêmica e ao Conselho Universitário, com a finalidade de construir viabilidade para implantar o NUVEM. Esse núcleo tinha como objetivo garantir uma formação geral mais sólida e compatível com a legislação federal e com as políticas de educação superior emanadas pelos Conselhos Superiores da UFRB e promover a filiação acadêmica dos estudantes de graduação e pós-graduação.

Todavia, não foi possível implantar a estrutura prevista em toda a universidade em função da impossibilidade de criação da unidade, segundo o estatuto vigente naquela época. Sendo assim, a alternativa vislumbrada pelo Reitor e pela Pró-Reitoria de Graduação foi a implantação de um núcleo vinculado a um dos Centros de Ensino, organizado no modelo de ciclos. Sendo assim, a PROGRAD iniciou um processo de debates com a gestão do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CE-

CULT), Centro de Ciências da Saúde (CCS) e Centro de Energia, Tecnologias e Sustentabilidade (CETENS), que culminou na inclusão da proposta de formação geral, concebida pelo projeto do NUVEM, nos currículos dos Bacharelados Interdisciplinares vinculados a estes centros acadêmicos.

Posteriormente, as discussões continuaram com o CECULT com vistas a implantar o referido núcleo na estrutura deste centro. O acordo estabelecido com os gestores da administração central e do centro acadêmico previa a sua vinculação ao CECULT, contudo a sua sede e foro ficaria na cidade de Cruz das Almas. Na visão da administração central, a localização do NUVEM na sede da universidade era estratégica para implantação e funcionamento do núcleo, visto que tal deveria manter um elo com a administração central que articularia e promoveria um convívio deste com as demais estruturas acadêmicas da UFRB e, assim, seria mais viável o alcance de seus objetivos. Com a mudança de gestão da Universidade, a sede do NUVEM foi transferida para Santo Amaro e, neste formato, não conseguiu cumprir com as funções idealizadas no seu projeto. Logo, o NUVEM passou a ter uma representatividade aquém do que foi projetado, por se constituir na prática apenas em um espaço aglutinador de professores que ministram disciplinas de formação geral nos cursos de Bacharelado Interdisciplinar.

O PPSAE-UFRB

No ano de 2013, foi criado pela PROGRAD o Programa de Promoção do Sucesso Acadêmico dos Estudantes da UFRB (PPSAE). A proposta inicial previa a operacionalização por meio de núcleos, os quais foram criados na estrutura da PROGRAD e deveriam funcionar nos centros acadêmicos. Dos sete núcleos criados no organograma da Pró-Reitoria, somente um núcleo foi efetivamente implantado, no Centro de Ciências da

Saúde; nos demais centros, a justificativa expressa no relatório de gestão da PROGRAD para a não criação da estrutura foi a indisponibilidade de recursos humanos para assumir a execução das ações. Segundo o relatório setorial da PROGRAD, a ação tinha por objetivo “implantar ações de promoção do sucesso acadêmico, combate ao insucesso e a evasão dos estudantes da UFRB, bem como estimular a educação ao longo da vida” (UFRB, 2014, p. 58).

Esse núcleo apresentava como proposição a atuação em cinco frentes, sendo a primeira uma ação voltada para a integração do ingressante – “Transição para vida Universitária” –, que tinha o propósito de acompanhar os estudantes ingressantes no primeiro ano na universidade, de modo a contribuir com a melhoria do processo de aprendizagem e a redução das reprovações e do abandono. A segunda destinava-se ao acompanhamento da permanência de estudantes portadores de deficiência física e estudantes com dificuldade de aprendizagem em componentes curriculares com elevada retenção, após o segundo ano do curso de graduação da UFRB. O terceiro foco do núcleo relacionava-se com o estudo da evasão, de modo a identificar os porquês, com a finalidade de implantar ações que contribuíssem com a permanência dos estudantes na instituição. O quarto tinha como objeto oferecer apoio administrativo à operacionalização das atividades de estágio dos estudantes no final do curso. Por fim, temos o portal do egresso da UFRB, um espaço virtual de relação com o egresso, no qual se realizava um cadastro com informações sobre sua atual situação profissional e uma avaliação do curso de graduação concluído na UFRB e passava a ter informação sobre eventos e seleções de cursos de pós-graduação da universidade e oportunidades de trabalho.

No relatório de gestão da PROGRAD, exercício 2014 (PROGRAD, 2014), consta um conjunto de atividades desenvolvidas pelo Núcleo de

Promoção do Sucesso Acadêmico (NUPSAE-CCS), tais como a criação do portal NUPSAE com oferta de serviços “online” e a consulta sobre dúvidas relacionadas ao funcionamento da universidade. Além da realização de reuniões permanentes com os líderes de turma, com a finalidade de identificar alcances e limites do processo formativo e posterior encaminhamento das demandas levantadas para os setores responsáveis, bem como, a organização do processo administrativo necessário para operacionalização dos estágios curriculares obrigatórios dos cursos de graduação do CCS.

Outra estratégia descrita pelo NUPSAE-CCS foi a implantação de Projetos de Extensão, com duas linhas de atuação: o programa “Transição para vida Universitária”, com o propósito de realizar encontros semanais com os estudantes do primeiro semestre para debater temas relacionados aos processos de afiliação dos estudantes de primeiros semestre à vida universitária, de maneira a desenvolver ações de apoio nesse processo de adaptação. Outro programa foi o “Tutorando”, que visava selecionar alunos veteranos para atuarem como tutores dos alunos calouros e estes deveriam orientá-los em questões ligadas ao processo de adaptação à vida acadêmica, tais como o funcionamento da universidade, dos componentes curriculares, dos núcleos administrativos, assim como da realização das atividades pedagógicas e acesso aos materiais didáticos, entre outros processos inerentes à práxis discente.

Essa estratégia, apesar da sua importância como espaço gerador e promotor da cultura institucional de promoção do sucesso educativo dos estudantes, não teve adesão institucional e não se constituiu em uma ação que envolveu todo o *campus* universitário. O seu desfecho foi a extinção da estrutura administrativa descentralizada criada que permitiria a implantação do PPSAE-UFRB nos centros acadêmicos, em agosto de

2015, com assunção de uma nova gestão na universidade. Com esta ação administrativa, o único núcleo criado, o NUPSAE-CCS, foi extinto e as ações em andamento, naquele centro acadêmico, foram interrompidas.

Considerações finais

Este capítulo teve a intenção de registrar as ações/projetos da PROGRAD/UFRB no período entre março de 2013 a junho de 2015. Optamos por apresentar ações/projetos implantados que foram articulados com os pressupostos do movimento “Universidade Nova”, este como salientado neste capítulo foi inspirado na perspectiva de universidade formulada por Anísio Teixeira. Naquele contexto, destacamos o ambiente favorável no Ministério da Educação, para implantação de inovações em função da implantação do REUNI, em 2007.

Dentre as ações/projetos elencadas, foram destaques formação dos docentes que integravam os NDEs de cursos de graduação da UFRB, a ampliação de cursos de Bacharelado Interdisciplinar, a criação do Núcleo Interdisciplinar de Formação Geral e Afiliação a Vida Universitária (NUVEM) e a criação do Programa de Sucesso Educativo dos Estudantes da UFRB. Essas ações/projetos articulam-se em prol da transformação da universidade tradicional e da construção de uma universidade pautada nos princípios anisianos. Nessa perspectiva, consideramos que a gestão foi exitosa, visto que ao longo do texto é possível perceber a coerência interna entre o arcabouço teórico e os projetos implantados.

Quanto às ações/projetos que foram implantados naquele período e sofreram retrocessos ou foram extintos, como o NUPSAE/UFRB, pode-se especular que se trata de uma vocação da universidade brasileira em se render às forças do tradicionalismo.

Sobre este aspecto escreveu Anísio Teixeira (1968):

As instituições brasileiras, na minha opinião, são de uma fragilidade enorme. De nada adianta mudar o nome delas à vontade. O fato é que é real a fragilidade institucional brasileira. Isso decorre de as ideias estarem na cabeça das pessoas, não na sociedade a que pertencem. Vale pouquíssimo uma ideia na cabeça. Nem chega mesmo a ser uma ideia. Uma informação que se tem na cabeça não é uma ideia-força, uma ideia que opera. Nossa luta pela democracia parece-me profundamente expressiva. No Brasil, não falta informação democrática, não falta quem exponha a democracia com a maior clareza. Por que, então, não funciona essa democracia? (p. 30).

A partir dessas palavras de Anísio Teixeira, proferidas para os parlamentares brasileiros, podemos requisitar argumentos que suscitam alguma explicação, quanto a fragilidade das instituições nacionais e/ou a incapacidade dos gestores/docentes e discentes da UFRB alinhados com tais mudanças e transformações na formação superior, em aglutinar a comunidade universitária em torno de uma ideia-força.

Outrossim, essa mesma universidade é uma referência em inclusão no ensino superior, tanto no que diz respeito ao acesso de jovens das classes sociais menos favorecidas, quanto às questões de gênero, raça e diversidade; está assentada sob a égide de uma instituição social e culturalmente referenciada em todos os territórios e municípios onde está instalada. Desse modo, é possível inferir que o movimento das mudanças mais estruturais para o ensino superior, de uma ainda jovem universidade pública interiorizada, é mais lento e requer tempo de amadurecimento e aglutinação em torno desta ideia - força.

Referências

ALENCAR, H. D. A Universidade de Brasília . In: D. Ribeiro, **A Universidade Necessária** (pp. 271-296). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Universidade Nova: textos críticos e esperançosos**. Salvador: Edufba, 2007.

_____. Nunca fomos Flexnerianos: Anísio Teixeira e a educação superior em saúde no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 12, p. 2531-2543, Dec. 2014 (a). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-311X2014001202531&lng=en&nrm=iso. Acesso: 01 fev. 2021.

_____. Bacharelado Interdisciplinar em Saúde: revolução na educação superior no campo da saúde? In TEIXEIRA, C. F., & COELHO, M. T. (Org.), **Uma experiência inovadora no ensino superior: bacharelado interdisciplinar em saúde** (pp. 11-22). Salvador: Edufba, 2014 (b).

ANASTASIOU, Léa das. Graças Camargos. **Metodologia de ensino na universidade brasileira: elementos de uma trajetória**. Campinas: Papyrus, 2001.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 1.063, DE 20 DE JANEIRO DE 1939**. Dispõe sobre a transferência de estabelecimentos de ensino da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil. Rio de Janeiro-DF, 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1063-20-janeiro-1939-349215-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20transfer%C3%Aancia%20de,que%20lhe%20confere%20o%20art.> Acesso: 10. Jan. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília-DF, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso: 10. Jan. 2021.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Tradução de Georgina. G. dos Santos, & Sônia. M. Sampaio, Salvador: Edufba, 2008.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: C. G. Veiga, E. M. Lopes, & L. M. Faria, **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 151-204.

FREITAS NETO, J. A. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior**

Unicamp, Campinas-SP p. 62-70, 2011. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-reforma-universitaria-de-cordoba-1918-um-manifesto>. Acesso: 01. fev.2021.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PDE - **Plano Nacional da educação**: razões, princípios e programas. Brasília-DF, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>:<http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso: 10. jan. 2021.

MEC/SESu - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**: Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Brasília, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/1651822/AppData/Local/Temp/reuni_relatorio.pdf. Acesso: 10. Jan. 2021.

UFRB. **Relatório de Gestão Setorial do Exercício de 2013** / Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD / Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Cruz das Almas – BA: UFRB, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/1651822/AppData/Local/Temp/relat%C3%B3rio-de-gest%C3%A3o-da-prograd-2013---atualizado.pdf>. Acesso: 18/01/21.

UFRB. **Relatório de Gestão Setorial do Exercício de 2013** / Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD / Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Cruz das Almas – BA: UFRB, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/1651822/Downloads/Relatrio_de_Gesto_da_PROGRAD_2014%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/1651822/Downloads/Relatrio_de_Gesto_da_PROGRAD_2014%20(4).pdf). Acesso: 18/01/21.

PRESTES, E. M., JEZINE, E., & SCOCUGLIA, A. C. Democratização do Ensino Superior Brasileiro: O caso da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa-Pt, 21, 199-218, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/349/34924585011.pdf>. Acesso: 11.jan.2021.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ROCHA, João A de L, ALMEIDA FILHO, N de. **Anísio Teixeira e a Universidade NOVA**, 2007. Disponível em <http://www.universidadenova.ufba.br/twiki/bin/view/UniversidadeNova/Conceitos>. Acesso: 18/01/21.

SANTANA, L. A. A., OLIVEIRA, R. P., & MEIRELES, E. **Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da UFRB**: inovações curriculares, formação interdisciplinar, integrada e em ciclos. Cruz das Almas: UFRB, 2016.

SANTOS, B. S. **A universidade do século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.50, n.111, jul./set. 1968. p.21-82. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/perspectiva.html>. Acesso: 20.jan.2021.

TEIXEIRA, Anísio S. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

TEIXEIRA, Anísio S. **Ensino Superior no Brasil – Análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005, 324p

TEIXEIRA, C. F., & COELHO, M. T. **Uma experiência inovadora no ensino superior**: bacharelado interdisciplinar em saúde. Salvador: Edufba, 2014.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB. **Plano Orientador da Universidade de Brasília**. Brasília-DF: UNB, 1962. Disponível em: file:///C:/Users/1651822/Downloads/PDE_UnB_Plano_Orientador_UnB_1962.pdf. Acesso: 10.jan.2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB). **Plano de desenvolvimento Institucional 2010-2014**. Cruz das Almas: UFRB, 2009. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/images/legislacao/pdi-ufrb-2010-2014.pdf>. Acesso: 10.jan.2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB). **Estatuto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. Cruz das Almas: UFRB, 2005. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/images/legislacao/Estatuto-UFRB.pdf>. Acesso: 10.fev.2021.

VICENZI, Lectícia Josephina Braga de. A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil. **Forum Educacional**. Rio de Janeiro, v.10, n.3, jul./set. 1986. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/fran/artigos/federal.html>. Acesso: 10. Jan. 2021.

A **pregnância das Políticas Afirmativas** no ensino de graduação da UFRB

Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus

Introdução

Os impactos da adoção pelo Estado brasileiro de políticas afirmativas no ensino superior são intensos e têm sido profundamente sentidos na sociedade, uma vez que além de servir para pôr à mostra o embuste do discurso da democracia racial, efetivamente têm servido para mudar a composição de forças sociais, assim como para alterar a presença e a representação do povo negro brasileiro.

Desde 1949, quando Abdias do Nascimento editou o *Jornal Quilombo*, no qual defendia a adoção de bolsas de estudos para negros, até os dias atuais, quando a política de reserva de vagas está presente nos processos seletivos para o ensino superior na graduação, na pós-graduação e em concursos públicos, presenciamos a reedição de um confronto de posições sobre o projeto da nação brasileira no que se refere à inclusão cidadã das populações negra e indígena.

Em contestação aos argumentos que previam que haveria uma redução da qualidade do ensino superior após o ingresso de uma leva de estudantes negros, oriundos de escolas públicas, integrantes da camada popular, de baixa renda, foram sendo apresentados estudos que comprovam a manutenção dos níveis de aproveitamento nos cursos (ALMEIDA, 2005, ESPÍRITO SANTO; SANTOS; MENDONÇA, 2016). Isso revela não existir oposição entre a excelência de uma instituição de ensino e a promoção da equidade social pela via das ações afirmativas na educação.

Estudantes cotistas têm bom desempenho acadêmico, inclusive nos cursos de maior prestígio social. O mérito não está sendo afetado, portanto os docentes não estão tendo que reduzir a qualidade e a exigência das suas avaliações. Ao contrário, estão sendo chamados a se atualizarem, a ampliar e diversificar seus arcabouços teóricos, suas epistemologias e hermenêutica, suas abordagens metodológicas, e de um modo mais amplo, suas visões de mundo, de modo a que estejam mais coadunados em suas práticas, com as demandas reais que ocorrem às salas de aula, em um convívio pleno de diversidade e diferença.

A abertura para a pauta da inclusão social no Brasil do século XX viabilizou uma série de mudanças orgânicas, historicamente pautadas pelos movimentos sociais, em especial pelo movimento negro (GOMES, 2017) e proporcionou os meios para o surgimento de políticas públicas de equalização social (Leis Federais 10.639/03, 11.645/08), que afetaram positivamente a política nacional de educação.

No contexto da Educação Superior, a reforma dos currículos, obrigatória para atender à formação que exigia a legislação, assim como a redemocratização do país, deu azo à retomada das discussões em torno da ampliação do acesso, da interiorização do ensino superior e da ampliação da rede pública de educação superior, no bojo da demandada reforma universitária.

Assim, a partir de um governo federal democrático, em 2005, no contexto da implantação de novas universidades no Brasil, é criada a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), a pioneira entre as universidades federais brasileiras a criar uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE.

A PROPAAE esposa o princípio da *pregnância das políticas afirmativas*, o que significa a admissão que a política de reparação, de promoção da equidade étnico-racial, deve penetrar e transversalizar todas as políticas e práticas institucionais, nos atos ordinários do fazer institucional, integrando, articulando, organizando o cotidiano, e interferindo, como um conceito fundante nas deliberações, nos posicionamentos e concepções da gestão pedagógica e administrativa, servindo de lastro para o projeto coletivo de promoção da equidade pela via da educação assumido pela instituição (JESUS, 2007; ALVES; NASCIMENTO, 2016, 2018).

A *Pregnância das Políticas Afirmativas* evidencia um posicionamento político-ético-epistemológico emancipatório, na medida em que a educação, a igualdade social e a equidade racial são assumidas como referenciais constitutivos do pensar e agir, como pautas político-pedagógicas da formação e da instituição universitária, sobretudo pela possibilidade de contribuir para a superação de formas de convivências conservadoras, discriminatórias e excludentes.

A responsabilidade social da universidade tem de ser assumida pela universidade, aceitando ser permeável às demandas sociais que não tem poder para as impor. A autonomia universitária e a liberdade acadêmica – que, no passado foi esgrimida para desresponsabilizar socialmente a universidade – assumem agora uma nova premência, uma vez que só elas podem garantir uma resposta empenhada e criativa aos desafios da responsabilidade social. Porque a sociedade não é uma abstração, esses desafios são contextuais em função da região, ou do local e, portanto, não podem ser enfrentados com medidas gerais e rígidas (SANTOS, 2004, p. 91).

Desse modo, visa à inserção cidadã dos diferentes sujeitos sócio-históricos, em pé de igualdade, no cenário geopolítico, histórico-cultural e econômico da sociedade, portanto, considera os elementos da história de vida e formação dos sujeitos e coletividades,

extremamente relevantes na construção das estratégias coletivas de consolidação das políticas de permanência qualificada e de construção do êxito acadêmico do corpo discente na UFRB.

A pregnância das Políticas Afirmativas na PROGRAD

Em um estudo que investigava a pregnância das políticas afirmativas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a partir das narrativas implicadas sobre pertencimento étnicorracial e permanência estudantil, o pesquisador Natanael Conceição Rocha inquiriu sobre a articulação das Ações Afirmativas com as políticas de pesquisa, extensão e ensino-formação, o que materializaria a pregnância dessas políticas na instituição. Ele concluiu que, para os estudantes cotistas participantes do Programa de Permanência Qualificada (PPQ/PROPAAE)¹² havia um efetivo fomento à relação entre políticas de ensino, de extensão, de pesquisa e políticas afirmativas na UFRB. Porém havia a necessidade de ampliação dos vínculos estabelecidos entre a política afirmativa e a política de ensino da UFRB, para o amplo coletivo de estudantes, uma vez que os objetivos da formação acadêmica-permanência-construção do êxito acadêmico significavam a concretização do princípio da pregnância das políticas afirmativas, assumido na criação da UFRB, e isso deveria ser direito de todo e qualquer discente da instituição (ROCHA, 2019).

Semelhante conclusão pautou o plano de gestão da PROPAAE nos anos de 2015-2018, quando foram implementadas ações diretas de vinculação da formação acadêmica com os princípios de promoção da equidade, fomentados pela política de ações afirmativas em curso na UFRB.

¹² Programa de Permanência Qualificada da UFRB, criado em 2007 na PROPAAE, que integra a atenção às demandas materiais da permanência, à formação científica, política e de protagonismo dos/as estudantes cotistas, envolvidos, através da vinculação ao programa de bolsas, em atividades regulares de ensino/pesquisa/extensão/ações afirmativas.

A experiência da PROGRAD (2015-2018)

Em 2015, a estrutura da Pró-Reitoria de Graduação foi reformulada e mantiveram-se as duas coordenadorias¹³: Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica (CEIAC), que passou a contar com o Núcleo de Ensino, Integração e Êxito Acadêmico (NUEIAC)¹⁴, que também absorveu as ações previstas no Programa do Sucesso Acadêmico¹⁵; a Coordenadoria de Políticas de Planejamento da Graduação – CPPG, que reformulou o escopo de atribuições do Núcleo de Gestão de Políticas de Acesso e Acompanhamento Acadêmico (NUGPOL), concentrando toda a política de acesso à UFRB no Núcleo de Gestão de Processos Seletivos (NUPSEL), sob a responsabilidade da servidora técnico-administrativa Deise da Silva dos Santos. Com isso o Núcleo de Gestão de Acompanhamento Acadêmico (NUGAA)¹⁶ concentrou-se nos estudos sobre permanência, gerando o mapeamento, acompanhamento e monitoramento dos índices acadêmicos, como um fomento à promoção de políticas focalizadoras do ensino de graduação (no combate à evasão, à retenção e reprovação dos estudantes) e de suas interfaces com as políticas afirmativas e as políticas de extensão e pesquisa.

¹³ A CEIAC teve a colaboração dos Profs. Cláudio Orlando Costa do Nascimento (CECULT/UFRB) e Rita de Cácia Santos Chagas (CETENS/UFRB) e a CPPG contou com a gestão da Profa. Aline Maria Peixoto Lima (CCS/UFRB).

¹⁴ O NUEIAC contou com a colaboração da Profa. Dra. Silvia Michelle Lopes Macedo de Sá (CECULT/UFRB) e dos servidores técnico-administrativos Alessandra Queiróz de Almeida, Valmiro Neves dos Santos e Maria Fabiana Barreto Neri.

¹⁵ O Programa do Sucesso Acadêmico – PPSAE – criado em 2013, na gestão da PROGRAD da Profa. Luciana Alaíde Santana Alves - surgiu da necessidade de aprofundar estudos sobre a evasão e retenção dos estudantes da UFRB e conhecer o perfil do estudante egresso. O que vai auxiliar para aumentar o desempenho qualitativo e quantitativo dos estudantes [...] O programa tem como foco os estudantes em primeiro ano de ingresso; discentes com dificuldades de aprendizagem nos semestres mais avançados; em período de estágio obrigatório, e egresso da instituição. <https://www.ufrb.edu.br/portal/ensino/3648-ufrb-lanca-programa-de-promocao-para-o-sucesso-academico>. Acessado em 03.02.2021. O Programa foi inicialmente implantado, em 2013, no campus de Santo Antônio de Jesus, em 2014, Santo Amaro.

¹⁶ O NUGAA contou com a colaboração do Prof. Dr. José Raimundo de Jesus Santos e dos servidores técnico-administrativos Décio da Conceição Dias, Thiago Louro de Araújo e Janete dos Santos.

Tal entendimento aproximou as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Formação para Docência do Ensino Superior (NUFORDES)¹⁷, uma vez que a atividade finalística do ensino superior demandava competências e formação específicas para seu corpo docente, integrando formação epistemológica, tanto quanto metodológica e política,¹⁸ de modo a promover a garantia da permanência qualificada dos estudantes na UFRB, atuando diretamente em função da promoção do êxito acadêmico.

O principal foco das reformulações foi a perspectiva de alinhamento entre a pregnância das políticas afirmativas e a promoção do êxito acadêmico na UFRB, através de uma política institucional intersetorial. Isso se deve à compreensão de que tanto o fenômeno da aprendizagem, quanto a permanência qualificada com a construção do êxito acadêmico por parte dos estudantes decorrem de uma gama variada e multifacetada de fatores, que incluem aspectos individuais (emocionais, psicológicos, de sanidade física, econômicos etc.), sociais (estruturais sócio-econômicos e histórico-culturais) e institucionais (política de ensino, de currículo, de avaliação da aprendizagem, políticas de acesso, permanência e pós-permanência etc.).

Tal ação visou à articulação e integração na formulação e atuação dos diferentes setores internos (acadêmicos e administrativos) em uma política institucional que assegurasse a pregnância acadêmica e administrativa dos assuntos abordados, bem como a otimização das estruturas já em funcionamento na UFRB.

A experiência da reformulação interna possibilitou à equipe da PROGRAD um avanço nas ações de integração interna, promovendo

¹⁷ O NUFORDES teve a gestão do servidor técnico-administrativo Lucas Correia de Lima.

¹⁸ Nesse sentido, agradecemos pelo êxito geral da PROGRAD, em suas múltiplas frentes de trabalho ao engajamento profissional, político, ético e humanístico de todos/as os/as docentes e servidores/as-técnicos-administrativos envolvidos/as, pela atuação conscienciosa no desempenho de suas funções com protagonismo e compromisso com a promoção da qualidade da formação ao encargo da UFRB.

planos e atividades que articulavam as duas Coordenadorias e seus diferentes núcleos. Esse avanço sinalizou outro, que foi a busca pelo compartilhamento de informações, o reconhecimento da importância da regularidade dos fluxos internos, e a relevância do acompanhamento das atividades relativas ao ensino de graduação, por suas inúmeras interfaces na política da UFRB.

Ademais, no conjunto das ações que visam ao cumprimento da missão institucional da PROGRAD, foram empreendidas, em especial, práticas que integraram a PROGRAD, a Superintendência de Regulação e Registros Acadêmicos (SURRAC)¹⁹ e ações diretas nos Centros de Ensino, contando com a participação dos gestores locais.

As experiências dos Núcleos de Gestão

O NUEIAC

O Núcleo de Ensino, Integração e Êxito Acadêmico (NUEIAC), criado em 2015, teve a atribuição de gerir a política institucional de ensino e integração acadêmica, como parte da política de ensino da UFRB, ao encargo da PROGRAD/CEIAC.

Visou, a partir da criação de uma rede colaborativa interna de gestão administrativa mutualista, à potencialização das estruturas de gestão acadêmica existentes para: promover ações de integração do ensino, extensão e pesquisa na graduação; propor políticas e programas que visem enfrentar a evasão e a retenção nos cursos de graduação na Universidade em parceria com o Núcleo de Gestão do Acompanhamento Acadêmico; desenvolver atividades no âmbito das práticas pedagógicas, visando à ampliação do êxito acadêmico; articular programas e projetos

¹⁹ A SURRAC esteve sob a chefia da servidora técnico-administrativa, lotada na PROGRAD, Caroline de Jesus Fonseca da Silva.

de ensino que visem à ampliação do êxito acadêmico e à elevação das taxas de sucesso da UFRB; atualizar os manuais acadêmicos (manual do aluno; manual do professor; manual do coordenador de curso); realizar pesquisa institucional sobre a afiliação universitária na UFRB, em seus aspectos qualitativos e quantitativos, em parceria com o Núcleo de Gestão do Acompanhamento Acadêmico; organizar as ações de acolhimento e recepção de docentes e discentes na UFRB.

O Núcleo de Ensino, Integração e Êxito Acadêmico tem como metodologia de atuação a ação direta e a integração com estruturas já existentes que se dedicam, no âmbito da administração da UFRB, a promover ações diretas com o corpo discente da universidade, a saber: a) em articulação com a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), estenderá suas ações aos Centros de Ensino, a partir dos núcleos da PROPAAE já existentes nos sete Centros de Ensino, sendo estes compostos: por um servidor técnico de assuntos educacionais, por um assistente social e pelo serviço de acompanhamento psicológico e pedagógico, assim como por bolsistas/monitores do Programa de Permanência Qualificada; b) com a SURRAC para a promoção de atividade de acolhimento aos discentes; c) com os Núcleos Acadêmicos e Gestores de Ensino dessas unidades, integrando as políticas de atendimento aos discentes, fomentando a gestão intersetorial na UFRB, assegurando a pregnância das políticas de ensino, de integração acadêmica, assuntos estudantis e ações afirmativas no que se relacionam com a permanência qualificada e à promoção do êxito acadêmico²⁰.

O NUEIAC estruturou sua política a partir dos eixos de acesso, permanência e pós-permanência do corpo discente, desenhando ações que

²⁰ Vale registrar a participação de todos os Núcleos da PROGRAD na revisão da proposta do Regulamento do Ensino de Graduação da UFRB – REG, com tramitação na Câmara de Ensino de Graduação na concluída em 2017 e, aprovado pela em 05/02/2018, através da Resolução CONAC 04/2018.

vão do acolhimento aos novos estudantes (como por exemplo, o Programa de Tutoria Docente e Discente para a qualificação formativa), ao acompanhamento dos egressos através do Portal do Egresso, com ações que se desenvolvem ainda nos semestres finais da graduação. Logo, a política de integração é pensada de forma sistêmica e fazendo interagir os vários setores internos da UFRB, responsáveis pelos assuntos estudantis e pelas políticas afirmativas.²¹

Os discentes foram recepcionados com o portal de balões nas cores da UFRB na entrada do auditório, um *banner* tamanho padrão com desejo de Boas-vindas e um *backdrop* no tamanho de 1,30x2,00 com a logomarca e endereços da UFRB nas redes sociais para *selfies*. Na entrada havia uma equipe para recepcionar os estudantes e suas famílias, onde também foi feita a entrega de pastas personalizadas, contendo caneta, papel, informativo da SUPAI, o Questionário aplicado pelo PROPAAE (para ser preenchido e entregue na saída) e uma senha para acesso ao local de pré-matrícula.

Ao longo da programação foram apresentados os programas de graduação e assistência estudantil. Foram prestadas orientações sobre a estrutura e funcionamento da Universidade, serviços disponíveis aos estudantes, esclarecimentos sobre os editais, calendário acadêmico, Recôncavo, procedimentos de confirmação de matrícula, hábitos de estudo, regulamento de graduação e retiradas dúvidas de discentes e familiares sobre moradia, custo de vida nas cidades, transporte, entre outros. Também foram exibidos vídeos e depoimentos institucionais sobre a UFRB. À medida que os discentes e suas famílias eram encaminhados para a SURRAC a programação era repetida, a fim de garantir a uniformidade e o cumprimento das etapas a todos/as presentes (Relatório NUEIAC, 2017, p. 06).

O NUEIAC, em parceria com a Superintendência de Educação Aberta e a Distância (SEAD) e apoio da ASCOM/UFRB, inovou na criação e concepção do site e do aplicativo “ViverUFRB”, contendo o Guia de Inte-

²¹ A esse respeito, consultar os Relatórios de Gestão da PROGRAD, a partir de 2015 no site www.ufrb.edu.br/prograd.

gração do Estudante da UFRB²² (com canal de comunicação do estudante “SOS Aluno”, vídeos de acolhimento dos gestores da UFRB, vídeos de apresentação dos Centros de Ensino e seus municípios, vídeos sobre integração ensino/pesquisa/extensão; *Totens* Interativos (com acesso direto ao Guia disponível na Biblioteca) e Jogos de Tabuleiro para espaços de convivência (distribuído para todos os Centros de Ensino).

O “Guia Viver UFRB” substituiu o *Manual do Aluno* no formato impresso, contribuindo para o projeto de sustentabilidade da UFRB. Ele foi disponibilizado em formato de aplicativo para celular, e visou a otimizar a rotina acadêmica dos discentes, de modo que os discentes pudessem ter à mão informações importantes sobre a vida acadêmica, o regulamento do ensino de graduação, a organização e o funcionamento da universidade.

O Guia permitiu ainda um contato direto da comunidade acadêmica com a Pró-reitoria de Graduação através de um ícone específico de comunicação. Tem um formato dinâmico e foi pensando a partir dos relatos de estudantes ingressantes, englobando as dificuldades dos recém-chegados e localizar aquelas que dizem respeito diretamente à aprendizagem do *ser estudante* no cotidiano da graduação. Essa abordagem se lastreia nos estudos sobre afiliação, vida universitária, condição de estudante, acesso, permanência e pós-permanência no ensino superior.

O NUGAA

O Núcleo de Gestão do Acompanhamento Acadêmico (NUGAA) teve os objetivos de: a) Monitorar os indicadores da graduação: evasão, retenção, taxa de conclusão da graduação e taxa de sucesso acadêmico;

²² O Guia foi adaptado da experiência de êxito da Universidade do Minho-Portugal, visitada como parte das ações da gestão do NUEIAC, em atividade de difusão científica.

b) Subsidiar o preenchimento da planilha orçamentária – SIMEC/PRO-PLAN; c) Elaborar instrumentos para avaliação ao discente; d) Atualizar o site da PROGRAD periodicamente; Elaborar minuta do Calendário Acadêmico; e) Elaborar a política de monitoramento e acompanhamento dos indicadores acadêmicos da UFRB.

As ações do NUGAA tiveram grande relevância na definição de políticas institucionais cruciais como a destinação de recursos, a gestão acadêmica dos cursos, deliberações em torno das políticas e práticas relativas ao desenvolvimento da aprendizagem, das pautas do ensino, dentre outras mais diretamente ligadas aos índices e parâmetros que respaldam decisões curriculares e dos rumos institucionais relativos à oferta de cursos e vagas.

Outrossim, interferem diretamente na implementação das políticas afirmativas na universidade, uma vez que, com a democratização do ensino superior, inclusive com a adoção da política de reserva de vagas - as cotas, modificaram-se os processos seletivos (ENEM/SiSU e processos especiais para segmentos sócio-identitários – quilombolas, população do campo, indígenas, pessoas com deficiências/altas competências, dentre outros), o que alterou o perfil do alunado de ensino superior das instituições públicas do país.

As instituições contemporaneamente representam melhor a diversidade e as diferenças da sociedade brasileira, convivem nas salas de aula, o antigo perfil hegemônico com o novo perfil, herança dos anos de abertura democrática, com expressiva diversidade de raça/etnia, gênero, sexualidade, origem social, geracional, religiosa e cultural, assim como com trajetórias educacionais diferenciadas na origem (sistema de ensino, escolaridade da família), no percurso (em fluxo contínuo ou em

etapas) e nos processos de conclusão da educação básica e de acesso ao ensino superior (cotistas e não cotistas / profissionalização e/ou prosseguimento dos estudos), dentre outras especificidades.

Essas idiossincrasias dos públicos que compõem o corpo discente da universidade precisam ser conhecidas naquilo que acabam por refletir nas formas pelas quais geram a experiência da vida universitária, a apropriação dos espaços, suas rotinas e seus códigos, até à constituição de rotinas acadêmicas próprias – pessoais e de coletivos -, o que gera por fim, estratégias de permanência e de construção do êxito acadêmico com marcadores específicos.

Na matéria com a qual o NUGAA lidou, quantitativamente, há a possibilidade de identificação e cruzamento de informações que dão sinais das dificuldades no enfrentamento da rotina acadêmica, dos aspectos relacionados ao estudar e aprender, por parte do corpo discente, àqueles outros que dizem da condição material subjetiva e objetiva dos estudantes, gerando informações qualitativas para a definição de políticas e estratégias institucionais de promoção do êxito acadêmico e para o enfrentamento da evasão, da repetência, da reprovação, da ociosidade das vagas, do desalento estudantil, do direcionamento dos recursos humanos e financeiros da instituição.

A política de acompanhamento acadêmico contribui, portanto, para que a instituição se reconheça e possa assim balizar suas decisões, a exemplo do que aconteceu com a definição da média de aprovação na UFRB, quando os estudos que comprovavam a média de aproveitamento do corpo discente permitiu uma decisão segura do Conselho Acadêmico da universidade²³.

Desse modo, a atuação estratégica do NUGAA pode consubstanciar um lastro inexcedível para a gestão institucional, tanto pelas di-

²³ A esse respeito ver o Relatório de Gestão de 2017 no site www.ufrb.edu.br/prograd.

mensões que o ensino superior assume como fator de desenvolvimento regional no Recôncavo e na Bahia, quanto pelos impactos diretos sobre as individualidades a partir das decisões de gestão administrativa e pedagógica. Nesse sentido, o fortalecimento do NUGAA, com recursos humanos e técnicos, foi fundamental para o efetivo cumprimento de tão relevante tarefa institucional.

Entre as contribuições diretas do NUGAA estiveram o estudo sobre evasão e retenção semestral nos cursos de Graduação da UFRB, publicado em fevereiro de 2018²⁴, e o estudo sobre aprovação/reprovação por semestre letivo na UFRB entre 2010-2015, com base nos registros do sistema SAGRES, gerido pela SURRAC, por Centro de Ensino. Mencione-se ainda a efetiva participação do NUGAA no processo de itinerância da PROGRAD nos Centros de Ensino, com a apresentação das informações detalhadas por curso/Centro, uma ação que aproximou docentes e servidores técnicos dos Centros de Ensino da pauta da relação ensino-aprendizagem, êxito acadêmico e missão institucional.

No âmbito do NUGAA foi desenvolvido ainda um projeto específico²⁵ para abordar institucionalmente o problema da evasão, valendo-se da articulação interna entre as coordenadorias da PROGRAD, possibilitada pela existência de Núcleos com abordagens específicas e interfaces temáticas e operacionais, a saber: o NUGAA responsável pelo fornecimento de dados a respeito da evasão na instituição, conforme descrito em um dos seus objetivos: “Monitorar os indicadores da graduação: evasão, retenção, taxa de conclusão da graduação e taxa de sucesso aca-

²⁴ Registre-se que a Prograd vem implementando a política de acompanhamento desde a sua criação, tendo lastreado a argumentação que justificou a adesão da UFRB ao REUNI, em 2007, durante a gestão da Profa. Dinalva Melo, na gestão da Profa Suzana Pimentel, realizado o diagnóstico geral por curso da instituição, estudo que foi sequenciado na gestão da Profa. Luciana Alaíde Santana.

²⁵ PROJETO DE ENFRENTAMENTO DA EVASÃO 2017, elaborado pela Técnica em Assuntos Educacionais Janete dos Santos, atualmente, Coordenadora de Políticas de Planejamento da Graduação da PROGRAD/UFRB.

dêmico” e do NUEIAC de cujo objetivo, dentre outros é “Propor políticas e programas que visem enfrentar a evasão e a retenção nos cursos de graduação na Universidade”.(PROGRAD, 2015, p.19-20).

O NUFORDES

O Núcleo de Formação para a Docência no Ensino Superior (NUFORDES) integrava-se à concepção sistêmica concebida na UFRB/PROGRAD, que traz a aprendizagem e o ensino para o cerne das decisões da gestão pedagógica e administrativa da universidade, visando à consecução de suas finalidades e missão, considerando as especificidades do corpo discente e docente de uma instituição pautada na diversidade como um valor de sua identidade, e na pregnância das políticas afirmativas como meio de promoção da equidade social pela via da educação.

Entre os objetivos com os quais contribuiu o NUFORDES, podemos listar: “Propor políticas, programas e projetos universitários articulados com o ensino de graduação, considerando a busca pela excelência acadêmica, contextualizada na realidade do Recôncavo da Bahia; Fomentar políticas, programas, projetos e ações que tenham como objetivo a melhoria das condições de oferta do ensino de graduação, principalmente considerando sua qualificação e expansão.” (PROGRAD, OBJETIVOS), por meio da oferta de formação docente através de cursos e formação continuada.

O NUFORDES inseriu-se nos mais importantes eventos da Universidade: Reconcitec, Fórum de Licenciaturas, Fórum 20 de Novembro, Semana Pedagógica nos Centros de Ensino, Reecôncavo, compondo oficinas e cursos relevantes para a formação docente, tais como: “Inovando a Sala de Aula: Educação Empreendedora, Aprendizagem Ativa e Design Thinking”; Acessibilidade no Ensino Superior: inclusão de estudantes com deficiência; Tecnologia Assistiva e Orientação e Mobilidade; Inter-

disciplinaridade e outras abordagens sobre educação e currículo; Afiliação do estudante ingressante; e Palestra Práticas Interdisciplinares e Ensino/Aprendizagem.

A formação empreendida contribuiu diretamente com a capacitação dos membros dos Núcleos Docentes Estruturantes da UFRB, para a análise e revisão dos currículos, servindo para uma maior aproximação dos colegiados dos cursos de graduação com a PROGRAD, o que trouxe uma contribuição efetiva para a reestruturação curricular.

O NUFORDES coordenou a realização do *Seminário UFRB em Foco*²⁶, tratando do tema “Negritude, Políticas Afirmativas e Universidade”, levando ao público a divulgação das pesquisas acadêmicas, desenvolvidas por docentes e servidores técnicos da UFRB, sobre a própria Universidade. Esse Seminário teve grande importância da socialização para difusão dos resultados de estudos que podem servir como referenciais importantes para a gestão institucional. Foi sem dúvida uma considerável forma de associar a produção do conhecimento científico sobre aspectos da UFRB, a partir de estudos de sujeitos implicados com as realidades vividas.

O NUFORDES constituiu uma Comissão de Formação Docente da UFRB, regulamentada pela Portaria n.º 237/2017²⁷, para assessoramento à PROGRAD, a partir da indicação de um(a) docente de cada Centro de

²⁶ Em pesquisa realizada, em 2017, na PPGCI, foram catalogados 38 resultados de projetos de pesquisa atinentes à UFRB. Desses 38: 6 são do tema de Currículo; 4 são do tema de Políticas Públicas, Desenvolvimento educacional e Educação; 8 são do tema de Formação Docente; 1 é do tema de Internacionalização; 6 são do tema de Gestão Universitária; 1 é do tema de Prática pedagógica; 1 é do tema de Extensão; 1 é sobre Cultura Universitária; 2 são sobre Qualidade de vida Universitária; 2 são sobre Afiliação Universitária; 4 são sobre Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Desenvolvimento Nacional e Universidade; 2 são sobre Interdisciplinaridade Universitária; 1 é sobre Avaliação Educacional. Em relação ao Convênio UFRB- UMINHO: 2 sobre Currículo; 2 sobre Políticas Públicas, Desenvolvimento educacional e Educação; 1 sobre Formação Docente; 1 sobre Internacionalização; 1 sobre Extensão (Relatório geral NUFORDES, 2017, 30).

²⁷ A Comissão foi composta por: Cláudio Orlando Costa do Nascimento, Rita de Cássia Dias Pereira Alves, Lucas Correia de Lima, Josival Santos Souza, Edwin Hobi Júnior, Carla Carolina Costa da Nova, Ana Maria Freitas Teixeira, Odair Vieira dos Santos, Sabrina Torres Gomes, Josineide Vieira Alves.

Ensino. A Comissão contribuiu para a constituição do Programa de Formação Continuada dos Docentes do Ensino Superior da UFRB, formalizado como projeto interinstitucional com n.º de registro 40701/2016, e que tem como proposta de realização sua programação itinerante entre os Centros de Ensino, com início em 2016, com uma conferência sobre “Currículo, Formação e Multirreferencialidade: inovações na educação” proferida pelo Prof. Dr. Roberto Sidnei Macedo, bem como a palestra sobre “Observatório Avançado de Currículo e Formação” ministrada pela Profa. Dra. Denise Moura de Jesus Guerra.

O Programa de Formação Docente representou um espaço para definições das políticas de formação continuada na UFRB, assim como para apresentações de práticas acadêmicas de ensino e formação inovadoras e bem sucedidas que vêm sendo desenvolvidas por docentes da UFRB em cada Centro de Ensino.

Portanto, o programa visava favorecer a institucionalização de políticas de formação, contribuindo para a qualificação da educação pública ofertada na UFRB, propiciando a apresentação de temas e discussões atreladas ao aprimoramento do ensino, assim como motivando professores/as como sujeitos do processo formativo na educação superior.

O Programa fomentou outros projetos, a exemplo do Seminário UFRB em Foco, editais de submissão de trabalhos científicos, editais de divulgação de boas práticas didático-pedagógicas na graduação e o mapeamento de perfil docente com base em dados da Pró-reitoria de Gestão de Pessoal (PROGEP) da UFRB.

O NUFORDES concebeu o “Edital de Boas Práticas na Graduação”, cujo objetivo era divulgar e reconhecer as práticas didático-pedagógicas da docência na graduação da UFRB, proliferando tais práticas através de uma itinerância de cursos a serem ministrados pelos próprios docentes

com projetos aprovados. A proposta se inseriu na política de formação continuada e atendeu à característica de multicampia da UFRB, possibilitando o fomento da criatividade, autonomia e ineditismo didático no fazer dentro e fora de sala de aula, reconhecendo atividades acadêmicas produzidas pelo corpo docente e proporcionando o trânsito dessas experiências entre os *campi*.

A heteroidentificação racial e a PROGRAD

As Políticas Afirmativas ao serem implementadas trouxeram consigo uma contestação social muito intensa, que variou da denúncia racista de uma exclusão às avessas, passando pelo argumento de que seria ineficaz, ao ato criminoso das fraudes nas autodeclarações raciais.

As instituições começaram a receber denúncias de fraudes na autodeclaração de estudantes ao ingressarem nas universidades. Para fazer frente a essa situação, viu-se a necessidade de criação de mecanismos que tanto coibissem a fraude, quanto, efetivamente, assegurassem a fruição do direito às vagas por reserva racial para as pessoas negras e indígenas.

Surgiram então práticas específicas de monitoramento e acompanhamento da política de cotas nas universidades, com a constituição de bancas de verificação da autodeclaração de pertencimento étnico-racial, exigido nos processos de acesso via reserva de vagas.

As práticas seguem sendo avaliadas e aprimoradas pelas instituições. Nessa prática de heteroidentificação é a expressão inequívoca da raça, como uma realidade sociocultural (fenótipo), que é reivindicada para validar a classificação étnico-racial que assegura a fruição do direito reparatório da reserva de vagas.

Nas universidades um importante processo de formação e aprimoramento das bancas de heteroidentificação foi desencadeado, com a

contribuição de especialistas e pesquisadores, houve uma retroalimentação da própria política, ampliando nas instituições o debate sobre raça, racismo e pertencimento étnico racial e, por conseguinte, também fomentando mudanças nas estruturas internas de gestão administrativa, com a criação de comissões, comitês e departamentos, e da adoção de diferentes práticas e políticas públicas e rearranjos de equalização social, tanto nos âmbitos da esfera pública, quanto privada.

Esse empenho na luta antirracista englobou ações articuladas que se complementaram e abarcaram simultaneamente vários aspectos da vida social, do desenvolvimento econômico, da saúde e da cultura, como políticas universalistas e igualmente, em seus aspectos, como política focalizada.

Durante os anos de 2016-2017, tramitou no Conselho Universitário da UFRB a pauta da constituição de regulamentação interna decorrente das exigências para a implementação da Lei nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Regulamentada pelo Decreto nº 7.824/2012, que define as condições gerais de reservas de vagas, estabelece a sistemática de acompanhamento das reservas de vagas e a regra de transição para as instituições federais de educação superior, e pela Portaria Normativa nº 18/2012, do Ministério da Educação, que estabelece os conceitos básicos para aplicação da lei, prevê as modalidades das reservas de vagas e as fórmulas para cálculo, fixa as condições para concorrer às vagas reservadas e estabelece a sistemática de preenchimento das vagas reservadas.

Na UFRB, o Conselho Universitário (CONSUNI) debruçou-se sobre a matéria e decidiu pela criação de um Grupo de Trabalho (GT), regu-

lamentado pela Portaria UFRB 309/2016, sob a presidência do Prof. Dr. Kabengele Munanga.

O referido GT elaborou um relatório que indicava a constituição de uma instância, inicialmente, denominada Comitê de Controle de Acesso à Reserva de Cotas (COPARC)²⁸, posteriormente criado através da Resolução CONSUNI 004/2017 com a designação de Comitê de Acompanhamento de Políticas Afirmativas e Acesso à Reserva de Cotas (COPARC). Em 2018, através da Resolução CONSUNI 003/2018, foi reformulada passando a ser composto por três comissões, conforme a Resolução 003/2018, em seu Artigo 5º:

Comissão de Aferição de Autodeclaração (CAAD): criada especificamente para a realização do procedimento de heteroidentificação. Considera-se procedimento de heteroidentificação a identificação por terceiros da condição autodeclarada.

Comissão Recursal (CORE): Responsável pela análise dos recursos não reconsiderados pela CAAD.

Comissões de Aferição de Pessoas com Deficiência – CAPED (Administrativa ou Acadêmica): Responsável pelos procedimentos de aferição da deficiência dos/as candidatos/as aos concursos públicos e/ou processos seletivos realizados para ingresso na UFRB.

Comissão Especial de Averiguação (CEA): Responsável pela averiguação de denúncias e/ou fraudes em concursos públicos/processos seletivos (UFRB, 2018).

A PROGRAD integrou a comissão de elaboração da minuta da Portaria, inserindo as demandas para a metodologia, a partir das informações sobre o perfil estudantil da UFRB, demonstrando a relevância do acompanhamento realizado junto à PROPAAE e à SURRAC.

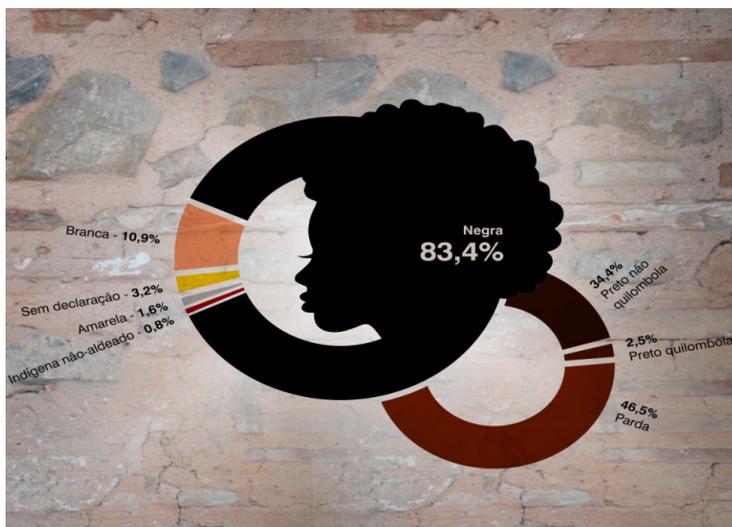
²⁸ Registre-se que no contexto da implementação da Lei de Cotas sob demanda da PROGRAD/NUPI- Núcleo de Inclusão, a partir da obrigação de reserva de vagas para pessoas com deficiências (conforme Lei 13409/2016, Portaria MEC 09/2017), Decreto nº 3289/99, houve a criação do CONDIP (Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência), Portaria 94 de 02/02/16 alterada pela Portaria 392 de 25/04/19. Assim como foram constituídas comissões de verificação da declaração para estudantes, cuja comissão se prevê a participação de membros do CONDIP/PROGRAD/NUPI/PROGEP. Posteriormente, regulamentado pela Portaria 003/2018.

O acompanhamento da implementação da Política de Cotas está diretamente ligado à política de ensino da UFRB, demonstrando a pregnância das políticas afirmativas e o papel que a admissão dessa política pública tem na constituição do corpo docente da UFRB e, consequentemente, nas suas práticas de ensino e aprendizagem.

Em 2017, foi publicado o Perfil Estudantil da UFRB²⁹, (Figura 1) informando que:

Com 83,4% de estudantes autodeclarados negros e 82% oriundos de famílias com renda total de até um salário mínimo e meio. [...] Fruto da política pública de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a UFRB comemora o crescimento do número de jovens baianos, em especial da população mais negra e pobre, com acesso ao nível superior nos últimos anos (Portfólio UFRB - Perfil dos Estudantes - Julho de 2017, p.29).

Figura 1: Gráfico raça/cor/etnia dos estudantes da UFRB.



Fonte: ASCOM (2017).

²⁹ Estudo elaborado pelo Núcleo de Estudos, Formação e Pesquisa em Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (NUFOPE), sob a coordenação do Prof. Everson Meireles.

Entre os estudantes da UFRB, 93,2% são da Região Nordeste, 92% da Bahia e 79,6% do interior do Estado, sendo que 36,3% (3.695) estudantes são do Recôncavo da Bahia, demonstrando o impacto sobre o desenvolvimento local, e em especial na Educação, uma vez que a continuidade nos estudos é um dos fatores considerados na elevação dos índices de qualidade de vida.

Considerações finais

A UFRB assumiu, a partir da sua implantação, o Recôncavo como um espaço/região de aprendizagem, e isso repercutiu nela como instituição universitária especialmente no desafio de fazer conviver, harmoniosa e produtivamente possível, o vasto arcabouço de diferentes contribuições que ela recebe como um legado histórico e social, para a promoção do desenvolvimento com equidade.

As Políticas Afirmativas marcam, conformam e demarcam a gestão da UFRB, pois todos os processos em curso nela, direta ou indiretamente, se voltam para uma reparação histórica em relação à população negra do Recôncavo, assim como para o reposicionamento do Estado da Bahia no contexto do desenvolvimento nacional da ciência, das tecnologias, das culturas e das artes.

O arcabouço que constituiu a UFRB, no meu entendimento, se aproxima da proposta do “modelo pluriuniversitário” defendido por Boaventura de Souza Santos, ao assumir a contextualização do conhecimento e a participação dos cidadãos e cidadãs e comunidades como co-utilizadores e co-produtores do conhecimento. Esse modelo se embasa no que o autor denomina de ação democratizante externa da universidade, e provém, sobretudo, de grupos historicamente excluídos que reivindicam a democratização da universidade pública (SANTOS, 2004).

A UFRB ao perseguir a consecução de seus objetivos e missão institucional criou uma estrutura acadêmica e administrativa, com níveis de descentralização da gestão, à luz das inovadoras vertentes contemporâneas da administração universitária, inovando especialmente na criação da primeira Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis entre as universidades federais do Brasil. Essa ação trouxe para o centro das decisões institucionais a condição do estudante, suas especificidades, associando assim, inextricavelmente, ensino-pesquisa-extensão-ações afirmativas, como o quadripé de sustentação das ações de formação e gestão da UFRB.

Nesse sentido, as pró-reitorias que lidam com as atividades finalísticas da universidade, a saber: PROGRAD, PROEXT, PPPGCI e PROPAAE, assumem um vínculo na gestão acadêmica (pedagógica e formacional) que se estende à gestão administrativa (gerencial e patrimonial), e a isso denominamos *pregnância*, e qualificamos ao defendermos que as ações de equalização social, de reparação sócio-histórica pela via da educação, materializada nas políticas afirmativas, distinguem a UFRB na constelação de instituições de ensino superior no Brasil.

Essa intencionalidade da UFRB, assinalada em seu Estatuto, é um projeto coletivo, e portanto exige uma espécie de concertação que fomenta a um só tempo instituir direitos e deveres e confrontar necessidade, interesses e possibilidades. É um empreendimento que exige adesão e atuação consciente, estruturado como política institucional.

Em muitas nuances é, sem dúvida, o que tem regido as práticas da UFRB, no tempo-espaço de sua atuação, nas diferentes e variadas ações e intenções postas em prática na busca do êxito acadêmico para estudantes, docentes e técnicos, pois esse é um objetivo efetivamente coletivo.

Na experiência da PROGRAD, nos aspectos aqui mencionados, e por certo, nas outras tantas abordagens sobre o processo histórico de sua

constituição, as noções subsunçoras que a lastrearam seguem sendo as que reconhecem, valorizam, visam e fomentam a diversidade de todas as pessoas com seus legados e potências.

Portanto, seguem sendo pertinentes os questionamentos sobre os fundamentos da educação em curso, sobre as formas, metodologias e alternativas curriculares assumidas, assim como a viabilidade destes para assegurar a audibilidade das muitas vozes que ecoam na ágora universitária. Isso tem relação direta com ensino-aprendizagem-êxito acadêmico.

Ao instituímos uma “nova” universidade estamos como educadores e como sociedade diante da necessidade de problematizar a constituição e o exercício do poder e dos micro-poderes nas relações. Por conseguinte, reformulações nas dinâmicas da burocracia interna, ampla divulgação das políticas e prática de êxito (com foco na descentralização para capilarizar os Centros de Ensino), formação temática sobre políticas afirmativas, política de formação/ensino da UFRB, horizontalizada para todo o corpo de servidores da universidade, docentes e técnicos, e seguem sendo metas a serem continuamente priorizadas pela instituição.

Estamos também face à defesa de tradições postas como delimitadoras de espaços, ao tempo em que evocamos outras tradições e legados como desafios à participação e à representação efetivas. Isso nos coloca, como instituição, na tarefa de constituir outros meios de organização, de dinâmicas institucionais e sociais, de reconceptualizar valores que são tratados como conceitos esgarçados – democracia, autonomia e representação, nas suas relações internas, na instituição, assim como, nas relações externas, com as culturas – locais, populares, regionais e globais, considerando as relações etnicorraciais, de gênero e geracionais no interior de um projeto de equidade social, que nos convoca a todos, indistintamente.

Compreende-se, nesse contexto desafiador que o resultado mais expressivo das políticas de ensino da UFRB, e da experiência da PROGRAD, aqui abordada sucintamente através de um recorte tempo-espaço-circunstanciado, é o efetivo exercício para a apreensão das realidades vivenciadas pelos acadêmicos, suas demandas concretas em torno do ensino e da aprendizagem, e das formas de atendimento e promoção da afiliação estudantil na UFRB, através do desenho de políticas e práticas institucionais que a configuram e promovem o fortalecimento da sua rede colaborativa interna, o que tem permitido o desenvolvimento de programas, projetos e ações em parceria que se ampliam e extrapolam a universidade, a exemplo do Programa Universidade Para Todos (UPT)³⁰ parceria com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia), as ações de formação e prática extensionista do Programa de Educação Tutorial (PET/MEC/SESu/UFRB), com nove grupos na multicampia da UFRB.

As ações de todos os Núcleos da PROGRAD, não só os aqui detalhados, vêm permitindo um crescente reposicionamento da Pró-reitoria no contexto da política universitária, recolocando-a no lugar de propositora de políticas, de lócus de fomento às boas práticas e de acolhimento desburocratizante das demandas e potencialidades estudantis.

Essa rede colaborativa interna assegura a pregnância das Políticas Afirmativas e está sendo fortalecida em parcerias também nas ações individualizadas de docentes, técnicos e coletivos estudantis. Essa participação e protagonismo têm fomentado criações e inovações pedagógicas, que têm repercutido nos bons índices de avaliação dos cursos, mas principalmente, nos excelentes índices de promoção da inclusão social, da continuidade nos estudos dos estudantes egressos/as, bem como, na inserção cidadã de todos, um êxito acadêmico da UFRB.

³⁰ Em parceria com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Referências

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Cotas duas hipóteses, uma preocupação.** Jornal A TARDE, Publicado em 20/11/2005.

ALVES, Rita de Cássia Dias P., NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do. **Formação Cultural:** sentidos epistemológicos e políticos. Cruz das Almas, Belo Horizonte, EdUFRN, Fino Traço, 2016. Coleção Uniafro.

ALVES, Rita de Cássia Dias P., NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do. As Políticas Afirmativas no Currículo, Na Formação Universitária: a Preg-nância na UFRB. In.: GARCIA, Maria de Fátima, SILVA, José Antonio Novaes da (Orgs.). **Africanidades, Afrobrasilidades e processo (des)coloni-zador:** contribuições à implementação da lei 10.639/03. João Pessoa. PB, Editora UFRB, 2018, p. 51-74.

ESPÍRITO SANTO, Ana Cristina; SANTOS, Georgina Gonçalves dos; MEN-DONÇA, Luiz Cláudio de Araújo. Educação Superior, Ações Afirmativas e Permanência. In. ALVES, Rita de Cássia Dias P., NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do. **Formação Cultural:** sentidos epistemológicos e políticos. Cruz das Almas, Belo Horizonte EDUFRB, Fino Traço, 2016. Coleção Uniafro, p. 105-126.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador.** Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. **De como tornar-se o que se é.** Nar-rativas implicadas sobre a questão étnico-racial, a formação docente e as políticas para a equidade. PPGE/FACED/UFBA, 2007. Tese de Doutorado.

ROCHA, Natanael Conceição. **A pregnancy das políticas afirmativas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia:** narrativas implicadas sobre pertencimento étnicorracial e permanência estudantil. Salvador. PPGEIU/IHAC/UFBA, 2019. Dissertação de Mestrado.

UFRB. **Relatório de Acolhimento dos Discentes Ingressantes 2017.1 1ª Chamada.** NUEIAC/PROGRAD, 2017.

_____. **Perfil dos Estudantes de Graduação da UFRB**. 2017. Disponível em <https://ufrb.edu.br/portal/noticias/4800-em-seus-12-anos-ufrb-comemora-maioria-negra-e-pobre-no-ensino-superior>. Acessado em 03/02/2021.

_____. **Relatório de Gestão PROGRAD**. 2017. Disponível em <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao>. Acessado em 03/02/2021.

_____. **Relatório de Gestão PROGRAD**. 2016. Disponível em <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao>. Acessado em 03/02/2021.

_____. **Relatório de Gestão PROGRAD**, 2015. Disponível em <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao>. Acessado em 03/02/2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. SP. Cortez, 2004.

Gestão acadêmica da graduação: tessitura coletiva

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

Introdução

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com 15 anos de existência (2005-2020), já demarca a força, coragem e determinação da sua comunidade acadêmica em defender um projeto de educação superior, com um potencial inovador, inclusivo e enraizado com os saberes tradicionais, conhecimento científico, tecnológico e cultural. Desse modo, compartilhamos os múltiplos olhares sobre o ensino, a pesquisa, a extensão e as ações afirmativas do Recôncavo para o Mundo.

Neste contexto, a equipe da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) desvela o seu compromisso e dedicação com a missão institucional com os seus 63 cursos de graduação distribuídos nos sete Centros de Ensino da UFRB: Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCA-AB), em Cruz das Almas/BA; Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC), em Cruz das Almas/BA; Centro de Ciências da Saúde (CCS), em Santo Antônio de Jesus/BA; Centro de Formação de Professores (CFP), em Amargosa/BA; Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), em Cachoeira/BA e São Felix/BA; Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), em Santo Amaro/BA; e o Centro de Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), em Feira de Santana/BA. Cursos com abordagens pedagógicas e inovações curriculares, nas mais diferentes áreas de conhecimento, com estruturação no campo tecnólogo, licenciatura, bacharelado e bacharelado interdisciplinar, bem como, artefatos acadêmicos que possibilitam alguns cursos acontecerem no tempo co-

munidade e no tempo universidade, utilizando a pedagogia da alternância; e outros na modalidade à distância.

Considerando que não há gestão acadêmica dos cursos de graduação de uma universidade sem o envolvimento efetivo dos sujeitos que a compõe, o objetivo deste capítulo é apresentar, brevemente, algumas ações desenvolvidas coletivamente, no período de 02 de fevereiro de 2018 a 01 de novembro de 2019, que contribuíram com a tessitura da gestão universitária, no âmbito da graduação, desenvolvida pela Pró-reitoria de graduação, em parceria com os Centros de Ensino da UFRB, fortalecendo cada vez mais a política de graduação da UFRB. Estrategicamente, foram selecionadas cinco ações significativas da gestão universitária para compor este texto: Fórum de gestores de ensino/PROGRAD; I Simpósio de Graduação da UFRB; Normatização do Regulamento de Graduação; Regulamentação das Licenciaturas da UFRB.

Fórum de gestores de ensino/PROGRAD

Cada centro de ensino tem na sua estrutura organizacional um servidor que assume as atribuições e funções de Gestor que assessora a direção do centro sobre assuntos relacionados ao pleno funcionamento das questões acadêmicas dos cursos de graduação e, para isso ocorrer com efetividade, este servidor trabalha em parceria com os coordenadores de curso de graduação, coordenadores das áreas de conhecimento, em que os docentes são vinculados, e com toda a equipe que compõe os Núcleos de Gestão Técnico Acadêmico (NUGTEAC) do Centro de Ensino da UFRB.

Pensar as políticas acadêmicas de graduação de uma instituição de ensino é fundamental que se tenha espaços de discussão, escuta sensível e pactuações acadêmicas com os sujeitos que executam as ações de gestão de ensino, não obstante, também possam a partir de suas expe-

riências e vivências contribuïrem com o aprimoramento de políticas acadêmicas ou recomendarem novas políticas, em regime de colaboração e cooperação com a Pró-reitoria de Graduação da Universidade.

Neste sentido, surgiu a necessidade de criação de um espaço permanente de discussão, socialização de experiências, dificuldades e desafios sobre a operacionalização administrativa e pedagógica sobre as questões acadêmicas na UFRB respeitando, inclusive, as especificidades de cada centro, todavia sem perder de vista a política de graduação institucionalizada e o princípio da multicampia.

Tratou-se, portanto, de um espaço político-pedagógico-acadêmico que integrou os sete gestores de ensino da UFRB em parceria com a PROGRAD, alternando o local das reuniões entre os municípios em que a UFRB possui Campi, para discussão de temas comuns e que, na medida do possível e da necessidade, envolveram setores da Universidade.

Espaço esse que foi orientado para o entendimento, através da força unificadora do discurso, que assegurou aos participantes o ato de comunicação por meio de uma lógica argumentativa, através do diálogo, acordos e consensos, racionalmente motivados, pautados na Ação Comunicativa de Jürgen Habermas. O filósofo apresenta um caminho para, através da comunicação, transformar as nossas práticas pedagógicas, utilizando um conjunto de pressupostos de validação do discurso (compreensibilidade do pronunciamento, verdade da proposição, sinceridade das proposições e acerto), com base em uma nova perspectiva de racionalidade (HABERMAS, 1996).

Neste sentido,

o diálogo é um marco para que de fato possa estabelecer uma participação-intervenção, orientada ao entendimento, entre os sujeitos da ação. Diálogo pressupõe estratégias de negociação, argumentação, criação e cocriação de situações de aprendizagem, mobilização e fle-

xibilização dos diferentes discursos e centros de saberes (GARCIA, 2013, p.127-128).

Se pensarmos na perspectiva freiriana, sobre o ato comunicativo inserido na prática educativa, “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz também, de gerá-lo” (FREIRE, 2005, p.96). Sem o diálogo não há intercomunicação, característica predominante deste mundo cultural, político e histórico.

Com base nessas concepções, realizou-se a primeira reunião em que se instituiu o “Fórum de Gestores de Ensino de Graduação da UFRB”, no dia 12 de março de 2018, em Cruz das Almas/BA, na Sala dos Conselhos, prédio da Reitoria. Nessa primeira reunião foi feito um mapeamento de temas estratégicos a serem discutidos nas reuniões do Fórum, a sua periodicidade, duração, cronograma, definição do local da reunião, alternando com os Centros de Ensino da UFRB, dentre outros aspectos organizativos para o seu funcionamento.

Após discussão sobre a importância da existência desse fórum como espaço de debate, proposição e articulações sobre aspectos relacionados às atividades de ensino de graduação, alguns temas foram sugeridos, não necessariamente por ordem de prioridade, para serem tratados nas reuniões do fórum, dentre eles: o papel e as atribuições do gestor de ensino na UFRB; planejamento acadêmico; revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso; sucesso acadêmico; acolhimento dos docentes; sistema de gestão acadêmico; regulamento de graduação - Instruções Normativas; revisão da resolução de estágio; revisão da resolução de trabalho de conclusão de curso; utilização das tecnologias de informação e comunicação; capacitação dos docentes; evasão e retenção; cadernetas em aberto e fechamento de notas; estudantes com deficiências e com

necessidades educativas especiais; Fórum de Licenciatura da UFRB; Inclusão de pessoas com deficiência na UFRB; Acolhimento institucional dos estudantes (ingressantes e veteranos), dentre outros temas.

Durante as oito reuniões, realizadas entre 2018 e 2019, foram tratados vários temas extremamente importantes para a gestão acadêmica dos cursos de graduação, pois foram discutidos e aprimorados diversos documentos, antes do envio para as instâncias institucionais de aprovação, a saber:

- Minuta de “Regulamento de Atividades Complementares dos Cursos (ACC) de Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia”, (minuta construída pelo grupo de trabalho, portaria de nº 965, de 03/10/2018, visando atualizar a Resolução CONAC nº 07/2009);
- Minuta de “Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia”, (minuta construída pelo grupo de trabalho, portaria de nº 964, de 03/10/2018, visando atualizar a Resolução CONAC nº 16/2008);
- Minuta do Estágio Obrigatório e não obrigatório dos cursos de graduação da UFRB (minuta construída pelo grupo de trabalho, portaria de nº 943, de 01/10/2018, visando atualizar a Resolução CONAC nº 038/2011 - alterada pela Resolução nº 02/2013);
- Minuta de “Resolução de Tutoria Acadêmica”;
- Minuta de calendário acadêmico da UFRB antes de se submeter ao CONAC.

Esse esforço e comprometimento dos gestores de ensino dos centros em parceria com a PROGRAD desvela o compromisso institucional na promoção de políticas voltadas para a mudança da cultura institucional acadêmica, fomentando novos hábitos institucionais, rotinas, cultu-

ras, comportamentos e, por consequência, promovendo a formação de outros valores e concepções acerca do sucesso e êxito acadêmico, visando avançar e consolidar cada vez mais a política de graduação da UFRB.

I Simpósio de Graduação da UFRB

A PROGRAD, em articulação com o fórum de gestores de ensino, promoveu o I Simpósio de Graduação da UFRB com o tema “Gestão Acadêmico-Pedagógica e Sucesso Acadêmico” e objetivou proporcionar um espaço formativo e de debates sobre a Gestão Acadêmico/Pedagógica e o Sucesso Acadêmico em alinhamento com as políticas de graduação da UFRB. O evento aconteceu nos dias 04 e 05 de junho de 2019, no Auditório da Biblioteca Central, campus Cruz das Almas, com a presença de diretores, vice-diretores, coordenadores e vice-coordenadores de curso, presidentes de Núcleos Docentes Estruturantes, gestores de ensino e representantes outros da comunidade acadêmica. O evento científico foi cadastrado na Pró-reitoria de Extensão, processo nº. 22604/2019, e teve como finalidade: proporcionar um espaço formativo e de debates sobre a Gestão e o Sucesso Acadêmico em alinhamento com as políticas de graduação da UFRB; debater sobre as inovações pedagógicas implementadas na graduação, com foco para os Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares; refletir sobre as políticas de inclusão para estudantes com deficiência ou necessidades educativas específicas; e, iniciar o diálogo sobre a elaboração do plano de formação docente alinhado às políticas institucionais de graduação, com a programação descrita conforme Figura 1.

Figura 1 – Programação do I Simpósio de Graduação da UFRB.

04/06/2019 Terça-feira	18h às 21h Atividade Cultural Livre
<p>8h Credenciamento Momento Artístico-Cultural</p> <p>9h às 9h30 Mesa de Abertura: Reitor Pró-reitora de Graduação Presidente do Fórum de Diretores Representante Discente Membro do CONSUNI</p> <p>9h30 às 12h Conferência de Abertura: Gestão Acadêmico-Pedagógica e Sucesso Acadêmico Palestrante: Prof. Dr. Penildon Silva Filho (UFBA)</p> <p>13h30 às 18h Gestão Acadêmico-Pedagógica na UFRB Mesa-Redonda 01: Profa. Dra. Rosineide Mubarak (UFRB) Profa. Dra. Janete dos Santos (UFRB) Prof. Dr. Neilton Silva (UFRB) Mesa-Redonda 02: Fórum de Gestores de Ensino da UFRB Prof. Dr. Adelson Ramos Cristo (CFP) Profa. Dra. Franciane Rocha (CECULT) Prof. Dr. João Carlos Nunes Bittencourt (CETEC) Prof. Dr. Josival Santos Souza (CCAA8) Prof. Dr. Odair Vieira dos Santos (CETENS) Profa. Dra. Rita de Cássia Nascimento Leite (CCS) Profa. Dra. Rosana Soares (CAHL)</p>	05/06/2019 Quarta-feira
<p>8h às 12h Mesa-Redonda: Experiências dos Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares na UFRB Expositores(as): Profa. Ma. Aline Maria Peixoto Lima (BIS) Prof. Dr. Erico Rigueiredo Gonçalves (BES) Prof. Dr. Fredetix Moreira dos Santos (Leduc-Cetens) Prof. Dr. Jorge Luiz Ribeiro de Vasconcelos (UA) Prof. Me. Paulo Henrique Ribeiro do Nascimento (BCEI) Prof. Dr. Sérgio Ricardo Oliveira Martins (BCA) Prof. Dr. Tiago Rodrigues Santos (Leduc-CFP) Profa. Dra. Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins (Bicult) Mediadora: Profa. Dra. Luciana Alaide (UFRB)</p> <p>13h30 às 18h Mesa-Redonda: A Política de Inclusão como Estratégia para a Afiliação Universitária Expositores: Prof. Anderson Rafael Siqueira (UFRB) Prof. Me. Charles Lary Marques Ferraz (UFRB) Mediadora: Profa. Dra. Nelma de Cássia Silva Sandes Galvão (UFRB)</p>	

Fonte: Disponível em <https://www.ufrb.edu.br/porta1/> (2020).

O evento obteve adesão de 182 (cento e oitenta) participantes, entre os quais foram registrados 35 (trinta e cinco) coordenadores de cursos de Graduação, 10 (dez) vice-coordenadores, 11 (onze) presidentes de NDEs, 6 (seis) gestores de ensino, 3 (três) diretores, 4 (quatro) vice-diretores, 25 (vinte e cinco) técnicos, 32 (trinta e dois) estudantes, além de outros representantes docentes. Entre os resultados obtidos, é possível destacar o compartilhamento de experiências sobre temáticas relacionadas à gestão acadêmico/pedagógica, a política de inclusão como estratégia para a afiliação universitária, e práticas de organização do tempo e conceitos de formação, resultados e desafios encontrados pelos cursos Bacharelados e Licenciaturas Interdisciplinares, e Cursos de Educação do Campo. É relevante destacar aqui que houve a presença de intérpretes de Libras durante todo o evento.

No final do evento foi construída e pactuada uma agenda a partir das contribuições e debates da comunidade acadêmica ali representada, tendo como ponto fulcral aspectos que aprimoram a gestão acadêmico/pedagógica e o sucesso acadêmico na UFRB. O documento foi intitulado “Carta compromisso do I Simpósio de Graduação da UFRB”, apresentado no encerramento do evento, elencou os seguintes aspectos:

- Resgatar o Fórum dos Coordenadores de Cursos de Graduação;
- Continuidade do Simpósio da Graduação da UFRB;
- Ampliação da divulgação dos Cursos de Graduação no âmbito nacional e local;
- Ampliação da política de acesso (entrada primária e acesso ao segundo ciclo);
- Aprimoramento do SIGAA (consultar as regras de negócio e as especificidades de cada Centro);
- Implantação do Programa de Tutoria Universitária em todos os Centros de Ensino;
- Desburocratização da Política de bolsas de Iniciação Científica (IC) na UFRB;
- Construção de Políticas que visem a promoção do bem-estar dos estudantes;
- Ampliação dos estudos sobre a Retenção e Evasão e ações de enfrentamento;
- Implementação da curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação;
- Construção e implementação do Plano de formação pedagógica para o corpo docente da UFRB;
- Flexibilização das atividades/prazos no Calendário Acadêmico para os Cursos de alternância;
- Flexibilização das atividades/prazos no Calendário Acadêmico para os Cursos EaD;

- Flexibilização das atividades/prazos no Calendário Acadêmico para internato do Curso de Medicina;
- Ampliação das atividades da Assessoria de Comunicação na divulgação dos Cursos de graduação e das atividades desenvolvidas;
- Ampliação da carga horária dos gestores de ensino de 10 horas para 20 horas semanais na Resolução dos encargos docentes da UFRB;
- Ampliação da formação e difusão da cultura surda na comunidade acadêmica;
- Ampliação de atendimento aos estudantes com deficiência do Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI);
- Ampliação de apoio pedagógico aos professores que têm estudantes com deficiência ou com necessidades educativas específicas.

A “Carta compromisso do I Simpósio de Graduação da UFRB” foi protocolada e apresentada no Conselho Acadêmico (CONAC), no dia 09 de julho de 2019, pela Pró-reitora de graduação, Prof^{fa}. Rosineide Pereira Mubarak Garcia, membro titular dessas instâncias da UFRB, com objetivo de socializar os aspectos elencados pelo coletivo acadêmico e que possíveis desdobramentos políticos e acadêmicos possam ser tomados de forma institucionalizada, visando aprimorar cada vez mais a gestão acadêmica e pedagógica dos cursos de graduação desta Universidade.

Vale ressaltar que o I Simpósio de Graduação também deu início às discussões sobre o “Plano de Formação para a Docência Universitária”, na perspectiva de se produzir mudanças na prática pedagógica e fomentar novas tendências na implementação de políticas institucionais focadas na valorização e qualificação do trabalho docente. Considerando o ensino na universidade um processo de busca e construção científica e do conhecimento produzido em prol da sociedade, as autoras Pimenta e Anastasiou (2002) defendem que o ensino precisa: a) proporcionar o domínio de conhecimentos, métodos e técnicas científicas; b) considerar

a interdisciplinaridade; c) desenvolver a capacidade de reflexão e autonomia na busca de conhecimento; d) desenvolver atividades de ensino integradas à de investigar; e) desenvolver habilidades de pesquisa; f) substituir o ensino limitado à transmissão de conteúdos; g) valorizar a avaliação diagnóstica; h) conhecer o universo cultural e de conhecimentos dos alunos.

As atividades desenvolvidas do referido Simpósio, desde o seu planejamento coletivo, realização e seus desdobramentos, configuram-se, por si só, um momento de formação docente e representam as tessituras coletivas em prol da valorização e qualificação do trabalho docente. Esse movimento configura-se numa *concepção ecológica* da formação docente que sustenta a ideia de um(a) professor(a) seja,

capaz de desenvolver uma cultura profissional que lhe assegure a possibilidade de ser, individualmente e coletivamente, um agente de mudança que dê conta de enfrentar situações problemáticas contextualizadas, em meio às quais ele saiba não só o que fazer e como fazer, mas também por que e para que fazê-lo (PIMENTA, ALMEIDA, 2011, p.27).

É importante destacar que a formação dos docentes do ensino superior é um dos campos das políticas institucionais, todavia, também é essencial a criação de estratégias de valorização profissional, incentivos, progressões funcionais e melhores condições de trabalho, fortalecendo assim, as afiliações institucionais do corpo docente com a missão da universidade.

Normatização do Regulamento de Graduação

A Pró-reitoria de Graduação da UFRB, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Capítulo II e Capítulo IV, Seção I e II do Regulamento de Ensino de Graduação, Resolução nº 04/2018 CONAC,

tornou público vinte e três Orientações Normativas (ON), dez no ano de 2018 e treze em 2019, orientações estas que visam normatizar os procedimentos acadêmicos da UFRB.

A construção das ONs se deu de forma dialógica, coletiva e participativa envolvendo as duas Coordenações da PROGRAD: Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica (CEIAC), na gestão do Prof. Dr. Neilton da Silva, e a Coordenadoria de Políticas e Planejamento de Graduação (CPPG), na gestão da Dra. Janete dos Santos, abrangendo os seus respectivos núcleos, bem como, um amplo debate com os servidores vinculados aos Núcleos de Gestão Técnico Acadêmico (NUGTEAC) dos sete Centros de Ensino da UFRB.

A depender das especificidades das orientações e procedimentos normativos a serem construídos e/ou atualizados outros setores e superintendências da Universidade eram envolvidos, tais como, a Superintendência de Regulação e Registros Acadêmicos (SURRAC), a Coordenadoria de Tecnologia da Informação (COTEC), vinculada a PROPLAN, e a Superintendência de Assuntos Internacionais (SUPAI). A seguir, serão brevemente apresentadas a numeração das Orientações Normativas e os respectivos temas abordados, bem como, a data de sua publicação e situação atual. No Quadro 1, serão apresentadas as dez ONs construídas em 2018 e, em seguida, no Quadro 2, as treze ONs construídas em 2019.

Quadro 1 – Orientações Normativas (ON) da PROGRAD, em 2018.

Nº da ON	Tema	Data de publicação da ON Situação atual
001/2018	Estabelece orientações para o ingresso e matrícula de estudantes no âmbito da graduação	04/05/2018 Em vigência
002/2018	Estabelece orientações para a realização dos procedimentos de inscrição em componentes curriculares e da oferta de componentes curriculares em condições especiais.	04/05/2018 Revogada pela ON nº012/2019

003/2018	Estabelece orientações para a dilatação de prazo e permanência.	04/05/2018 Em vigência
004/2018	Estabelece orientações para dispensa de Atividades Formativas.	04/05/2018 Em vigência
005/2018	Estabelece orientações para trancamento de matrícula no curso, trancamento de inscrição em atividades formativas e desistência definitiva do curso.	04/05/2018 Revogada pela ON nº 003/2019
006/2018	Estabelece as orientações para permuta de turno nos cursos de graduação	04/05/2018 Em vigência
007/2018	Estabelece prazos para emissão de documentos junto ao Núcleo de Gestão Técnico-Acadêmico (NUGTEAC)	04/05/2018 Em vigência
008/2018	Estabelece orientações para tomada de ciência e recurso em processos, por estudante de graduação.	04/05/2018 Revogada pela ON nº 04/2019
009/2018	Estabelece orientações para atualização de dados do discente no SIGAA.	04/05/2018 Em vigência
010/2018	Estabelece orientações para segunda chamada, solicitação de reavaliação de nota de atividade avaliativa e regime de exercícios domiciliares.	04/05/2018 Revogada pela ON nº 001/2019 e ON nº 002/2019

Fonte: Disponível em <http://www.ufrb.edu.br/PROGRAD> (2020).

Quadro 2 – Orientações Normativas (ON) da PROGRAD, em 2019.

Nº da ON	Tema	Data de publicação da ON Situação atual
001/2019	Dispõe sobre as orientações para a realização dos procedimentos de Segunda chamada de atividade avaliativa, Reavaliação de Nota e revogação e Orientação Normativa Nº 10/2018.	19/03/2019 Em vigência
002/2019	Dispõe sobre as orientações para a realização dos procedimentos de Regime de Exercício Domiciliar, e revoga a Orientação Normativa nº 10/2018.	19/03/2019 Em vigência
003/2019	Estabelece orientações para trancamento de matrícula no curso, trancamento de inscrições em atividades formativas e desistência definitiva do curso; bem como revoga a Orientação Normativa nº 05/2018.	19/03/2019 Em vigência

004/2019	Estabelece orientações para tomada de ciência e recurso em processos, por estudantes de graduação, e revoga a Orientação Normativa nº 08/2018.	19/03/2019 Em vigência
005/2019	Estabelece orientações para inscrição aos interessados em cursar componentes curriculares na condição de aluno especial de graduação.	19/03/2019 Em vigência
006/2019	Estabelece orientações para matrícula decorrente de transferência <i>ex-officio</i> .	19/03/2019 Em vigência
007/2019	Estabelece as orientações para o Programa de Mobilidade Acadêmica (nacional e internacional) no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.	11/07/2019 Em vigência
008/2019	Revoga a Nota Técnica nº 001/2016 e reformulam as orientações para a criação, registro e acompanhamento dos grupos de estudos no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.	12/07/2019 Em vigência
009/2019	Estabelece orientações para o preenchimento de vagas nos componentes curriculares da matrícula web.	12/07/2019 Em vigência
010/2019	Estabelece orientações para o preenchimento de vagas em componentes curriculares exclusivos para discentes dos cursos de graduação na matrícula web.	12/07/2019 Revogada pela ON. 013/2019
011/2019	Dispõe sobre o aproveitamento de Estágios Curriculares Obrigatórios para discentes que participarem do Programa Institucional de Residência Pedagógica da CAPES.	22/07/2019 Em vigência
012/2019	Estabelece orientações para a realização dos procedimentos de inscrição em componentes curriculares e da oferta de componentes curriculares em condições especiais.	02/09/2019 Em vigência
013/2019	Estabelece orientações para o preenchimento de vagas em componentes curriculares exclusivos para discentes dos cursos de graduação na matrícula web.	02/09/2019 Em vigência

Fonte: Disponível em <http://www.ufrb.edu.br/PROGRAD/> (2020).

Não obstante, o processo de construção foi um momento muito relevante, pois as experiências acumuladas pelos servidores que executaram as ações, as dificuldades de operacionalização, assim como, os desafios e as possibilidades de superação e resolução dos procedimentos acadêmicos, eram amplamente compartilhados, resultando na constru-

ção coletiva e colaborativa de políticas de graduação mais efetivas, com probabilidade de maior eficiência na sua implementação.

Ressalta-se também a importância e urgência da otimização do uso de processos cada vez mais informatizados e integrados ao sistema de gestão acadêmica da UFRB e, portanto, foi fundamental a dedicação e colaboração da equipe da SURRAC e da COTEC neste empreendimento.

Contudo, as orientações não são imutáveis, elas são aprimoradas na medida em que a gestão acadêmica dos cursos de graduação é impactada por leis federais que regem a IES públicas e os regulamentos institucionais que regem a política de graduação da universidade, todavia, a metodologia de trabalho envolvendo todos os atores e autores da gestão acadêmica de graduação precisam ser garantidas a partir do princípio da gestão participativa e democrática.

Regulamentação das Licenciaturas da UFRB

Visando atender a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 02/2015, de 01 de julho 2015, foi empreendido um esforço da Equipe da Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica (CEIAC), mais especificamente do Núcleo de Gestão Acadêmica de Cursos e Currículos (NUGACC), para o atendimento do prazo final estabelecido em junho de 2019, tendo em vista os prazos definidos e depois prorrogados pelo próprio CNE em 2018.

A Resolução CNE/CP nº 02/2015, alterada pela Resolução CNE/CP nº 1, de 9 de agosto de 2017, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Nesse cenário, os dezenove Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de Licenciaturas da UFRB precisariam ser atualizados e tramitados nas instâncias superiores da Universidade, não obstante, ressalta-se a atuação do corpo docente que compõe o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de curso de graduação, a dedicação e profissionalismo da Equipe CEIAC/PROGRAD, em diálogo permanente, sempre que necessário, com a Procuradora Educacional Institucional (PEI), bem como, destaca-se o compromisso dos membros que compõem a Câmara de Graduação da UFRB, quanto aos exíguos prazos e qualidade na apreciação dos processos em tramitação.

Entre os anos de 2018 e 2019 foram apreciados pelo NUGACC/PROGRAD os seguintes PP de Cursos de Licenciaturas:

1. Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias (CFP);
2. Licenciatura em Filosofia (CFP);
3. Licenciatura em Ciências Sociais – Noturno (CAHL);
4. Licenciatura em Pedagogia – Diurno (CFP);
5. Licenciatura em Química (CFP);
6. Licenciatura em Biologia (CCAAB);
7. Licenciatura em Física (CFP);
8. Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza (CETENS);
9. Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Matemática (CETENS);
10. Licenciatura em Educação Física (CFP);
11. Licenciatura em Ciências Sociais – Diurno (CAHL);
12. Licenciatura em História – Noturno (CAHL);
13. Licenciatura em Pedagogia – Noturno (CFP);
14. Licenciatura em Letras, Língua Portuguesa, Libras e Língua Inglesa (CFP);

15. Licenciatura em Matemática (CFP);
16. Licenciatura em Matemática EAD (CETEC);
17. Licenciatura Interdisciplinar em Artes (CECULT);
18. Licenciatura Interdisciplinar em Artes – EAD (CECULT);
19. Licenciatura em Música Popular Brasileira (CECULT).

Durante as reformulações dos PPCS de Curso era natural que acontecessem outros ajustes que fossem inerentes à consolidação do perfil profissional do egresso do curso, inovações pedagógicas, integração curricular interdisciplinar e multirreferencial entre o ensino, pesquisa e a extensão, bem como, o atendimento às diretrizes estabelecidas em bases legais do CNE, que por ventura não tinham sido atendidas ou priorizadas, dentre elas:

- A Política de Educação Ambiental - a Lei nº 9.795/1995 e o Decreto nº 4.281/2002, que versam sobre a educação ambiental, orienta que deve ser incluída a educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino através da sua integração às disciplinas de modo transversal;
- As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - a Resolução CNE/CP nº 01/2004 dispõe que as Instituições de Ensino Superior devem incluir, nos conteúdos de componentes curriculares e atividades curriculares, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes;
- As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – a Resolução CNE/CP nº 01/2012, conforme disposto no parecer CNE nº 8/2012, dispõe sobre a inserção dos conhecimentos relativos à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Superior, que pode ocorrer de maneira interdisciplinar,

ou como um conteúdo específico em um dos componentes curriculares já existentes no currículo ou, ainda, de maneira mista, combinando transversalidade e disciplinaridade;

- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - a Lei nº 12.764/2012 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
- Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida – a Portaria MEC nº 3.284/2003, determina que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de ensino superior, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais;
- Componente curricular obrigatório/optativo de Libras - de acordo com o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e o Art. 18 da Lei 10.098/2000 - inclusão de Libras como componente curricular e a resolução CONAC/UFRB nº14/2009, que dispõe sobre a inserção da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como componente curricular obrigatório para os cursos de Licenciatura.

Para, além dessas diretrizes que precisaram ser incorporadas nos PPCs dos cursos de Graduação em Licenciaturas, também se fazia necessário iniciar as discussões sobre o uso de tecnologias de informação e comunicação, tecnologias digitais e outras tecnologias inovadoras, com base na Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial, regularmente autorizados, até o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso³¹.

³¹ Essa Portaria foi revogada e ampliada a carga horária para 40% pela Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Publicado em 11/12/2019, Edição 239, Seção 1, p. 131. Ministério da Educação.

Considerações finais

A política acadêmica da UFRB, no âmbito do ensino de graduação, nas modalidades presencial e a distância, apresenta um alinhamento compatível com as normas e diretrizes nacionais e institucionais, assim como, uma articulação com a realidade e com as demandas da contemporaneidade.

Os cursos de graduação ofertados pela UFRB representam o compromisso institucional com as diferentes áreas de conhecimentos e o desenvolvimento da profissionalização socialmente referendado, neste contexto, as atividades de ensino são desenvolvidas de forma integrada com os Centros de Ensino e a comunidade acadêmica, visando a elaboração de projetos pedagógicos de cursos de graduação, com ênfase no itinerário formativo, com vivência acadêmica qualificada e dispositivos pedagógicos que permeiam a flexibilização curricular.

No campo das discussões e inovações curriculares é importante ressaltar o processo de construção da Resolução nº 006/2019 que dispõe sobre a regularização da política de curricularização da extensão nos cursos de graduação da UFRB e, nesta trajetória a PROGRAD, durante o ano de 2018, teve a honra de acompanhar as discussões realizadas nos Centros de Ensino da UFRB, coordenada pela Pró-reitora de Extensão, Profa. Dra. Tatiana Velloso e contribuir, na medida do possível, na formulação deste marco regulatório. Nesse contexto, também iniciamos, através da CEIAC/PROGRAD uma discussão inicial sobre os princípios de curricularização e procedimentais defendidos na referida Resolução durante a elaboração dos novos PP de Cursos de Graduação, bem como, na reformulação desses, principalmente os PPC das Licenciaturas.

Os múltiplos olhares sobre a formação acadêmica do estudante são essenciais, a partilha de saberes e experiências são necessárias para

expandir as políticas de integração, sucesso e êxito acadêmico, bem como, é essencial ampliar e qualificar a política de acessibilidade a estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais específicas. Por fim, a tessitura coletiva é um princípio para quem defende a política de graduação da universidade, em um modelo de gestão participativa, e muito gratificante para quem tem a oportunidade de gestar a equipe da PROGRAD; aprender, colaborar, ensinar, avaliar, recomeçar e tomar decisões buscando indicadores, quantitativos e qualitativos, cada vez mais significativos para a comunidade acadêmica e para a sociedade.

Contudo, a tessitura coletiva representa um dos grandes desafios na gestão acadêmica da graduação, pois dialogar requer uma predisposição à mudança, uma posição reflexiva e crítica sobre a realidade, assim como, um reconhecimento intersubjetivo e intercomunicacional entre os sujeitos da ação comunicativa e/ou dialógica. De todo modo, um olhar “pela janela” com vários ângulos e percepções, precisa desenvolver um olhar acolhedor, inclusivo e propositivo, que priorize um projeto coletivo, pois, “não existe, tampouco, diálogo sem esperança. A esperança na própria essência da imperfeição dos homens, levando-os a uma eterna busca” (FREIRE, 2005, p.94), em que todos são convidados a contribuir.

Referências

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 002/2015**. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – p. 8-12.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 001/2017**. Brasília, 9 de agosto de 2017.

UFRB. **Resolução CONAC nº 004/2018**. Regulamento de Ensino de Graduação. Cruz das Almas/BA.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 41 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GARCIA, R. P. M. **Avaliação da aprendizagem na educação a distância na perspectiva comunicacional**. Cruz das Almas: EDUFRB, 2013.

HABERMAS, J. **Racionalidade e comunicação**. Trad. Paulo Rodrigues. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1996.

PIMENTA, S. G.; ALMEIDA, M. I. (orgs.). **Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2011.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

A gestão dos processos seletivos: os desafios e inovações

Deise da Silva dos Santos

Agenor Leandro Carvalho dos Santos

Janete dos Santos

Introdução

Ao contemplar o resultado de um processo seletivo de novos estudantes, as alegrias dos aprovados e as decepções dos reprovados, dificilmente se pensa em como foi o desenvolvimento daquele trabalho até esse desfecho final. A escolha do processo a ser divulgado, a decisão da instituição em oferecer os cursos e as vagas, os sistemas que os opera, a equipe gestora, entre outros, são muitos os elementos que não estão abertamente expostos ao público e que perpassam pelos desafios de uma seleção a fim de assegurar o início das aulas em uma instituição.

Saliente-se que o ingresso de estudantes em instituições de educação superior sempre foi marcado por um processo de seleção, haja vista a falta de oferta de vagas para todos e, historicamente, no Brasil esses processos foram realizados por provas conhecidas como vestibulares. Os primeiros processos de seleção aconteceram sob a supervisão estatal e, basicamente, selecionavam para os cursos oferecidos em faculdades isoladas. O termo vestibular, embora alterado pela Lei nº 9.394/1996, não foi excluído da cultura de seleção nas instituições brasileiras.

Assim, discussões sobre o vestibular e novos formatos de seleção marcaram o cenário dos ingressos nas décadas de 1980 e 1990, do século passado, culminando com a utilização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como forma de acesso em substituição aos vestibulares. Nesse

contexto de transição vestibular *versus* ENEM inicia-se o processo de seleção de estudantes na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Para compreender melhor o percurso de gestão do processo de ingresso na UFRB, e demarcar a debutância da instituição, este capítulo que compõe o livro sobre os quinze anos da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) tem como objetivo traçar o desenvolvimento da seleção de estudantes na instituição bem como os desafios enfrentados pela equipe gestora desde a criação da instituição até o ano de 2020.

O capítulo está dividido em partes periodicamente delimitadas em relação às iniciativas políticas realizadas para os processos. No primeiro momento, destaca-se os desafios para a nova instituição em relação à divulgação, o processo conjunto com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a mudança inovadora do vestibular para o ENEM e o Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Em seguida, traça-se o histórico das mudanças relacionadas ao ingresso com a inserção de novos processos seletivos e a necessidade de informatização das ações a eles relacionadas em parceria com outros setores da universidade e a organização da gestão interna da PROGRAD para dar conta de um processo crescente. Por fim, apresentam-se as ações de modernização e inovações que se fizeram necessárias à gestão do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Gestão de Processos Seletivos a fim de tornar os processos mais céleres e alcançar mais estudantes e encerra-se com as considerações finais.

O acesso: desafios iniciais

O ingresso de novos estudantes é um dos procedimentos administrativos mais importantes em uma instituição de educação superior. Nesse sentido, para a UFRB, que teve sua fundação em 2005 e o início de suas atividades acadêmicas no segundo semestre de 2006, foi espe-

cialmente importante encontrar meios de assegurar a seleção de seus estudantes, tanto nos cursos de graduação³² já existentes, quanto para os novos cursos que foram criados para seu funcionamento.

Assim, esse ingresso fora assegurado com a parceria entre essa instituição e sua tutora, a UFBA. Nesse sentido, todo o ingresso para os cursos da instituição no período entre 2006 e 2009 foi realizado pelo Serviço de Seleção, Orientação e Avaliação (SSOA), da UFBA.

Os processos seletivos realizados por meio do SSOA, da UFBA eram feitos uma vez por ano e os editais lançados em conjunto - UFBA e UFRB (Figura 1). Embora essa decisão administrativa assegurasse os meios para a realização da seleção naquele momento, do ponto de vista dos dados de inscritos, o processo não oferecia muita visibilidade para a nova instituição.

Figura 1: Imagem do Caderno 2 do Vestibular conjunto UFBA/UFRB 2007.



Fonte: PROGRAD (2007).

³² A UFRB iniciou suas atividades, em 2006, com a oferta de 15 cursos de graduação.

Isso demandava da instituição uma ampla divulgação do processo nas escolas dos municípios circunvizinhos e em todo o estado da Bahia. A equipe da Pró-Reitoria de Graduação tomou essa iniciativa, por meio da distribuição de folders e cartazes. Saliente-se que a preocupação com a divulgação levou até mesmo alguns docentes para viagens no estado da Bahia a fim de apresentar a UFRB à comunidade externa.

Segundo Santos (2011), apesar de a universidade ter ampliado o número de cursos e de vagas ofertadas nos anos iniciais de sua fundação, o formato do processo de seleção não favorecia o preenchimento dessas vagas. Para a autora isso acontecia porque o processo seletivo conjunto não ajudava a UFRB, pois os candidatos confundiam a identidade das duas instituições.

Essa situação não expressava os anseios da ocupação de vagas da nova instituição que fora criada no contexto da política de expansão e interiorização da educação superior e que tem como pressuposto de sua missão o alcance regional, “valorização das culturas locais e dos aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico” (UFRB, 2020, s/p).

Desse modo, a universidade se confrontava com uma situação bem difícil em relação ao seu processo seletivo, pois não possuía em sua estrutura uma comissão para realização desse processo, reconhecendo que precisaria de uma instituição com *know how*³³ para proceder a sua seleção de ingresso. E não poderia abrir mão da parceria com a UFBA, que lhe assegurava a seleção dos estudantes.

Com esses elementos a considerar, a administração central se via diante de uma importante questão institucional: como selecionar os estudantes de graduação? Ao encontro dessa questão, surgiu uma janela de esperança quando o Ministério da Educação (MEC) conclamou as ins-

33 Expressão inglesa que denota saber fazer.

tituições federais de ensino superior a utilizar o Novo ENEM como forma de ingresso para as instituições públicas.

Destaque-se que, embora não tenha sido criado com o objetivo principal de acesso, o ENEM já era utilizado como forma de ingresso em instituições privadas de educação superior e para participação no Programa Universidade para Todos (PROUNI). Contudo, esse novo formato do ENEM viria para atender aos anseios sociais da democratização do acesso à educação superior, haja vista que tinha em seus pressupostos democratizar as oportunidades de acesso às vagas nas instituições federais de ensino.

Em associação com essa nova roupagem do ENEM, foi criado também o SiSU, recurso eletrônico de gerenciamento de vagas para as instituições que aderissem ao ENEM em 2009. Com o SiSU era possível que os candidatos utilizassem as notas das provas do ENEM, conforme os critérios de classificação que eram criados pelas próprias instituições. O sistema também permitia a preservação das políticas afirmativas, bônus diferenciado para os candidatos e a colocação de pesos para as provas nas respectivas áreas de conhecimento do ENEM (SANTOS, 2013).

Para a UFRB a adesão ao ENEM/SiSU representou um divisor de águas em relação ao seu processo de ingresso. De acordo com Santos (2011), essa decisão oportunizou visibilidade da instituição e de seus cursos no cenário nacional, o aumento no número de inscritos no processo seletivo e o aumento na ocupação de vagas mesmo em cursos de baixa demanda social. “O crescimento de candidatos interessados na instituição aumentou de pouco mais de sete mil e quatrocentos para oitenta e cinco mil, um crescimento de inscrição de 1.156,38%” (SANTOS, 2011, p. 11).

Apesar dos problemas enfrentados na primeira edição do SiSU, que envolveu as três etapas de inscrições, pois os candidatos inscritos e

aprovados não compareciam para se matricular, sendo necessário a criação da Lista de Espera para ocupação das vagas remanescentes, o SiSU demonstrou ser uma importante política de acesso aos cursos superiores em instituições públicas, pois iniciou um processo de reparação histórica de exclusão do acesso das classes menos favorecidas à educação superior.

Na UFRB, em sua primeira edição em 2010, além das três chamadas regulares do SiSU, para a utilização da Lista de Espera foi criado um edital de chamamento de manifestação de interesse presencial. Assim nasceu o Cadastro Seletivo, processo no qual os candidatos realmente interessados e cujos nomes constavam na lista poderiam confirmar seu interesse em cursar na instituição pelo comparecimento presencial em um dos campi. Esse cadastro oportunizou manter o perfil dos estudantes na medida em que os interessados demonstraram ser os estudantes das cidades próximas às unidades da instituição.

Estratégias para seleção e ocupação de vagas

Por aderir ao SISU e utilizar o subprocesso denominado Lista de Espera - Cadastro Seletivo, no ano de 2011 a UFRB já era reconhecida como a outra Universidade Federal do Estado da Bahia, tanto que 100% das vagas ofertadas naquele ano foram preenchidas. Com o objetivo de consolidar a imagem da instituição e assegurar essa façanha, no final desse ano foi instituído na PROGRAD o Núcleo de Gestão de Políticas de Acesso e Acompanhamento Acadêmico (NUGPOL) que tinha como atribuição basilar executar esse processo seletivo, como também organizar materiais gráficos dos processos promovidos pela PROGRAD e divulgá-los (UFRB, 2011).

Dessa forma, em 2012 foi dada primazia à publicidade dos processos seletivos, com isso foi criado o folder e o cartaz 'Passaporte ENEM/

SISU' (Figura 2) que explicava de forma simples como era realizado o processo seletivo da UFRB. Também foram realizadas visitas a diferentes turmas do Programa Universidade Para Todos (UPT)³⁴ e a escolas estaduais do entorno a fim de esclarecer as dúvidas dos candidatos sobre esse recente modelo de acesso. Além disso, foi criado um projeto para recepção de alunos de escolas do ensino médio que vinham conhecer a UFRB.

Figura 2 – Imagem do folder Passaporte ENEM/SISU.



Fonte: ASCOM (2012).

Cabe ressaltar que na PROGRAD já existia o Núcleo de Gestão de Processos Seletivos (NGPS), que era responsável pela execução dos processos seletivos de Vagas Remanescentes, Segundo Ciclo e Mesma Nomenclatura, sendo que o SiSU era realizado pela Coordenadoria de Políticas e Planejamento da Graduação (COPEG). O NGPS era constituído apenas por uma servidora técnica-administrativa, que se dividia entre esses processos seletivos e o processo de contratação de professor substituto. Já o novo núcleo, o NUGPOL, foi formado por dois servidores técnicos-administrativos, que além da realização das atividades mencionadas, tinham como outras funções (1) elaborar o calendário acadêmico da graduação; (2) elaborar e revisar os manuais acadêmicos; (3) acompa-

³⁴ Programa subsidiado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia e do qual a UFRB tinha parceria.

nhar, divulgar e arquivar os documentos institucionais; (4) manter atualizada a página da PROGRAD no site da UFRB; (5) divulgar informações e ações da PROGRAD e; (6) realizar estudos sobre evasão e taxas de sucesso. Evidentemente, muitas demandas para poucos atores.

Considerando as inúmeras demandas, aliadas à forma manual como era realizada a classificação no processo seletivo Lista de Espera - Cadastro Seletivo, em que um servidor ficava responsável por receber as fichas de inscrições dos Centros de Ensino e digitar os CPF de cada inscrito em uma planilha do *Microsoft Excel* 2003, foi definido que a Coordenadoria de Tecnologias (COTEC) elaboraria um sistema para classificar os candidatos e tornar a inscrição automática. Nesse ínterim, foi sancionada a Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), conhecida como Lei de Cotas, que trazia novas regras para os ingressos nos cursos de graduação.

Por conta desses novos critérios, todos os editais e procedimentos de seleção tiveram que ser modificados. Para alterações dessas normas, foram realizadas diferentes reuniões com a Superintendência de Regulação e Registros Acadêmicos (SURRAC) e a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) para definição da documentação que passaria a ser exigida para comprovação dos requisitos. Além disso, por estarem apercebidos da complexidade envolvida na aplicação da Lei de Cotas quanto às convocações dos candidatos, o NUGPOL inseriu na adequação solicitada à COTEC a realização da classificação com base nessa lei e geração do resultado, além da automatização do preenchimento e impressão da ficha de inscrição utilizada no Cadastro Seletivo. Todavia, devido às greves e outras demandas, tais adequações não ocorreram no tempo esperado.

Em 2013, a UFRB instituiu cursos de graduação voltados à Educação do Campo, sendo ofertados em regime de alternância com Tempo

Universidade (TU) e Tempo Comunidade (TC). Devido a essa especificidade e o público-alvo, o processo seletivo deveria ser realizado num formato diferente do SiSU, exigindo edital próprio, assim, surgiu o quinto processo seletivo da UFRB. A realização desse processo foi incumbida ao NGPS que realizou o vestibular especial, em conjunto com a Fundação CEFET – BA. Posteriormente, o núcleo assumiu toda a responsabilidade na realização desse processo.

Na busca de melhoria e inovação dos processos, em 2014, as adequações solicitadas no sistema de seleção da Lista de Espera – Cadastro Seletivo foram parcialmente atendidas, possibilitando a automatização das inscrições, nas quais servidores, de qualquer Centro de Ensino, passaram a recepcionar o candidato e realizar a inscrição por digitar o CPF no sistema e imprimir o comprovante daqueles relacionados na lista. Com isso as inúmeras impressões dos formulários de inscrição foram eliminadas, bem como, o atraso na divulgação do resultado ocasionado pela espera dos maletes enviados pelos Centros de Ensino com as fichas preenchidas para posterior lançamento manual realizado pelo núcleo (UFRB, 2014). Contudo, um desafio ainda era vivenciado: como foram constatadas falhas na etapa da convocação, a geração dos resultados com base na Lei de Cotas continuou a ser realizada por meio de planilhas manuais do *Microsoft Excel 2003*.

Ainda em 2014, a UFRB passou a ofertar o curso de Matemática Licenciatura na modalidade da Educação a Distância (EaD). Visto que uma normativa do MEC impedia a oferta de vagas de cursos dessa modalidade no SiSU, foi instituído um novo processo seletivo (SANTOS, 2020). O NUGPOL ficou encarregado em executar esse sexto processo seletivo que contou com a equipe da Superintendência de Educação Aberta e a Distância (SEAD) da UFRB para elaboração de um sistema de inscrição e participação na seleção dos candidatos.

Considerando o papel social da UFRB, que visa ampliar o acesso a diferentes grupos étnicos ao ensino superior, naquele ano, a PROGRAD foi representada em um grupo de trabalho para tratar do ingresso de indígenas aldeados e remanescentes de comunidades quilombolas. Dessas reuniões foi elaborado um documento que tratava de reserva de vagas para esse público. Esse documento foi encaminhado à Câmara de Graduação da UFRB, sendo posteriormente aprovado pelo Conselho Acadêmico (CONAC), como Resolução CONAC nº 026/2014.

Com isso, no ano seguinte foi lançado o primeiro Edital do processo Seletivo Especial para Remanescentes de Quilombolas e Indígenas Aldeados. Como tal processo seletivo exigia inscrição e classificação diferenciada, o NUGPOL mais uma vez precisou de um sistema que fornecesse funcionalidades específicas para a realização deste processo, como por exemplo, exportação de CPF dos candidatos para identificação das notas do ENEM junto ao sistema do MEC e um campo para importar o arquivo adquirido.

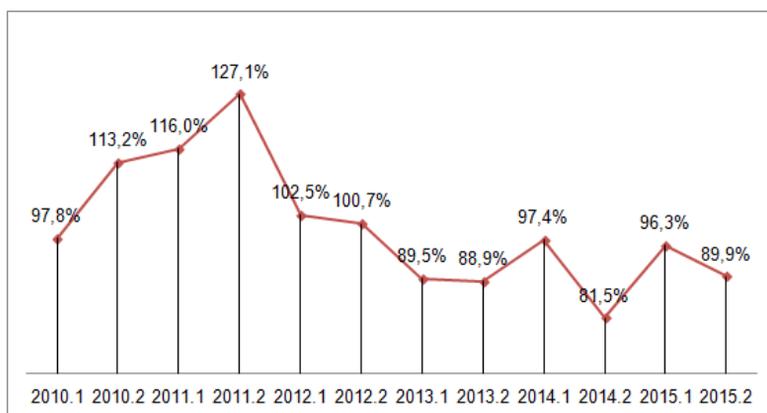
Cumprindo ainda mais seu papel social, ampliaram-se as oportunidades para pessoas surdas ingressarem na UFRB para cursar Letras - Libras/Língua Estrangeira do Centro de Formação de Professores (CFP). Essa ampliação ocorreu em decorrência da aprovação da Resolução CONAC nº 017/2014, que havia sido deliberada pela Câmara de Graduação, na qual definia que entre os anos de 2015 a 2019 haveria um aumento gradativo de 10% a 50% do número de vagas reservadas para esse público no curso citado. Assim, a partir de 2015, os processos seletivos passaram a ter reserva de vagas para pessoas surdas.

O ano de 2015 também foi marcado pelo aumento do tempo de espera em que os candidatos matriculados nos processos seletivos via SiSU tiveram que aguardar para iniciar os estudos. Em decorrência das paralisações das atividades acadêmicas, por conta das greves de servidores públicos, o calendário acadêmico da UFRB sofreu inúmeras alterações,

com isso, a média comum de espera de dois meses para iniciar o curso, aumentou para cinco meses entre os anos 2013 e 2014. Sendo que os participantes do SISU 2015.2 aguardaram 294 dias, ou seja, quase 10 meses para iniciar o curso.

Como mostra a Figura 3, como resultado desses atrasos, o número de vagas preenchidas pelo processo do SiSU passou a diminuir. Pois se entre os semestres 2010.2 a 2012.2 até mesmo as vagas adicionais oriundas de processos seletivos anteriores eram preenchidas (por isso o percentual acima de 100%), a partir do ano 2013, nem as vagas novas oferecidas foram totalmente ocupadas.

Figura 3 – Percentual de preenchimento das Vagas ofertadas no SISU/UFRB.



Fonte: Adaptado do Relatório de Gestão da PROGRAD (2016).

Em relação à gestão, ainda nesse ano, ocorreu a estruturação dos núcleos responsáveis pelos processos seletivos da PROGRAD. O Núcleo de Gestão de Políticas de Acesso e Acompanhamento Acadêmico (NUGPOL) foi extinto e em seu lugar foi criado o Núcleo de Gestão do Acompanhamento Acadêmico (NUGAA), já o Núcleo de Gestão de Processos Seletivos teve sua sigla modificada para NUPSEL (UFRB, 2015). Essas mudanças tiveram por objetivo concentrar os processos seletivos em uma

única unidade, favorecendo assim a uniformização dos procedimentos utilizados nos processos seletivos e a consolidação das informações desses processos. Do mesmo modo, essa separação permitiu que o NUGAA engendrasse mais esforços para cumprir as atividades relacionadas com o estudo da evasão, taxa de sucesso e afins.

Saliente-se que todas essas atividades haviam sido realizadas com apenas dois servidores no núcleo, contudo em 2016 novos servidores passaram a integrar a equipe. Com isso, foi possível realizar alterações nos procedimentos internos, concomitante às execuções dos processos seletivos. Dentre essas alterações incluiu-se a definição de editais únicos para os processos de Segundo Ciclo e de Mesma Nomenclatura, haja vista que no caso do Segundo Ciclo os editais eram lançados por Centros de Ensino, e o de Mesma Nomenclatura, conforme a formação ofertada, se bacharelado ou licenciatura.

Além disso, foi iniciado um estudo sobre o processo de Vagas Remanescentes, posteriormente denominado de Vagas Ociosas. Como apresenta o Relatório de Gestão de 2016, esse estudo visava “beneficiar não apenas os sujeitos ingressantes, mas, principalmente, fortalecer o papel da própria Universidade quanto ao interesse público de ocupação das vagas dos cursos de graduação” (UFRB 2016, p.69). Para isso, houve a necessidade de suspender o processo para reformulação, já que foi identificado um baixo índice de ocupação nos últimos anos.

O estudo envolveu uma visita técnica à Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB) visando compreender as especificidades do processo naquela instituição, como também a elaboração de um relatório para implementação de um sistema para a realização desse complexo processo seletivo. Essas atividades propiciaram uma nova visão com relação ao processo seletivo, desde a concepção da origem das vagas até a forma como o processo era executado.

Considerando o aumento exponencial do lapso temporal entre a inscrição no SiSU e o ingresso na instituição, chegando a 12 meses de espera no ano de 2016 e, conseqüentemente, o aumento do número de vagas não preenchidas, o NUPSEL também iniciou naquele ano um estudo buscando encontrar mecanismos que modificasse esse cenário. Nessas pesquisas foi encontrada uma medida utilizada pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)³⁵ que decidiu não aderir a uma edição do SiSU para diminuir o período de tempo entre a matrícula dos aprovados e a data do efetivo início das aulas.

Após análise dos prós e contras para a UFRB, no qual foi identificado como ponto negativo o descompasso entre a edição do SiSU e o semestre letivo da instituição, o estudo foi apresentado à Reitoria e aos diretores dos centros de ensino e mais tarde, essa discussão foi apreciada em reunião ordinária do CONAC, que deliberou pela não oferta do SiSU/UFRB 2017.2. No entanto, como antes de tal deliberação o Conselho Acadêmico já havia deliberado sobre a renomeação do semestre 2016.2 para 2017.1, ocasionando a inversão de ingresso entre cursos de primeiro e segundo semestre, o ponto negativo anteriormente identificado deixou de existir, como mostra a Tabela 1, extraída do Relatório de Gestão 2017.

Tabela 1 - Período entre a inscrição SiSU e o ingresso na UFRB - 2016 a 2018.

Inscrição	Ingresso
SiSU 2016.1 (janeiro 2016)	UFRB 2016.1 (setembro 2016)
SISU 2016.2 (maio 2016)	UFRB 2017.1 – renomeado (maio 2017)
SISU 2017.1 (janeiro 2017)	UFRB 2017.2 (outubro 2017)
SISU 2017.2 (junho 2017)	Não Adesão
SISU 2018.1 (janeiro 2018)	UFRB 2018.1 (sem data prevista)
SISU 2018.2 (junho 2018)	UFRB 2018.2 (sem data prevista)

Fonte: Relatório de Gestão PROGRAD (2017).

³⁵ <http://unilab.edu.br/noticias/2015/12/30/unilab-divulga-mudanca-na-adesao-do-sisu-2016/>

Considerando o aumento do número de vagas não preenchidas no processo do SiSU e seus subprocessos, em 2017 foi instituído o Processo Seletivo Complementar. Esse processo possibilitou a qualquer candidato que tivesse realizado uma das edições do ENEM definidas em edital, ocupar as vagas ainda não preenchidas. Assim como os demais processos seletivos, para a sua realização havia a necessidade de realizar implementações nos sistemas utilizados, haja vista que tal processo também tinha suas especificidades. Todavia, dada a urgência na utilização do sistema, foi elaborado um sistema à parte, aumentando assim o conjunto de sistemas de seleção utilizados no Núcleo de Gestão de Processos Seletivos (SANTOS, 2020).

Nesse mesmo período, houve a sanção da Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016, que alterou a Lei de Cotas ao dispor vagas para pessoas com deficiência, com isso, foi necessário realizar novas alterações nas normas e nas documentações exigidas nos processos seletivos, como também nos sistemas de seleção utilizados nesses processos. Diante disso, o núcleo viu-se obrigado a dividir-se em realizar os processos recorrentes, ao mesmo tempo em que assessorava à COTEC nas adequações dos sistemas e avançava nos estudos quanto aos aprimoramentos dos procedimentos aplicados em cada processo seletivo.

Esses estudos revelaram a necessidade de modificar a dinâmica dos processos de seleção, uma inovação que será destacada no próximo tópico.

Inovação e modernização da gestão do trabalho

Inovar possui origem etimológica do latim *innovare*, que por sua vez significa renovar, mudar, fazer com que fique novo. Verifica-se, portanto, que, diferente da palavra criar, que possui o significado de fazer

existir, dar origem a algo, inovar significa pegar algo que já existe e melhorá-lo (MICHAELIS, 2021).

Diferentemente das instituições privadas, que buscam através da inovação uma forma de se tornar competitiva, ofertar cada vez mais produtos aos consumidores e assim ganhar mais dinheiro, as instituições públicas buscam na inovação formas de ofertarem serviços públicos com mais qualidade, agilidade, eficiência, transparência e economicidade. Cumprindo assim, os princípios basilares da Administração Pública, presentes no Art. 37º da Constituição Federal de 1988, e que condicionam o padrão que as organizações administrativas públicas devem seguir na realização e oferta dos serviços públicos à sociedade.

Diante desse contexto, e em decorrência do cenário em que o núcleo se encontrava, com um grande volume de trabalho (gerenciar 09 processos seletivos³⁶ de ingresso para os cursos de graduação) e um déficit de pessoal (a equipe perdeu servidores que havia conquistado) viu-se a necessidade de gerar uma ruptura de paradigma na gestão de trabalho e buscar formas de atualizar seus serviços tendo a inovação como ponto de partida.

Essa busca se tornou crucial visto que cada processo seletivo possuía suas regras, seus procedimentos e suas etapas a serem cumpridas, porém, todos possuíam o mesmo *deadline*³⁷: o início do semestre. Assim, muitos dos processos seletivos acabavam por ocorrer simultaneamente, fazendo com que um servidor tivesse que gerir 02 ou 03 processos ao mesmo tempo. Nesse cenário, se fazia imprescindível a redução no tempo para a realização das etapas e o aprimoramento dos fluxos dos processos. Em síntese, era preciso inovar para não colapsar.

³⁶ Chamada Regular do SiSU, Lista de Espera, Cadastro Seletivo, Indígenas e Quilombolas, Segundo Ciclo, Mesma Nomenclatura, Vagas Ociosas, Vestibular Educação do Campo e Educação à Distância.

³⁷ Expressão inglesa que significa “data limite”. Corresponde ao prazo máximo para a conclusão de um procedimento, de uma tarefa.

Com a devida licença poética a Fernando Pessoa, “*Inovar é preciso, viver não é preciso*”³⁸. No poema a palavra “preciso” assume o significado de exatidão, de acerto. Mas quando se fala em inovação, ela passa a ter uma ambiguidade lexical, pois, o “preciso” assume o sentido de “necessário”, uma vez que o que não se inova, não evolui. O que não evolui, tende a se tornar obsoleto com o tempo e, fatidicamente, tende a deixar de existir. Mas também assume o sentido de “exato”, “acertado”, “feito com planejamento”.

Assim, no ano de 2018 o NUPSEL começou uma ação denominada “foco em nosso futuro estudante” (ou “foco no candidato”). Todas as medidas adotadas foram norteadas pela seguinte pergunta “*O que podemos fazer para facilitar e agilizar a vida do nosso candidato?*”. A partir desse questionamento foram criados objetivos estratégicos com a finalidade de gerar simplificação e maior agilidade em todas as etapas do processo seletivo, aliado ao cativamento desse futuro estudante. Os objetivos estratégicos gerados foram: (i) Aprimorar a realização dos Processos Seletivos, (ii) Melhorar a Comunicação com o público externo e (iii) Estruturar e fortalecer a equipe.

Em virtude disso, na busca de uma metodologia que gerasse resultados efetivos, o NUPSEL adotou o sistema *Kaizen* na gestão das suas atividades, com o intuito de gerar inovação em seus procedimentos operacionais, com foco na otimização dos processos, redução no tempo despendido em cada etapa realizada, eliminação de trabalhos e procedimentos desnecessários e acarretando em aumento de produtividade no setor. *Kaizen* é uma metodologia que nasceu no Japão pós- guerra, quando aquele país estava passando por uma grande escassez de recursos. A palavra formada por 02 ideogramas: *Kai*, que significa mudança, e *Zen*, que significa melhor (JOSÉ, 2019).

³⁸ A frase original é “Navegar é preciso; viver não é preciso” e faz parte do poema “Navegar é preciso” de autoria do poeta português Fernando Pessoa.

A escolha dessa metodologia não se deu ao acaso, mas pelo fato dela pregar a não necessidade de grandes investimentos e nem de mudanças drásticas para se alcançar melhorias significativas. Ou seja, fazer mais com menos. O que era o casamento perfeito, visto que o núcleo possuía poucas pessoas para atividades e zero recursos financeiros. O pressuposto básico desta metodologia é a realização de pequenas mudanças diariamente, e assim, gerar grandes resultados em longo prazo. Por conta disso, essa metodologia também é conhecida como *melhoria contínua* (CHIAVENATO, 2014).

Uma das primeiras mudanças implantadas pelo núcleo foi a adoção do *cloud computing*³⁹ para o armazenamento dos arquivos gerados e gerenciados pelo núcleo. A adoção desse modelo de armazenamento de arquivos teve como objetivo aprimorar o trabalho em equipe e dar agilidade ao trabalho, uma vez que os arquivos passaram a estar disponíveis para todos os servidores do núcleo, podendo ser consultados a qualquer momento e de qualquer lugar, bastando apenas ter acesso a internet.

Seguindo com as mudanças, o passo seguinte para o aprimoramento do trabalho em equipe foi a implantação da ferramenta *brainstorming*. Essa ferramenta, também conhecida como tempestade de ideias, é uma simples técnica de dinâmica em grupo, onde, naquele momento, afasta-se os níveis hierárquicos, e todos passam a ter a liberdade para sugerir ideias para os problemas enfrentados pelo setor (GAGETTI, 2020). Assim, regularmente, passaram a ser feitas reuniões, entre os servidores da unidade, para realização de *brainstorming* de um processo seletivo por vez.

A partir da realização do *brainstorming*, foi possível identificar 11 gargalos nos processos realizados, conforme o Quadro 1. Esses gargalos correspondiam a procedimentos (etapas dos processos) que da forma como estavam sendo realizados, acarretavam em desperdício de tem-

³⁹ Expressão inglesa que significa computação na nuvem.

po e morosidade na conclusão de todo o processo. Aumentando assim, o *lead time*⁴⁰ do processo seletivo e, acarretando diretamente em menos chamadas realizadas, uma vez que, a próxima chamada somente pode ser feita após a realização da matrícula dos convocados, pois assim pode-se fazer o levantamento das vagas que não foram preenchidas e então realizar a chamada seguinte.

Quadro 1: Procedimentos realizados em cada Processo Seletivo.

PROCESSO	PROCEDIMENTOS
Cadastro Seletivo	1. Inscrição realizada de forma presencial.
Segundo Ciclo	2. Inscrição realizada em 02 etapas: <i>on-line</i> e presencial. Na etapa presencial o candidato se dirigia ao Centro de Ensino do Curso para a entrega de documentação impressa; 3. Homologação das inscrições do processo seletivo do Segundo Ciclo sendo realizada, pelos Coordenadores de Curso, através de processos físicos (impressos); 4. Envio dos processos de homologação (impressos) para o NUPSEL para realização da publicação no site.
Vagas Ociosas	5. Inscrição realizada de forma presencial e através de formulário impresso; 6. Homologação das inscrições do Processo Seletivo de Vagas Ociosas sendo realizada, pelos Coordenadores de Curso, através de processos físicos (impressos); 7. Envio dos processos de homologação (impressos) para o NUPSEL para realização da publicação no site; 8. Realização de provas para a seleção dos candidatos inscritos no Processo Seletivo de Vagas Ociosas.
Comissões de Aferição	9. Abertura de recurso contra o indeferimento em alguma Comissão de Aferição sendo realizada presencialmente e através do preenchimento de um formulário impresso.
Confirmação de Matrícula	10. Coleta da assinatura dos candidatos numa lista (impressa) como procedimento de confirmação de matrícula; e 11. Envio ao NUPSEL de lista (impressa) dos candidatos que realizaram a confirmação de matrícula nos Centros de Ensino.

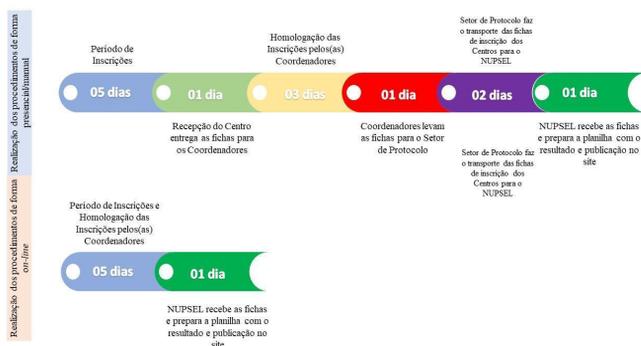
Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

⁴⁰ Expressão inglesa que significa "tempo de espera". Quando se trata de processo seletivo, o *lead time* corresponde ao tempo decorrente entre a inscrição do candidato no processo seletivo até a realização da sua matrícula

Ao colocar numa planilha todos os pontos de estrangulamento (gargalos) encontrados, verificou-se que mais de 90% deles correspondiam a procedimentos que eram realizados de forma presencial/manual. Na figura 3, pode-se observar o exemplo do processo seletivo do Segundo Ciclo e ver o desmembramento das etapas compreendidas, separadas por cada ator envolvido, somente da inscrição realizada pelo candidato até a publicação do resultado da homologação das inscrições no site da UFRB realizada pelo NUPSEL. Supondo que o período de inscrição fosse de 05 dias, o tempo compreendido entre o início das inscrições e a homologação seria de, no mínimo, 13 dias.

Com a alteração, todos os procedimentos (inscrição, homologação de inscrição e emissão do resultado da homologação) que antes eram realizados de forma presencial/manual, passaram a ser feitos através de um sistema on-line. O candidato acessava o sistema e realizava a inscrição, e, ao finalizar (após ter clicado no botão “realizar inscrição”), imediatamente já podia ser verificada e homologada pelo Coordenador do Curso. Desta forma, o tempo de inscrição e a homologação foram reduzidos. Outro ganho de tempo se deu pelo fato que as inscrições não precisavam ser somente em dias de semana, dado os dias de funcionamento do Centro de Ensino. Os dias do final de semana passaram a contar como dias de inscrição.

Figura 3- Etapas da inscrição até a publicação do resultado no processo do Segundo Ciclo: antes e depois das alterações.



Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Através dessa mudança de procedimento, foi possível alcançar economia de tempo e de recursos financeiros. A economia de tempo ocorreu com a redução do tempo gasto de 13 dias para apenas 06 dias, permitindo assim, um possível aumento no período das inscrições e com isso, um possível aumento no número de inscritos no processo seletivo. A economia de recursos financeiros ocorreu principalmente para os candidatos, uma vez que, eliminou-se o custo de deslocamento até o Centro de Ensino e da obrigatoriedade em entregar cópias dos documentos pessoais nos casos em que a inscrição era realizada por procuradores.

O atendimento também se tornou foco dessas mudanças. A maior parte do atendimento realizado pelo núcleo ocorre de forma eletrônica, via e-mail. Esse atendimento se inicia antes da inscrição no processo seletivo por parte do candidato, às vezes até mesmo antes do início da publicação do edital do processo. Assim, com o intuito de cativar esse estudante em potencial, o núcleo passou a realizar um atendimento *cool*⁴¹. Buscava-se, através dessa nova forma, deixar o atendimento, que tem tudo para ser algo frio, visto que são utilizadas somente palavras lidas através de uma tela, em algo mais humanizado, personalizado e ágil.

A adoção desse novo tipo de atendimento se baseou na Teoria do Marketing 4.0 (KOTLER; KARTAJAYA; SETIWAN, 2017). De acordo com esse autor, em virtude da revolução digital, todas as instituições que realizam atendimento devem considerar as transformações sociais, os sentimentos das pessoas e a revolução de interação proveniente da tecnologia digital. Além da mudança na forma de escrever as mensagens, também ocorreu uma mudança na assinatura dos e-mails.

⁴¹ Expressão inglesa que significa “legal”.

Parafraseando Peter Drucker (1909-2005) tudo o que se mede pode ser aprimorado e melhorado com o tempo. Seguindo esse princípio, foi acrescentado na assinatura de e-mail do núcleo um *link* para uma pesquisa de satisfação com o atendimento recebido. Através dessa rápida pesquisa, é possível mensurar a rapidez e qualidade do atendimento realizado pelo servidor, o nível de satisfação com a retirada de dúvida/esclarecimento e visualizar sugestões enviadas pelos candidatos.

Uma das últimas ações inovadoras e que se encontra na fase beta⁴², é um *chatbot* no *Whatsapp*. *Chatbot* são *softwares* que, utilizando inteligência artificial, são capazes de simular uma conversa, através de respostas a perguntas enviadas por um usuário, de forma tão natural como se fosse um ser humano, 24 horas por dia nos 7 dias da semana. Por isso, seu nome deriva da junção das palavras inglesas “*chat*” (conversa) e “*bot*” (robô). Devido a essa característica de “parecer” uma conversa com um humano que optou-se, no momento, por essa forma interativa de perguntas e respostas frequentes ao invés de uma área contendo uma lista (FAQ⁴³) no site oficial.

Com o *chatbot*, além de dar velocidade aos atendimentos, o núcleo busca deixar os servidores livres para a realização de práticas mais estratégicas e, por buscar melhorias continuamente, estarem sempre em busca de respostas para a pergunta propulsora do Núcleo de Gestão de Processos Seletivos: “*O que podemos fazer para facilitar e agilizar a vida do nosso candidato?*”.

⁴² A versão beta de um software ou produto é a versão em estágio ainda de desenvolvimento, mas que é considerada aceitável para ser lançada para o público, mesmo que ainda possua bugs e problemas que precisarão ser reparados pelos desenvolvedores antes do lançamento definitivo do produto ao mercado na sua versão final. Fonte: <https://canaltech.com.br/produtos/O-que-significa-dizer-que-um-software-ou-produto-esta-em-versao-beta/>

⁴³ Frequently Asked Questions, expressão inglesa que significa Perguntas Mais Frequentes.

Essas e outras ações foram desenvolvidas visando à entrada de novos estudantes na UFRB. Certamente lidar com o público e gerir diferentes processos de seleção com uma equipe reduzida emana diferentes desafios de uma gestão, mas ao final pode-se dizer que os objetivos foram atingidos.

Considerações finais

Assentado no princípio da inovação observa-se que os desafios vivenciados pela PROGRAD na gestão de seus processos seletivos de ingresso foram muitos. A mudança do vestibular para o ENEM/SiSU foi uma das principais inovações, desde o formato de inscrição à própria participação do candidato no processo seletivo sem precisar sair de sua região geográfica para participar da seleção. Isso não somente facilitou para a UFRB do ponto de vista da gestão, mas também, no primeiro momento deu visibilidade e novos estudantes para a instituição.

Em continuidade, viu-se a necessidade de informatização dos processos por meio da criação de sistemas internos de gestão, um desafio ainda vivenciado, pois a proporção em que os processos de seleção foram se ampliando veio também à necessidade de integrá-los em um só sistema a fim de facilitar não somente a gestão dos mesmos, mas também a inclusão de mais estudantes e a recomposição no modo de trabalho do núcleo, com o empreendimento de técnicas de gestão para eficiência e eficácia do trabalho.

Aliado ao fazer inovador e vislumbrando sempre mais, o processo seletivo da instituição tem sido gestado com comprometimento e anseio de se fazer o melhor. Como um vocábulo, inovar é um verbo transitivo e necessita de um complemento para sua existência, para ter sentido.

Como ação, para que a inovação exista, para que aconteça, também é necessário um complemento, e, nesse caso, o complemento são as pessoas. Sem pessoas não existe inovação. Dessa forma, ainda que com uma equipe reduzida, torna-se recompensador observar o muito que foi realizado nos bastidores da gestão nos últimos quinze anos para o ingresso de novos estudantes. Quando é informada a quantidade de estudantes de graduação e orgulhosamente se fala de sua origem, não se pode esquecer que uma equipe de gestão comprometida e responsável esteve e está à frente desse processo na PROGRAD.

Por fim, os desafios não se encerram, os processos seletivos que trazem em seu bojo a meritocracia exposta pela desigualdade de condições de partida e pela distância entre a oferta e a procura ainda serão por algum tempo os canais de ingresso à educação superior, entretantes, a universidade, e nesse caso inclui-se a UFRB enquanto instituição pública, existe e resiste com o objetivo de transformação social para aqueles que nela ingressam.

Referências

BRASIL. **Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20ingresso%20nas,Art > Acesso em 12 de jan. 2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.htm. Acesso em: 20/01/2021.

CHIAVENATO, I.. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 9.ed. Barueri- SP: Manole Ltda, 2014.

CRIAR. In: **MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda, 2021. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/criar/>>. Acesso em: 20/01/2021.

INOVAR. In: **MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Editora Melhoramentos Ltda, 2021. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/inova>>. Acesso em: 20/01/2021.

GAGETTI, D.. **Brainstorming O que é?**. Administradores.com, 07 de abril de 2020. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/brainstorming-1>. Acesso em: 20/01/2021.

GONÇALVES, E.. **A filosofia Kaizen e a Administração Pública**. Administradores.com, 24 de abril de 2015. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-filosofia-kaizen-e-a-administracao-publica>. Acesso em: 20/01/2021.

JOSÉ, J.. **Kaizen**. Administradores.com, 17 de abril de 2019. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/kaizen>>. Acesso em: 20/01/2021

KOTLER, P., KARTAJAYA, H., SETIWAN, I.. **Marketing 4.0: do tradicional ao digital**. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

SANTOS, D.S. **Sistema de gestão de ingresso nos cursos de graduação da UFRB: especificação de requisitos funcionais**. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Segurança Social) Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Federal do Recôncavo da Bahia, 2020.

SANTOS, J. dos. **Acesso à Educação Superior: a utilização do ENEM/SISU na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. 2013. Dissertação (Mes-

trado em educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2013.

_____ **Política pública de acesso ao ensino superior:** um olhar sobre a utilização do ENEM/Sisu na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Disponível em: https://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:GINqDwmLotoJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso: 28 de dez. 2020.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Carta de serviços aos usuários da UFRB.** Cruz das Almas: UFRB, 2018. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/images/acesso-a-informacao/carta-servicos-usuario-ufrb-junho-2018.pdf>. Acesso em 24 de fev. 2021.

_____ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Relatório de Gestão do exercício de 2017.** Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao?download=1474:relatorio-de-gestao-2017> . Acesso em 12 de jan. 2021.

_____ **Relatório de Gestão do exercício de 2016.** Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/portal/images/auditoria/2016/relatorio-gestao-ufrb-2016.pdf>. Acesso em 12 de jan. 2021.

_____ **Relatório de Gestão do exercício de 2015.** Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios=-de-gestao?download-1460:relatorio-de-gestao-2015>. Acesso em 12 de jan. 2021.

_____ **Relatório de Gestão do exercício de 2014.** Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios=-de-gestao?download-1460:relatorio-de-gestao-2015>. Acesso em 12 de jan. 2021.

_____ **Resolução CONAC nº 026 de 2014.** Disponível em: <https://ufrb.edu.br/soc/atas-e-resolucoes?cont=lists&ccname=documento>. Acesso em 12 de jan. 2021.

_____ **Resolução CONAC nº 026 de 2014.** Disponível em: <https://ufrb.edu.br/soc/atas-e-resolucoes?cont=lists&ccname=documento>. Acesso em 12 de jan. 2021.

_____ **Planejamento Estratégico da Graduação 2011 a 2015.** Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/component/phocadownload/category/22-legisla-e-normas?download=731>. Acesso em 12 de jan. 2021.

Desafios do ensino da Graduação no contexto da Pandemia

Karina de Oliveira Santos Cordeiro

Janete dos Santos

Gabriel Ribeiro

Introdução

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) é o órgão da Administração Central e a instância responsável pela proposição de políticas e diagnóstico dos problemas relacionados ao ensino de Graduação. Como órgão da Administração Central, a PROGRAD é coparticipante das decisões políticas e programáticas da Universidade, especialmente daquelas diretamente relacionadas com o ensino, a pesquisa e a extensão na graduação.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) destaca-se no contexto locorregional pela inserção em diversos setores produtivos da comunidade presente nos territórios de identidade do Recôncavo, do Portal do Sertão e do Vale do Jiquiriçá. A ação formativa de homens e de mulheres nesse cenário amplia-se para todo o território nacional, se considerarmos que a UFRB acolhe estudantes de todas as unidades federativas, e tem proporcionado, ao longo de seus 15 anos, experiências exitosas que modificaram a vida e o viver nos espaços supracitados.

A escrita deste capítulo estabelece o debate acerca dos desafios para o ensino de graduação não presencial na UFRB, proporcionados pela pandemia da Covid-19, causada pelo vírus Sars-CoV-2. Nesse sentido, nosso objetivo é contribuir para a discussão das ações adotadas por nossa instituição ao longo do ano de 2020, bem como apresentar os ca-

minhos trilhados a fim de dar continuidade ao projeto institucional de inclusão social dos sujeitos que fazem parte da comunidade acadêmica da UFRB.

O ano de 2020 apresentou inúmeros desafios a todos nós, docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos da UFRB. Uma pandemia, sem paralelo no contexto globalizado, assolou o planeta ceifando milhões de vidas. Dessas vítimas, centenas de milhares no Brasil, milhares na Bahia e centenas nas cidades vinculadas à UFRB. Tem sido muito difícil assimilar o luto de tais perdas, pois, para além da tragédia sanitária e seus números impressionantes, as vítimas da Covid-19 eram, em alguns casos, pessoas conhecidas, colegas, amigas, familiares, enfim, pessoas amadas que tiveram suas vidas abreviadas.

Em 2020, portanto, atuamos num cenário complexo e desafiador que exigiu a adoção de medidas para assegurar, dentre outros protocolos de segurança sanitária, o distanciamento social. Por essa razão, aderimos ao trabalho remoto na UFRB. No tocante às atividades de ensino de graduação, a equipe da PROGRAD foi instada a se pronunciar sobre temas e questões inéditas até então. A condição de excepcionalidade nos estimulou a propor soluções aos problemas apresentados, assim como redimensionar ações e fluxos burocráticos de modo a assegurar a retomada das atividades de ensino, na modalidade não presencial, a partir de setembro.

Para tanto, os profissionais da PROGRAD trabalharam para encontrar as soluções mais adequadas à UFRB em suas múltiplas dimensões: multicampi, inclusiva e culturalmente diversa. Foram milhares de horas dedicadas em centenas de reuniões para receber as diferentes demandas, elaborar propostas e avaliar as projeções e os resultados a serem alcançados. De modo a preservar, sobretudo, o vínculo institucional

da comunidade discente, a qualidade do ensino e a manutenção das fontes de financiamento institucional.

O presente capítulo encontra-se organizado em seções que indicam os caminhos percorridos no ensino da Graduação a partir dos desafios apresentados no contexto da pandemia. Desse modo, iniciamos o texto informando ao leitor sobre as primeiras ações institucionais adotadas pela UFRB. Em seguida, discutimos a colaboração nacional entre os Pró-reitores de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) para a organização e troca de experiências a fim de propor calendários acadêmicos excepcionais e/ou suplementares. No que se refere às ações internas da UFRB para o ensino de graduação, destacamos as propostas de atividades acadêmicas remotas emergenciais, o processo seletivo do SiSU 2020.2, os estágios obrigatórios e não obrigatórios, os programas e projetos de inclusão, o programa formativo da comunidade acadêmica em tecnologias digitais, as reflexões da segunda edição do simpósio de graduação e, por fim, tecemos as considerações finais.

Primeiras ações institucionais

A fim de zelar pela saúde pública e adotar medidas que promovessem a não propagação de doenças infecciosas, e considerando a declaração de pandemia do Coronavírus pela Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como outras Instruções Normativas do Ministério da Saúde e do Ministério da Economia em observância da evolução da propagação da Covid-19, a UFRB instituiu, em 13 de março de 2020, por meio da Portaria nº 319/2020, no Art. 1º, o “Comitê de Acompanhamento e Enfrentamento à Covid-19”. Este comitê foi composto por membros da Administração Central, Direções de Centros de Ensino, Gerentes Técnicos

Administrativos dos Centros de Ensino, professores da área de saúde e representação discente da Liga Acadêmica de Doenças Infecciosas.

De acordo com o Art. 2º da Portaria 319/2020, o objetivo desse comitê consiste em:

[...] acompanhar e avaliar questões inerentes ao contexto epidemiológico do mencionado vírus, respeitando as diretrizes dos órgãos públicos competentes no trato do assunto e orientar as decisões da Administração Central da UFRB quanto às ações a serem encaminhadas, enquanto perdurar o quadro de pandemia estabelecido pela OMS.

Naquela ocasião, o semestre acadêmico 2020.1 tinha iniciado há pouco mais de uma semana, e foi preciso adotar uma série de medidas inéditas tanto para o trabalho administrativo quanto para as atividades acadêmicas na UFRB. Quase a totalidade dos servidores da Universidade, num curto espaço de tempo, viu-se obrigada a adaptar procedimentos laborais, fluxos processuais e demandas burocráticas ao contexto de suas residências por meio do trabalho remoto. Ademais, as atividades de ensino foram suspensas em todos os *campi* da UFRB, conforme Art. 2º. da Portaria UFRB 322/2020 (BRASIL, 2020).

A UFRB foi a primeira universidade do Estado da Bahia a suspender as atividades letivas presenciais. Faz-se necessário registrar que essas medidas adotadas levaram em conta os boletins epidemiológicos elaborados pelos órgãos de saúde, que indicavam a crescente taxa de contaminação do novo coronavírus. E, naquele momento, uma das únicas alternativas possíveis seria o distanciamento social. De acordo com o artigo supracitado, deveríamos manter as atividades “necessárias para assegurar a preservação e funcionamento dos serviços considerados prioritários ou estratégicos”. A normativa que suspendeu o Calendário Acadêmico 2020 da Graduação e da Pós-Graduação da UFRB foi a Resolução CONAC/UFRB nº 08/2020.

Nesse sentido, foi preciso que a UFRB elaborasse um Plano de Contingenciamento que, entre outros aspectos, pudesse indicar à comunidade acadêmica e à sociedade em geral as ações que seriam desenvolvidas para o bom funcionamento da Universidade durante a suspensão das atividades acadêmicas presenciais. Considerando estes elementos, foram determinadas as atividades prioritárias e estratégicas das coordenadorias da PROGRAD e seus respectivos Núcleos, a partir do dia 18 de março de 2020.

Uma das primeiras decisões nesse contexto relacionou-se à adesão ao SiSU, uma vez que o ingresso de estudantes para o segundo semestre de 2020 foi marcado por significativas mudanças no formato, conforme indicado na Portaria Normativa MEC nº 493 de 22 de maio de 2020. Tais mudanças, motivadas pelo momento pandêmico, deram destaque para a oferta de cursos a distância pelo SiSU e incentivam as instituições para a recepção de documentação da matrícula de forma não presencial. Essas alterações levaram a UFRB a repensar seu formato de matrícula.

Não obstante, com resistência diante das incertezas em relação à situação da doença Covid-19, a matrícula foi realizada em formato digital, com a homologação de documentos básicos encaminhados pelos estudantes e avaliados pela Superintendência de Regulação e Registros Acadêmicos (SURRAC) e a entrega de documentos referentes à renda. Do mesmo modo, as aferições étnico-racial e das pessoas com deficiência, que são interligadas ao processo de matrícula, tiveram que ser realizadas de forma telepresencial. Vencer esses desafios não foi fácil, especialmente porque a PROGRAD entendia que, no momento, o mais importante seria assegurar o ingresso dos novos estudantes de forma planejada e com o mínimo de custo para esses ingressantes.

Nesta edição do SiSU foram ofertadas 1245 vagas, obteve-se 13.683 inscrições no total (inscritos para UFRB e outras instituições) e 11.274 ins-

critos exclusivamente para os cursos de graduação da UFRB. Torna-se importante salientar que a oferta de vagas nessa edição ainda não apresentava aos candidatos perspectivas de retorno às atividades, haja vista que a universidade se encontrava com o primeiro semestre de 2020 suspenso, sem previsão de retorno. Ainda assim, reputa-se como positivo o interesse dos estudantes nos cursos da instituição, demonstrando acertada a decisão administrativa de manter a adesão ao SiSU em 2020.2.

Papel norteador do COGRAD

Como órgão assessor da Andifes, o Colégio de Pró-Reitores de Graduação das IFES (COGRAD) teve um papel fundamental nesse contexto de excepcionalidade, uma vez que promoveu debates sobre as alternativas possíveis para o funcionamento das atividades de ensino na graduação. Realizamos inúmeras reuniões para socializar as experiências até então desconhecidas para o conjunto de Pró-Reitores de Graduação. Todas as orientações normativas e portarias emitidas pelos Ministérios da Educação, da Saúde e da Economia que diziam respeito ao funcionamento das atividades de ensino da graduação foram amplamente discutidas entre os membros do COGRAD, o que possibilitou elaborar, em diversas situações, pareceres que subsidiaram as tomadas de decisões nos Conselhos Superiores das Universidades Federais.

Destaca-se o trabalho incansável e colaborativo das Pró-Reitoras de Graduação da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, as professoras Ariane Sá e Maria das Vitórias Vieira. Afinal, essas universidades foram as primeiras a implementar o Ensino Remoto após a suspensão das atividades presenciais, devido a pandemia do novo coronavírus. Cabe ressaltar que a professora Ariane Sá proferiu a aula inaugural do semestre 2020.3 em nossa instituição. Nota-

damente, muito do que realizamos na UFRB foi resultado das interações com os Pró-Reitores de Graduação das IFES, articulações que possibilitaram extrair, de um cenário tão complexo, experiências exitosas.

O COGRAD, como muitos fazem questão de reafirmar, tem sido de fato um colégio em que as aprendizagens são frutos dos processos colaborativos do conjunto de Pró-Reitores de Graduação. Desse modo, durante todo o ano de 2020, identificou-se as necessidades nacionais e regionais na área da graduação e encaminhou-se à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) questões a serem avaliadas junto ao MEC e às agências de fomento, com especial atenção à adoção de políticas capazes de subsidiar o ensino não presencial nesse período.

A Portaria nº 544 do MEC, que “dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19”, forneceu subsídios para que a UFRB, assim como as outras IFES, pudessem dar início às discussões acerca da aprovação de calendários suplementares e/ou excepcionais capazes de atender as demandas do contexto sanitário adverso.

As experiências socializadas no COGRAD contribuíram para as reflexões sobre o formato da consulta on-line denominada “Possibilidades de realização de atividades acadêmicas e administrativas no contexto da pandemia”, que envolveu servidores docentes, técnicos administrativos e discentes da UFRB. O objetivo da consulta foi compreender melhor o contexto no qual está inserida a comunidade acadêmica, notadamente em decorrência dos efeitos da pandemia causada pela Covid-19, além de identificar seus anseios e perspectivas de ação dentro de um cenário que se consolida pela impossibilidade de retorno à “normalidade” que vivenciávamos antes da pandemia.

Ademais, buscávamos informações para que de modo responsável, inclusivo e democrático pudéssemos propor ações a serem desenvolvidas durante o período de distanciamento social. Os dados recolhidos também poderiam subsidiar a tomada de decisão das autoridades constituídas, no que tange a proposição de políticas públicas e outras iniciativas institucionais que visassem o acesso ao ensino remoto emergencial como alternativa temporária à crise provocada pelo coronavírus.

Neste sentido, foram realizadas reuniões virtuais com representações de discentes, de servidores técnico-administrativos e de docentes, com colegiados de cursos e direções dos Centros de Ensino da UFRB. Os conselhos superiores foram convocados para reuniões específicas sobre o tema, espaços onde se originou a proposta de aplicação de um questionário, com vistas à realização de ampla consulta à comunidade acadêmica.

Este instrumento foi aplicado entre os dias 09/06 e 15/06/2020 na Plataforma do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SiGAA). A consulta teve como principal objetivo averiguar a condição de nossa comunidade nas seguintes dimensões: (i) identificação do perfil; (ii) acesso à internet, equipamentos e tecnologias; (iii) saúde no contexto da pandemia causada pela Covid-19.

Essa consulta alcançou um total de 6.023 pessoas, o que representou 43,62% de nossa comunidade. Dentre esses, responderam ao questionário 341 técnico-administrativos (49,85% da categoria), 542 docentes (55,93% do corpo docente) e 5.140 estudantes (42,28% da comunidade discente). Em linhas gerais, constatou-se que mais de 60% dos discentes consultados demonstraram interesse em participar de alguma atividade remota de ensino, caso fossem ofertadas durante a pandemia da Covid-19; na mesma linha, mais de 80% do corpo docente indicou a possi-

bilidade de oferecer aos estudantes alguma atividade remota de ensino e aprendizagem durante o período de isolamento social.

Os resultados da consulta estão disponibilizados no site da PRO-GRAD. Os dados possibilitaram a verificação através de recortes variáveis, como centro de ensino, curso, gênero, raça etc., e permitiram uma visão mais ampla de nossa realidade. Seguindo práticas responsáveis em torno dos instrumentos científicos, os dados sensíveis, que reproduzem a condição de saúde da nossa comunidade, tiveram acesso restrito. Assim, como previsto, as informações recolhidas subsidiaram as tomadas de decisões na UFRB acerca da adoção de atividades de ensino não presencial, tanto na graduação quanto na pós-graduação.

Atividades remotas emergenciais: uma experiência

O Conselho Universitário (CONSUNI) da UFRB instituiu, por meio da Portaria 585 de 12 de junho de 2020, uma Comissão para “elaborar uma proposta de atividades remotas emergenciais para o período de suspensão das atividades presenciais na UFRB, no prazo de 25 dias”. A presidente dessa comissão foi a Pró-Reitora de Graduação, e os demais membros foram: o Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação; os presidentes das câmaras de Graduação, Extensão, Assuntos Estudantis e Políticas Afirmativas; Gestores de Ensino dos Centros da UFRB; representantes dos estudantes nos Conselhos Diretores dos respectivos Centros; representações no CONSUNI dos servidores técnico-administrativos e docentes.

O planejamento das ações da comissão consistiu na: (i) elaboração de considerações preliminares e princípios norteadores da Comissão; (ii) constituição de Grupos de Trabalho (GTs) para sistematização de propostas; (iii) análise dos relatórios de dados da consulta à comunidade aca-

dêmica da UFRB; (iv) apreciação e seleção das propostas encaminhadas pelos GTs; (v) aprovação do documento a ser encaminhado ao Conselho Universitário.

Como estratégia metodológica, instituiu-se quatro grupos de trabalhos (GTs), visando otimizar as discussões e sugestões para a elaboração de uma proposta de atividades remotas emergenciais com vistas ao período de suspensão das atividades presenciais na UFRB. Após as considerações dos membros, os coletivos foram organizados da seguinte maneira: GT 1 - Questões legais, administrativas e operacionais no desenvolvimento de atividades remotas emergenciais; GT 2 - Políticas Afirmativas, acessibilidade, inclusão digital e alternativas de atividades remotas emergenciais; GT 3 - Atividades remotas emergenciais de ensino, extensionistas e de formação docente; e GT 4 - Atividades remotas emergenciais de pesquisa e pós-graduação.

Dada a complexidade das discussões e proposições, foi preciso ampliar o prazo para a finalização das atividades dos GTs, de modo que o relatório final dessa comissão foi apreciado no dia 31 de julho de 2020, na reunião do CONSUNI. Na ocasião, o conselho deliberou favoravelmente à Resolução 02/2020 que dispõe sobre a “aprovação das Diretrizes para atividades remotas emergenciais na UFRB durante o período de suspensão das atividades presenciais”. Nessa resolução, constam as 32 diretrizes apresentadas pela referida Comissão.

Por sua vez, em 12 de agosto de 2020, foi aprovada a Resolução do CONAC 19/2020 que dispõe sobre a regulamentação do que se designou como Calendário Acadêmico Suplementar 2020.3 para oferta excepcional e experimental de componentes curriculares, de atividades de ensino e de aprendizagem não presenciais, para a graduação, no período de 14 de setembro a 19 de dezembro de 2020.

Reafirmou-se nesta Resolução, enquanto Administração Central, os compromissos assumidos na aprovação da Resolução 02/2020 do CONSUNI, que trata das diretrizes. Após o início do calendário na graduação e a retomada do Calendário Acadêmico 2020.1 na pós-graduação, ambos em caráter remoto e experimental, a Administração Central da UFRB iniciou, a partir de outubro, as discussões com vistas à elaboração dos calendários para os próximos períodos letivos.

Nessa perspectiva, foram realizadas reuniões internas envolvendo a equipe de diversos setores da Universidade, a saber: PROGRAD, SURRAC, Coordenadoria de Tecnologia (COTEC), Procuradoria Educacional Institucional (PEI) e as demais Pró-Reitorias para a construção de minutas de calendário que pudessem proporcionar o debate inicial com as demais instâncias. Do mesmo modo, a equipe gestora da UFRB propôs a realização de diálogos com os Centros de Ensino e as diferentes categorias, com o objetivo de aperfeiçoar as propostas de minutas antes da apreciação e aprovação dos Calendários pelo Conselho Acadêmico (CONAC).

À época, avaliava-se que o cenário ainda não apresentava a segurança sanitária necessária para a retomada das atividades presenciais. Portanto, coube considerar, dentre outras questões, os seguintes aspectos: (i) não era possível assegurar, para o ano de 2021, o estabelecimento de uma proteção imunológica através de vacina, dado o período necessário para o desenvolvimento desse recurso, assim como sua posterior distribuição ao conjunto da população; (ii) infelizmente, constatava-se uma segunda onda da pandemia provocada pela Covid-19 no continente europeu, o que poderia sugerir que a curva descendente no Brasil poderia se inverter; (iii) o Conselho Nacional de Educação (CNE), conforme o parecer de seis de outubro, prorrogou até o final de 2021 o prazo para a possível realização de atividades de ensino remoto; (iv) a experiência

acumulada no Calendário Acadêmico Suplementar 2020.3 da UFRB, ressaltando-se a elevada procura por vagas da comunidade discente; (v) todas as 69 Universidades Federais, naquele momento, desenvolviam atividades de ensino por meio de aulas remotas.

Tendo em consideração estes aspectos, foi proposto que as atividades referentes aos calendários aprovados pela Resolução CONAC 33/2020 ocorressem por intermédio da modalidade remota, no início do ano de 2021 (Semestre 2020.1), excetuando-se os casos autorizados pelo Comitê de Acompanhamento e Enfrentamento à Covid-19 da UFRB. Para os períodos posteriores (2020.2 e 2021.1), será levado em consideração o cenário epidemiológico nacional/estadual/regional, para então definir-se, por meio dos Conselhos Superiores da UFRB, sobre sua oferta em caráter remoto, híbrido ou presencial.

Em tempo, é preciso destacar as ações empreendidas no sentido de organizar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Calendário Acadêmico Suplementar 2020.3, a saber: (i) construção da Nota Técnica 001/2020 SURRAC com orientação dos procedimentos necessários à execução do calendário; (ii) elaboração de hot site pela ASCOM; (iii) produção do Guia de perguntas e respostas, elaborado pela PROGRAD; (iv) desenvolvimento do Painel de matrícula, elaborado pela COTEC, para acompanhamento das demandas e ajustes no processo de matrícula; (v) elaboração do Programa de Formação em Tecnologias Digitais; (vi) análise de questionários respondidos pelas coordenações dos cursos de graduação da UFRB com sugestões para aprimorar o processo de matrícula e planejamento para o próximo semestre; (vii) construção de editais que disponibilizaram auxílios e/ou bolsas de monitoria de ensino, pesquisa, extensão e políticas afirmativas para a comunidade estudantil; (viii) reuniões administrativas intersetoriais para a análise do cenário e proposição de alternativas.

A PROGRAD realizou junto à comunidade acadêmica a avaliação do semestre 2020.3, em atendimento à diretriz nº 31 da Resolução 02/2020 do CONSUNI. A avaliação ocorreu no período de 14 a 22 de dezembro de 2020 na Plataforma do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), participaram da avaliação 605 docentes e 2.350 discentes. As dimensões dessa avaliação foram: (i) identificação do perfil; (ii) acesso à internet, equipamentos, tecnologias e condições de estudo; (iii) processo de ensino e aprendizagem; iv) saúde no contexto da pandemia causada pela Covid-19. Essa avaliação possibilitou aos docentes e discentes indicarem as suas percepções sobre questões importantes para subsidiar um novo planejamento para a retomada do calendário acadêmico 2020.1, no ano civil de 2021.

Em que pese as dificuldades enfrentadas com questões tecnológicas e/ou de saúde, de acordo com os docentes e discentes, o Calendário 2020.3 possibilitou adquirir experiências novas e incentivou novas metodologias de ensino, além de manter o vínculo institucional em cenário de distanciamento social. Estas informações relativas à experiência do ensino remoto na UFRB estão disponíveis para apreciação da comunidade e posterior análise crítica.

Tecnologias digitais: formação e suporte

A partir das resoluções aprovadas nos Conselhos Superiores da UFRB, e dos indicativos extraídos da consulta “Possibilidades de realização de atividades acadêmicas e administrativas no contexto da pandemia”, realizada em junho de 2020, elaborou-se um programa de formação continuada para os servidores docentes e técnicos administrativos, bem como para os discentes.

Esse programa recebeu o título de “Formação em Tecnologias Digitais para a comunidade UFRB” e foi promovido pela Superintendência de Educação Aberta e a Distância (SEAD) em parceria com a PROGRAD e a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação (PPGCI).

As ações desse programa de formação promoveram o desenvolvimento e/ou o aperfeiçoamento das competências digitais da comunidade acadêmica da UFRB, por meio da realização de webinários formativos, cursos e oficinas on-line, com vistas à implementação de atividades curriculares de ensino e aprendizagem não presenciais.

Os *webinários* formativos ocorreram entre agosto e dezembro, com as seguintes temáticas: (i) Metodologia Didática *On-line*; (ii) Processos de Avaliação em Cenários *On-line*; (iii) Tecnologias Digitais aplicadas à Educação; (iv) Caminhos Ubíquos: pesquisa-formação na cibercultura e (v) Práticas Exitosas do Ensino *On-line* UFRB 2020.3. A participação da comunidade acadêmica durante esses encontros em ambiente virtual revelou o interesse em temáticas novas para o contexto das atividades não presenciais.

Os cursos de formação continuada para os docentes ocorreram nos meses de agosto e setembro e colaboraram para a elaboração e a organização dos planos de curso e das ações que seriam realizadas nas atividades acadêmicas não presenciais durante o semestre. Os cursos ofertados foram: (a) Docência *On-line*; (b) Desenho Didático *On-line*; (c) Produção e Gravação de Videoaula; (d) Produção e Gravação de Podcast; (e) Turma Virtual SIGAA e (f) Google Sala de Aula. Para os discentes a SEAD disponibilizou dois cursos de formação, quais sejam: Ambientação ao Estudo *On-line* e Normas ABNT para trabalhos acadêmicos.

A aprovação do Calendário Acadêmico Suplementar também requereu dos docentes e discentes habilidades no uso de ferramentas de

interação virtuais com as quais não estavam familiarizados. A fim de dar conta dessa premente necessidade, foi criado o Programa Bolsista para Suporte Virtual. Esse programa foi lançado por meio do Edital PROGRAD nº 15/2020, pelo Núcleo de Programas e Projetos (NUPROP).

A inserção desses bolsistas virtuais foi de suma importância para fornecer um atendimento qualificado aos professores e estudantes que não dispunham de algumas habilidades para a utilização de recursos digitais voltados ao ensino não presencial. A formação desses bolsistas foi garantida a partir do programa de “Formação em Tecnologias Digitais para a comunidade UFRB”, realizado em parceria com a SEAD.

Foram oferecidas 62 bolsas para os estudantes, vinculadas a cada curso de graduação da instituição. A solicitação do suporte poderia ser realizada por meio de formulário on-line disponibilizado nos centros de ensino e no portal da universidade. As principais demandas apresentadas foram em relação ao uso do sistema acadêmico da instituição, o SiGAA, ao trabalho com o Google Sala de Aula e à aplicação do Google Meet.

Estágios: fechamentos e aberturas

Os estágios fornecem aos discentes a possibilidade de colocar em prática os conhecimentos construídos ao longo dos cursos de graduação, sob a supervisão e orientação de profissionais da área que contribuirão para um movimento dialético de (re)pensar o arcabouço teórico sistematizado, ou seja, as teses ou teorias acadêmicas, passíveis de rearranjo ou refutação em função de novas vivências (COLOMBO; BALÃO, 2014; GONÇALVES; AVELINO, 2020).

A suspensão das atividades acadêmicas da UFRB, por meio da Portaria nº 322, de 17 de março de 2020, provocou, também, a interrupção dos estágios, obrigatórios e não obrigatórios, no intuito de garantir a se-

gurança dos nossos discentes e docentes, sujeitos ao risco de contaminação no local do estágio ou no percurso até o mesmo. Didaticamente, poderíamos dividir as ações da PROGRAD, voltadas aos estágios, em diferentes momentos, tendo como referência a aprovação de resoluções no âmbito do Conselho Acadêmico.

No primeiro momento, que antecedeu a regulamentação do Calendário Acadêmico Suplementar para a oferta excepcional e experimental de atividades de ensino e aprendizagem não presenciais - Resolução do CONAC 19/2020 (UFRB, 2020a) -, os desafios da PROGRAD giraram em torno do esclarecimento da comunidade acadêmica e das unidades concedentes de estágio quanto à necessidade de descontinuar as atividades em curso.

É importante sublinhar que muitos discentes já tinham iniciado suas atividades de estágio obrigatório correspondentes ao semestre 2020.1, enquanto outros desenvolviam estágios não obrigatórios em diferentes localidades. Assim, a suspensão desta atividade acadêmica acarretou prejuízos de ordem formativa e, também, financeira para alguns dos estagiários. Para Gonçalves e Avelino (2020):

[...] os estágios no Brasil ainda se mostram mais como uma forma de trabalho precarizado que pedagógico, propriamente dito, pois com o agravamento do momento de crise econômica generalizada e o período de pandemia, muitos estagiários que já se submetiam a bolsas ínfimas, acabaram perdendo essa modalidade de estágio remunerado (p. 51).

Ciente desses constrangimentos, coube à PROGRAD dialogar com as unidades administrativas da UFRB, os discentes e os entes externos, a respeito da suspensão das atividades de estágio, no sentido de tornar patente a posição institucional de preservação das vidas humanas. Não foi uma tarefa fácil, tendo-se em conta as palavras de Gonçalves e Aveli-

no (2020), citadas acima. Destaca-se neste processo o conjunto de reuniões que tivemos com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para discutir a situação dos estagiários desta instituição parceira e a elaboração de um *Frequently Asked Questions* (FAQ) da PROGRAD referente aos estágios.

Ainda neste período inicial, tivemos que mediar situações que envolveram discentes que lograram, após a participação em processos seletivos com alta concorrência, vagas em empresas públicas e privadas. Por meio de reuniões com Diretores de Centros de Ensino da UFRB, a PROGRAD forneceu suporte às tratativas em curso, reconhecendo o estágio como “ação pedagógica transformadora, na preparação de nossos profissionais, ao tempo em que criamos elos e o reforço mútuo entre a escola [leia-se Universidade], o currículo e o setor produtivo” (COLOMBO; BALÃO, 2014, p. 184).

O momento seguinte nos demandou a produção de normativos visando a realização de estágios na modalidade não presencial. Cabe ressaltar que a UFRB vedou, inicialmente, a possibilidade de os estagiários realizarem as suas atividades a distância, na modalidade remota, tendo em conta o Regulamento do Ensino de Graduação (UFRB, 2018). Artigo 110 deste normativo proíbe o regime de atividades domiciliares para o estágio supervisionado, em consonância com o art. 1º da Lei nº 11.788/2008 (BRASIL, 2008), que estabelece que o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho. De acordo com Colombo e Balão (2014):

A aplicação da norma legal, o conhecimento de suas implicações e a gestão adequada do estágio, por parte das instituições educacionais, ajudará a evitar que esta atividade curricular se torne uma forma de precarização nas relações de trabalho (p. 173).

Apesar dos aspectos apontados, o Parecer CNE/CP 05/2020 (BRASIL, 2020), que versa sobre a reorganização do calendário escolar em razão da pandemia do novo coronavírus, orienta que podem ser adotadas atividades não presenciais de estágios, desde que a prática profissional permita. Nesta perspectiva, o parecer faz as seguintes recomendações à Educação Superior:

[...] adotar atividades não presenciais de práticas e estágios, especialmente aos cursos de licenciatura e formação de professores, extensíveis aos cursos de ciências sociais aplicadas e, onde couber, de outras áreas, informando e enviando à SERES ou ao órgão de regulação do sistema de ensino ao qual a IES está vinculada, os cursos, disciplinas, etapas, metodologias adotadas, recursos de infraestrutura tecnológica disponíveis às interações práticas ou laboratoriais a distância; [...] supervisionar estágios e práticas profissionais na exata medida das possibilidades de ferramentas disponíveis (BRASIL, 2020, p. 18-19).

Com base nesse e em outros normativos supra-institucionais, o Conselho Acadêmico aprovou a Resolução 033/2020 (UFRB, 2020b), que dispõe sobre a aprovação e a regulamentação de Calendário Acadêmico de atividades de ensino para a graduação, nos semestres 2020.1, 2020.2 e 2021.1. Esse documento autoriza a oferta de estágio na modalidade remota, mediante as seguintes orientações:

Art. 3º Compete aos Centros de Ensino planejar as atividades de ensino e de aprendizagem não presenciais no Calendário Acadêmico 2020.1 e ofertar: IV – Estágio obrigatório, de forma não presencial, desde que autorizado pelo Colegiado do respectivo curso, respeitadas as particularidades, a legislação de cada campo de atuação profissional e as recomendações do respectivo Conselho de Classe (UFRB, 2020, p. 5).

Desse modo, a PROGRAD foi instada a produzir orientações técnicas voltadas para a realização de estágios, na modalidade remota, durante o período da pandemia da Covid-19. Assim, elaboramos as Orienta-

ções Técnicas PROGRAD nº 06/2020 e nº 07/2020 que relacionam-se aos procedimentos para a realização de estágios obrigatório e não obrigatório, respectivamente.

Nesse contexto pandêmico, restava normatizar outro aspecto introduzido pela Resolução 033/2020, a possibilidade de oferta de estágios obrigatórios e não obrigatórios, de forma presencial. De acordo com o texto desta resolução:

Os Centros de Ensino poderão autorizar Estágios não obrigatórios, de forma [...] presencial, no Calendário Acadêmico 2020.1, quando houver consenso entre a coordenação de curso, o docente orientador, o discente e aprovação pelo Conselho Diretor de Centro. Para os possíveis casos de forma presencial, a unidade concedente deverá ofertar as condições de biossegurança para a realização do estágio, a ser avaliada pelo Colegiado de curso; respeitadas as particularidades, a legislação de cada campo de atuação profissional e as recomendações do respectivo Conselho de Classe (UFRB, 2020, p. 6, grifo nosso).

As ressalvas grifadas acima também deveriam ser aplicadas aos estágios obrigatórios, de acordo com a Resolução 033/2020. Assim, para nortear os procedimentos para a realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios, na modalidade presencial, a PROGRAD elaborou as Orientações Técnicas nº 01/2021 e nº 02/2021, respectivamente.

Tomando de empréstimo as palavras de Gonçalves e Avelino (2020, p. 49), avaliamos que: “Frente a esses novos desafios enfrentados pelos educadores, em tempo de pandemia, surge uma nova perspectiva nas formas de ensinar e aprender, de se formar no curso e de se capacitar pelos estágios”. Os sabores e dissabores da reinvenção materializaram-se, também, nesta importante etapa do processo formativo dos discentes da UFRB.

Estratégias de inclusão: programas e projetos

Além das ações que a PROGRAD já realiza semestralmente, por meio do Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI), houve a necessidade de ampliar a tradução e interpretação em LIBRAS para as atividades acadêmicas on-line (aulas, eventos, reuniões, dentre outras). Para tanto, realizou-se a contratação temporária de oito intérpretes, de 20h de trabalho semanal. Destaca-se que essas contratações asseguraram a acessibilidade de linguística para toda a comunidade surda, tanto da UFRB quanto do público externo à instituição, haja vista o aumento da oferta de atividades virtuais. Com essas contratações foi possível atender a 204 solicitações de interpretações, das quais 104 foram para eventos realizados nos meses de outubro e novembro de 2020.

Santos (2020), ao discorrer sobre os efeitos discriminatórios da quarentena durante a pandemia, alerta para os cuidados com o grupo das pessoas com deficiências, cujas limitações sociais já tornam difícil o convívio em épocas normais, e que isso se avoluma no período atual. Desse modo, a PROGRAD buscou identificar como assegurar que mesmo nesse contexto os estudantes com deficiência matriculados na graduação fossem assistidos de forma a ter garantidas as condições de igualdade como os demais.

O cuidado institucional com os estudantes com deficiência matriculados nos cursos de graduação da UFRB foi demonstrado na disponibilização de 12 bolsistas para o apoio acadêmico a esses estudantes (tais bolsistas já haviam sido selecionados para o semestre regular de 2020.1). Além disso, foi lançado o Edital PROGRAD nº 17/2020 para Processo Seletivo para o Auxílio Kit-PcD de Tecnologia Assistiva para discentes com deficiência (física, intelectual, auditiva e visual), Transtornos do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação, que estavam regularmen-

te matriculados nos cursos de graduação entre os semestres 2020.1 e 2020.3, com o foco na tecnologia assistiva para assegurar a acessibilidade digital desses estudantes. Esse edital também se voltou aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que pretendiam realizar o ensino não presencial no Calendário Acadêmico Suplementar.

O edital previa a concessão de um auxílio de até R\$3.000,00 (três mil reais) aos estudantes com deficiência. Para serem contemplados, os estudantes apresentaram um plano de execução para a compra de itens pessoais de tecnologia assistiva a fim de contribuir para a sua permanência e sucesso acadêmico. Foram beneficiados 19 estudantes que, no montante, receberam R\$ 56.519,00 (cinquenta e seis mil quinhentos e dezenove reais).

Sobre os Projetos de Grupos de Estudos, salienta-se o aumento significativo dos registros junto à PROGRAD, com a implantação de 26 novos grupos, o que representou um crescimento de mais de 100% em relação ao ano anterior. Em nossa avaliação, isso se deve às possibilidades de oferta de atividades diversificadas no Calendário 2020.3.

II Simpósio de Graduação: pausa para reflexão

Outra ação realizada pela PROGRAD, em parceria com os Gestores de Ensino das unidades acadêmicas da UFRB, foi o II Simpósio de Graduação intitulado “Desafios e possibilidades para a graduação no cenário da pandemia Covid-19”. O evento ocorreu por meio de plataformas digitais entre os dias 04 e 06 de novembro de 2020, e fez parte da programação da VI Reunião Anual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia (RECONCITEC).

O objetivo geral do II Simpósio da Graduação foi proporcionar um espaço formativo e de debates sobre os desafios e as possibilidades para o

ensino da graduação na UFRB no contexto da pandemia da Covid-19, com a apresentação das ações acadêmicas administrativas para inclusão e êxito dos estudantes, em alinhamento com as políticas de graduação da UFRB.

A programação do evento foi composta por uma conferência de abertura, proferida pela Profa. Romina Paradizo - Universidade Federal do Piauí, cujo título deu nome ao simpósio. Além dessa atividade de abertura, foram organizadas três mesas redondas com as seguintes temáticas: i) Experiências e Perspectivas para o Ensino Remoto nas Universidades; ii) Sistematização de dados acadêmicos e gestão de cursos e currículos: movimentos da PROGRAD em tempos de pandemia; iii) A graduação na UFRB em meio à pandemia: programas e ações inclusivas no cenário do ensino remoto.

Dessa forma, foi possível debater as inovações acadêmicas implementadas para a graduação, com foco nas ações desenvolvidas no Calendário Suplementar 2020.3. Refletiu-se, também, acerca das políticas de inclusão para os estudantes com deficiências ou necessidades educativas específicas no atual contexto, bem como foram apresentados dados acadêmicos e compartilhadas ações de reestruturação de normativos e procedimentos referentes à gestão de cursos e currículos durante a pandemia.

O referido evento se consolidou nessa segunda edição ao refletir sobre a conjuntura atual do ensino de Graduação na UFRB durante a pandemia, especificamente na realização das demandas do Calendário Suplementar 2020.3, com enfoque nas ações planejadas e executadas no decorrer das atividades acadêmicas.

Considerações finais

Nesse cenário atípico, reafirmou-se a importância do trabalho coletivo. Por isso destacamos a parceria estabelecida com as demais

Pró-Reitorias, Procuradorias, Superintendências, Coordenadorias, Assessorias, Chefia de Gabinete, Presidências de Câmaras, Direções de Centro, Gestões de Ensino, Núcleos, Coordenações de Colegiado e Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs).

Finalmente, nosso mais destacado reconhecimento a todos os docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos que se engajaram, mesmo num cenário adverso, nas atividades do ensino de graduação da UFRB. No caso da docência, sabemos que foram necessárias muitas adaptações didáticas, inúmeras horas dedicadas aos estudos de plataformas tecnológicas, revisão dos planejamentos, além da elaboração de novas possibilidades para atuar no ambiente virtual.

Certamente, isso demandou muito esforço e trabalho por parte dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. O nosso sentimento, portanto, é de agradecimento a cada um que se disponibilizou a dar continuidade ao projeto da UFRB nos territórios de identidades (Recôncavo Baiano, Portal do Sertão e Vale do Jiquiriçá) em que a nossa universidade está presente.

Para o ano de 2021 os desafios que nos são apresentados estão relacionados à continuidade das atividades não presenciais na UFRB, a implementação da curricularização da extensão nos Projetos Pedagógicos de Cursos, a criação e consolidação da política de egresso, bem como a ampliação de estudos sobre a evasão, retenção e política de inclusão na universidade.

Com a esperança e a certeza de que a pesquisa científica desenvolverá mais vacinas eficazes, e quiquê medicamentos, continuaremos a cobrar que as autoridades possibilitem a imunização da população e que seja, por fim, possível retornar em segurança às atividades presenciais.

Desejamos que por meio da “janela lateral” da PROGRAD possamos ver os horizontes que nos indicam os caminhos necessários para

permanecermos firmes na construção histórica do nosso projeto de inclusão e de qualidade na educação superior na Bahia.

Referências

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 5, de 28 de abril de 2020**. Brasília: DF, 2020. Diário Oficial da União de 01/06/2020, Seção 1, p. 32.

COLOMBO, I. M.; BALLAO, C. M. **Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil**. Educar em Revista, n. 53, p. 171-186, 2014.

GONÇALVES, N. K.; AVELINO, W. F. **Estágio supervisionado em educação no contexto da pandemia da Covid-19**. *Boletim de conjuntura (BOCA)*, n. 4, v. 10, p. 41-53, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Resolução CONAC nº 04**, de 30 de janeiro de 2018. Cruz das Almas: UFRB: 2018.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Resolução CONAC nº 019/2020**, de 12 de agosto de 2020. Cruz das Almas: UFRB, 2020a.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Resolução CONAC nº 033**, de 24 de novembro de 2020. Cruz das Almas: UFRB, 2020b.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Portaria n. 322, de 17 de março de 2020. **Boletim de Pessoal**, v. XIV, n. 049/2020, p. 1, mar., Cruz das Almas: UFRB, 2020.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Resolução 02/2020 – CONSUNI. **Diretrizes do CONSUNI para as atividades não presenciais da graduação**. Cruz das Almas: UFRB, 2020. Disponível em:

https://ufrb.edu.br/soc/components/com_chronoforms5/chronoforms/uploads/documento/20200803114901_Resoluo_002_2020_CONSUNI.pdf Acesso: 20 de janeiro de 2021.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Resolução 08/2020 – CONAC. **Suspensão do Calendário Acadêmico 2020**. UFRB, 2020. Disponível em: https://ufrb.edu.br/soc/components/com_chronoforms5/chronoforms/uploads/documento/20200321130354_resolucao-conac-08-2020.pdf. Acesso: 15 de janeiro de 2021.

UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. UFRB. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Edital PROGRAD 15/2020. **Seleção de bolsista para suporte virtual**. UFRB, 2020. Disponível em: https://ufrb.edu.br/portal/images/documentos/2020/Edital_Prograd_n%C2%BA_015-2020_Bolsista_para_Suporte_Virtual.pdf. Acesso: 16 de janeiro de 2021.

Sobre os autores

Agenor Leandro Carvalho dos Santos

Mestrando na Universidad de la Empresa, Montevidéo-UY. Administrador (UESC). Técnico-Administrativo da UFRB, atuando na Pró-Reitoria de Graduação desde 2017. Chefe do Núcleo de Gestão de Processos Seletivos desde o ano de 2020.

E-mail: leandro.carvalho@msn.com

Aline Maria Peixoto Lima

Doutoranda em Ciências da Saúde (UNIFESP). Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde (UFBA). Especialista em Gestão de Instituição de Ensino Superior (FTC). Nutricionista (UFBA). Docente efetiva da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no Curso do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS). Atuou na PROGRAD como Coordenadora de Ensino e Integração Acadêmica de 2013 a 2015 e Coordenadora de Políticas e Planejamento da Graduação de 2015 a 2018.

E-mail: alilima@ufrb.edu.br

Aline Pereira da Silva Matos

Doutora em Ciências da Educação (UMINHO). Mestre em Educação (UFBA). Especialista em Educação Especial (UEFS). Pedagoga (UEFS). Técnica em Assuntos Educacionais da UFRB, atuando no Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade. Membro do Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência da UFRB de 2012 a 2015. Na PROGRAD foi Chefe do Núcleo de Políticas de Inclusão de 2011 a 2015.

E-mail: alinesilva@ufrb.edu.br

Caroline de Jesus Fonseca da Silva

Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade (UFBA). Especialista em Gestão, Orientação e Supervisão educacional. Pedagoga (UFBA). Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), vinculada à PROGRAD desde 2007. Foi Su-

perintendente da Superintendência de Regulação e Registros Acadêmicos de 2011 a 2019 e Assessora de Regulação das Atividades Acadêmicas de 2009 a 2011. Na PROGRAD atuou como Chefe do Núcleo Didático Pedagógico em 2007 e Coordenadora de Ensino e Integração Acadêmica de 2007 a 2009.

E-mail: caroline@ufrb.edu.br

Deise da Silva dos Santos

Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (UFRB). Gestora Pública (UCDB). Técnico-Administrativa da UFRB, atuando na Pró-Reitoria de Graduação desde 2010. Chefe do Núcleo de Gestão de Políticas de Acesso e Acompanhamento Acadêmico de 2011 a 2015 e do Núcleo de Gestão de Processos Seletivos de 2015-2019.

E-mail: deise@ufrb.edu.br

Dinalva Melo do Nascimento

Mestre em Educação (UNB). Especialista em Gestão Universitária (FGV/SP). Licenciada em Filosofia (FAFI/UESC). Professora Titular aposentada da UESC. Conselheira Suplente do Conselho Estadual de Educação da Bahia. Membro da Academia de Letras de Itabuna. Foi Coordenadora Executiva da Secretaria de Educação de Lauro de Freitas de 2017 a 2018, Secretária de Educação de Itabuna de 2013 a 2016 e Secretária de Educação de Ilhéus de 1997 a 2003. Na UFRB atuou como Pró-reitora de Planejamento em 2006, Coordenadora Institucional do REUNI em 2012 e Pró-reitora de Graduação de 2007 a 2011.

E-mail: dinalvamelos3@gmail.com

Gabriel Ribeiro

Doutor em Ciências da Educação (UMINHO). Mestre em Morfologia e Medicina Experimental (USP). Especialista em Fisioterapia Musculoesquelética (UNAERP) e Bacharel em Fisioterapia (UCSAL). Professor do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) com atuação no curso de Biologia. Coordenador de Ensino e Integração Acadêmica da PROGRAD (UFRB) desde 2019.

E-mail: fta_gabrielribeiro@ufrb.edu.br

Janete dos Santos

Doutora em Ciências da Educação (Especialidade Sociologia da Educação) (UMINHO). Mestre em Educação (Especialidade Políticas e Gestão da Educação) (UFBA). Especialista em Políticas de Planejamento Pedagógico (UNEB) e em Psicopedagogia (UESB). Pedagoga (UESB). Técnica em Assuntos Educacional da UFRB, atuando na Pró-Reitoria de Graduação desde 2007. Foi Coordenadora de Políticas e Planejamento da PROGRAD (UFRB) de 2007 a 2015, retornando à função em 2018, até o momento.

E-mail: janete@ufrb.edu.br

Karina de Oliveira Santos Cordeiro

Pós-doutora em Educação (UFMG). Doutora em Educação (UFBA). Mestre em Educação e Contemporaneidade (UNEB). Pedagoga (UNEB). Professora Adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), com atuação no curso de Licenciatura em Pedagogia. Pró-reitora de Graduação da UFRB desde 2019.

E-mail: koscordeiro@ufrb.edu.br

Luciana Alaíde Alves Santana

Doutora em Ciências da Educação, na área de concentração Sociologia da Educação (UMINHO). Mestre em Saúde Coletiva (UFBA). Nutricionista (UFBA). Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde. Vice-Coordenadora do DIVERSIFICA - Observatório Nacional da Inclusão e Diversidade na Educação. Coordenadora do Curso de Especialização em Inclusão e Diversidade na Educação. Pró-Reitora de Graduação de 2013 a 2015.

E-mail: lualaide@ufrb.edu.br

Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus

Doutora em Educação (UFBA). Mestre em Educação (UFBA). Pós-graduação em Direitos Humanos (UNEB). Pedagoga (UFBA) e bacharel em Direito (UCSAL). Profa. Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Docente permanente do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (CAHL/UFRB) e do Mestrado Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (EISU/IHAC/UFBA). Membro do NEAB - Recôncavo. Pró-Reitora de Políticas Afirmativas e As-

suntos Estudantis (PROPAAE) de 2006 a 2011 e Pró-reitora de Graduação (PROGRAD) de 2015 a 2018.

E-mail: rcdias@ufrb.edu.br

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

Doutora em Educação (UFBA). Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA/UEFS). Pedagoga (FEBA). Professora Associada da UFRB, vinculada ao Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCA-AB), docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas (PGPPSS) e do Curso de Licenciatura em Biologia. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Avaliação e Tecnologias (GEAT), desde 2010 e Superintendente da EDUFRB desde 2019. Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação, Criação e Inovação (PPGCI/UFRB) de 2015 a 2018 e Pró-reitora de Graduação (PROGRAD/UFRB) de 2018 a 2019.

E-mail: rose.mubarack@ufrb.edu.br

Susana Couto Pimentel

Doutora em Educação (UFBA). Mestre em Educação Especial (UEFS/CE-LAEE). Pedagoga (UEFS) e Assistente Social (UCSAL). Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica, Inclusão e Diversidade e do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social. Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Educação, Diversidade e Inclusão. Membro do NETAA/UFRB. Pró-Reitora de Graduação de 2011 a 2013.

E-mail: scpimentel@ufrb.edu.br

Esta obra foi desenvolvida com o objetivo de resgatar a história contada e não contada da graduação na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) do ponto de vista qualitativo, pois reconhece-se a graduação pela quantidade de seus cursos e números de estudantes, contudo, nem sempre pelos seus feitos nos bastidores para se alcançar a qualidade e a excelência que dão tradição a uma instituição de educação superior. Dessa forma, convidamos os protagonistas, as gestoras, que deram vida às políticas, aos projetos, aos programas e as ações da graduação, para que contassem, da 'janela lateral' (lugar em que literalmente despachavam) as histórias da Pró-Reitoria de Graduação da UFRB que trazem em suas memórias, nos últimos quinze anos.

ISBN: 978-65-88622-77-3



Coleção 15 anos da UFRB